



**Beatriz Estefânia
Faria Pestana**

**IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE EM
MELHORAR A COMPREENSÃO DOS
INSTRUMENTOS FINANCEIROS, COMPARANDO OS
MODELOS DO POC, SNC E IAS/IFRS**



**Beatriz Estefânia
Faria Pestana**

**IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE EM
MELHORAR A COMPREENSÃO DOS
INSTRUMENTOS FINANCEIROS, COMPARANDO OS
MODELOS DO POC, SNC E IAS/IFRS**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade- ramo Auditoria, realizada sob a orientação científica do Mestre Jorge Manuel da Rocha São Marcos, Professor Adjunto do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

Dedico este trabalho aos meus pais Quintino e Fátima, aos meus irmãos Aléxis e Diana, ao meu namorado Alberto pelo constante apoio.

o júri

presidente

Professora Doutora Graça Maria do Carmo Azevedo
professora coordenadora sobre agregação, Universidade de Aveiro

Mestre Rosa Maria Correia Nunes
professora adjunta, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra

Mestre Jorge Manuel da Rocha São Marcos
professor adjunto, Universidade de Aveiro

agradecimentos

Agradeço ao meu orientador Professor Jorge Manuel da Rocha São Marcos pelos conhecimentos transmitidos, pela sua orientação, dedicação e disponibilidade, bem como pelos seus comentários e sugestões.

Agradeço à minha família pelo seu grande apoio, principalmente aos meus pais por me incentivarem a seguir em frente e a nunca desistir dos meus objectivos, agradeço aos meus irmãos pela paciência e apoio demonstrado.

Agradeço ao meu namorado Alberto, pela paciência, força e incentivo.

Aos meus amigos, que foram meus companheiros desta jornada

E por fim, agradeço a Deus por ser o melhor dos conselheiros.

A todas estas pessoas, o meu muito OBRIGADA!

palavras-chave

Instrumentos financeiros, POC, SNC, IAS/IFRS, instrumentos financeiros derivados

resumo

O conceito de instrumentos financeiros é um conceito recente. Os instrumentos financeiros desempenham uma função de financiamento empresarial, pois os empresários obtêm junto do mercado de capitais, os fundos financeiros necessários para a sua constituição, expansão e funcionamento.

O grande desenvolvimento dos mercados financeiros dos últimos anos, foi impulsionado pela evolução financeira, sendo que, assim surgiram novos instrumentos financeiros complexos, tornando-se o tratamento contabilístico um enorme desafio para a contabilidade.

Para testar a utilização dos instrumentos financeiros, foi realizado um estudo com base nas entidades cotadas na Euronext de Lisboa, nomeadamente nas PSI- 20 como também as não PSI-20, pelo que, foi efetuada uma análise sobre a divulgação da informação nos relatórios e contas individuais, nos períodos económicos, 2006, 2009 e 2012, a fim de comparar os normativos do POC, SNC E IAS/IFRS, a amostra é constituída por 20 empresas.

Dos resultados obtidos, concluímos que nas contas individuais as empresas divulgam os instrumentos financeiros, sendo que obtivemos resultados muito relevantes, porém as empresas que recorrem ao mercado de derivados, recorrem na sua maioria aos *swaps*, utilizando estes como instrumentos de cobertura

keywords

financial instruments, POC, SNC, IAS/IFRS, financial instruments derivatives

abstract

The concept of financial instruments is a concept of the new millennium. Financial instruments play a role in business financing, business owners get along because of the capital market, the financial funds necessary for its establishment, expansion and operation.

The great development of financial markets in recent years has been driven by financial developments, and that suggest new complex financial instruments, the accounting treatment has become a major challenge for accounting.

To test the use of financial instruments, a study based on listed entities was conducted on Euronext Lisbon, including PSI-20 as well as non-PSI 20, so, an analysis was made on the disclosure of information in the reports and individual accounts in economic periods, 2006, 2009 and 2012, in order to compare the regulations of POC, SNC and IAS / IFRS, the sample consists of 20 companies.

From our results, we conclude that the individual accounts companies report financial instruments, we obtained significant results, but companies that use the derivatives market, rely mostly on swaps, using these as hedging instruments.

Índice

Capítulo 1 Introdução	1
1.1. Enquadramento	1
1.2. Objetivos do Estudo	2
1.3. Estrutura da Dissertação	2
Capítulo 2 Revisão da Literatura	3
2.1. Conceito de Instrumento Financeiro	3
2.2. Origem histórica	4
2.3. Função Económica	5
2.4. Características do conceito Instrumentos financeiros	6
2.5. Tipos de Instrumentos Financeiros	7
2.5.1. Instrumentos Financeiros Base	8
2.5.2. Instrumentos Financeiros Derivados	12
2.6. Mercado Financeiro	19
2.7. A cobertura do risco	21
2.8. Normas Contabilísticas Internacionais	24
2.8.1. IAS 39	24
2.8.2. IFRS 7	27
2.8.3. IFRS 9	28
2.8.4. Instrumentos de Capital Próprio	36
2.8.5. Justo valor nos instrumentos financeiros	37
2.9. Normas contabilísticas em Portugal sobre Instrumentos Financeiros	39
2.9.1. POC – Plano Oficial de Contas	39
2.9.2. SNC – Sistema de Normalização Contabilística	40
2.9.3. Transição POC-SNC	48
2.10. Fiscalidade dos Instrumentos Financeiros	49
2.10.1. Enquadramento	49
2.10.2. Instrumentos financeiros em sede de IRS (Imposto sobre o Rendimento Singular)	50

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros,
comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

2.10.3. Instrumentos Financeiros em sede de IRC (Imposto sobre Rendimento Colectivo).....	53
Capítulo 3 Metodologia	55
3.1. Especificação do problema	55
3.2. Questão de Investigação	55
3.3. Caracterização da amostra	56
3.4. Amostra.....	58
3.4.1. Metodologia Adoptada	59
Capítulo 4 Resultados do Estudo	60
4.1. Conclusão do estudo	73
4.2. Limitações.....	73
4.3. Linhas futuras de investigação.....	73
Capítulo 5 Conclusão	74
6. Referencias Bibliográficas	76
7. Anexos.....	81

Índice de Figura

Figura 1: Classe 1 - Meios Financeiros Líquidos	42
Figura 2: Conta 14 - Outros Instrumentos Financeiros	42
Figura 3- Gráfico de Setores de Atividade	57

Índice de Quadros

Quadro 1: Tipos de Instrumentos Financeiros.....	7
Quadro 2: Opções	15
Quadro 3: Classificação dos Ativos Financeiros	30
Quadro 4:Resumo da classificação dos ativos financeiros conforme a IAS 39	34
Quadro 5: Transição POC- SNC	49
Quadro 6: Distribuição do setor de atividade	57
Quadro 7: Identificação da Amostra.....	58
Quadro 8: Peso dos Instrumentos Financeiro no balanço - ano 2006	61
Quadro 9: Peso dos Instrumentos Financeiro na DR - ano 2006.....	62
Quadro 10: Peso dos Instrumentos Financeiro no balanço - ano 2009	65
Quadro 11:Peso dos Instrumentos Financeiro na DR - ano 2009.....	66
Quadro 12:Peso dos Instrumentos Financeiro no balanço - ano 2012	69
Quadro 13:Peso dos Instrumentos Financeiro na DR – ano 2012.....	70
Quadro 14: Altri	81
Quadro 15: Brisa.....	84
Quadro 16: Cimpor.....	86
Quadro 17: Confina	88
Quadro 18: EDP- Portugal.....	91
Quadro 19: Galp	95
Quadro 20: Grupo Imprensa.....	98
Quadro 21: Jerónimo Martins.....	100
Quadro 22: Media Capital	103

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros,
comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

Quadro 23: Mota Engil	106
Quadro 24: Nova Base.....	108
Quadro 25: Portugal Telecom.....	111
Quadro 26: Portucel.....	113
Quadro 27: REN	115
Quadro 28: Semapa	117
Quadro 29: Soares da Costa.....	120
Quadro 30: Sonae Indústria	123
Quadro 31: Sonae SGPS.....	125
Quadro 32: Sonaecom	128
Quadro 33: ZON	130

Siglas e Abreviaturas

- **CDS** – *Credit Default Swaps*
- **CIRC** - Código do Imposto sobre o Rendimento Coletivo
- **CIRS** - Código do Imposto sobre o Rendimento Singular
- **CLC** - Certificação Legal de Contas
- **CMVM** - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
- **FASB** - *Financial Accounting Standards Board*
- **FCP** – Fundos Comercializáveis junto do público
- **FERMA** - *Federation of European Risk Management Associations*
- **FRA** - *Forward Rate Agreements*
- **IAS** - *Internacional Accounting Standards*
- **IASB** - *International Accounting Standards Board*
- **IFD** - Instrumentos Financeiros Derivados
- **IFRS** - *Internacional Financial Reporting Standards*
- **NCRF** – Norma Contabilística de Relato Financeiro
- **NIC** - Norma Internacional de Contabilidade
- **NIFR** - Norma Internacional de Relato Financeiro
- **OTC** – *Over-the- counter*
- **PSI** – *Portuguese Stock Index*
- **POC** - Plano Oficial de Contas
- **SNC** - Sistema de Normalização Contabilística

Capítulo 1 Introdução

1.1. Enquadramento

Os acontecimentos que conduziram à crise de crédito imobiliário de elevado risco e posteriormente à crise financeira e à crise económica, por todo o mundo levou os responsáveis tomarem uma atitude em relação aos instrumentos financeiros, na medida que, a grande evolução dos instrumentos financeiros e o crescente impacto da globalização e da internacionalização financeira, preocupou aos principais organismos responsáveis pela criação dos normativos contabilísticos, como o *International Accounting Standards Board (IASB)*, organismo responsável por regras internacionais de contabilidade.

Os membros deste organismo consideram esta tarefa como um grande desafio e de elevada complexidade.

Surgiram novos tipos de contratos e instrumentos financeiros bastante complexos que são transaccionados pelas empresas para cobertura de riscos e, eventualmente, para especulação.

O tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros tornou-se, em consequência, um enorme desafio para a contabilidade, dada a sua elevada complexidade.

Segundo Ferreira (2011), os instrumentos financeiros desempenham hoje, uma função de financiamento empresarial, pois os empresários obtêm junto do mercado de capitais os fundos financeiros necessários para a sua constituição, funcionamento e expansão.

O problema colocado neste estudo será em relação ao tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros analisando assim o impacto da informação económica e financeira no processo de tomada de decisão, tendo por base as entidades cotadas na Euronext de Lisboa, nomeadamente no PSI 20 e algumas empresas que não pertencem ao mesmo, sendo estas, Nova Base, Grupo Imprensa, Grupo Media Capital e Soares da Costa, assim será efetuada uma análise sobre a divulgação da informação nos relatórios e contas.

Iremos apresentar os principais aspetos relativos à contabilização dos instrumentos financeiros preconizados nos normativos de normalização contabilística, nomeadamente no

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

que se refere às regras de apresentação, reconhecimento e mensuração, enfatizando as principais diferenças face ao tratamento contabilístico.

1.2. Objetivos do Estudo

Este trabalho procura estudar as diferentes bases de tratamento contabilístico, em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros e tendo em vista uma divulgação apropriada da informação económica e financeira inerente, pretende, testar a presença dos diferentes instrumentos financeiros nas rubricas do balanço e da demonstração dos resultados, pelo que, se encara a escolha deste tema como um grande desafio.

A questão principal desta investigação refere-se à exploração de vários conceitos, sendo o objetivo determinar a sua relação.

1.3. Estrutura da Dissertação

A presente dissertação é constituída por cinco capítulos, que de seguida são apresentados:

- O capítulo 1- Introdução, onde são apresentados os objectivos do estudo e a organização da dissertação;
- O capítulo 2- Revisão da Literatura, que aborda os principais aspectos relativos à contabilização dos instrumentos, o mercado financeiro, à cobertura de risco, enquadramento histórico e teórico dos instrumentos financeiros, justo valor nos instrumentos financeiros, fiscalidade dos instrumentos financeiros;
- O capítulo 3- Metodologia, onde são descritos a amostra, e os procedimentos realizados para recolher os dados;
- O capítulo 4- Resultados, neste capítulo são apresentados os resultados e a análise dos resultados obtidos, por fim, apresentar-se-ão algumas limitações da investigação e a proposta de trabalho futuro;
- O capítulo 5- Conclusão, onde são apresentadas os aspectos mais relevantes do estudo realizado:

Capítulo 2 Revisão da Literatura

2.1. Conceito de Instrumento Financeiro

As definições mais relevantes no contexto de instrumentos financeiros são comuns as seguintes normativos, a nível internacional:

- IAS 32- Instrumentos Financeiros: Apresentação;
- IAS 39- Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração;
- IFRS 7- Instrumentos Financeiros: Divulgação;
- IFRS 9-Classificação e Mensuração;

A *IAS 32 Financial Instruments : Presentation* (2012, página 1), define instrumentos financeiros como “*A financial instrument is any contract that gives rise to a financial asset of one entity and a financial liability or equity instrument of another entity.*”

No que concerne a nível nacional, os instrumentos financeiros, encontram-se regulados no Sistema de Normalização Contabilístico, na norma contabilística de relato financeiro 27.

A *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 27- Instrumentos Financeiros* (2009, página.5), no seu § 5 define instrumentos financeiros como “um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade.”

Ferreira (2011) refere que, as definições devem ser seguidas, e como tal, deverão ser devidamente analisadas e interpretadas, contudo este realça, que a matéria dos instrumentos financeiros é muito complexa e que algumas das definições já sofreram e vão continuar a sofrer alterações.

É de notar que o conceito de instrumentos financeiros, não se encontra apenas regulado nos normativos referidos anteriormente.

O conceito de instrumentos financeiros encontra-se também regulado na *DIRECTIVA 2004/39/CE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO* (2004), no artigo 4, nº 1, ponto 17 e no Anexo I, secção C.

De acordo com a directiva referida anteriormente, instrumentos financeiros são, 1) Valores mobiliários; 2) Instrumentos do mercado monetário; 3) Unidades de participação em organismos de investimento colectivo; 4) Opções, futuros, *swaps*, contratos a prazo de taxa de juro e quaisquer outros contratos derivados relativos a

valores mobiliários, divisas, taxas de juro ou de rendibilidades ou outros instrumentos derivados, índices financeiros ou indicadores financeiros que possam ser liquidados mediante uma entrega física ou um pagamento em dinheiro; 5) Opções, futuros, *swaps*, contratos a prazo de taxa de juro e quaisquer outros contratos derivados relativos a mercadorias que devam ser liquidados em dinheiro ou possam ser liquidados em dinheiro por opção de uma das partes (por qualquer razão diferente do incumprimento ou outro fundamento para rescisão); 6) Opções, futuros, *swaps* e quaisquer outros contratos derivados relativos a mercadorias que possam ser liquidados mediante uma entrega física, desde que sejam transaccionados num mercado regulamentado e/ou num MTF; 7) Opções, futuros, *swaps*, contratos a prazo e quaisquer outros contratos sobre derivados relativos a mercadorias, que possam ser liquidados mediante entrega física, não mencionados no ponto 6 e não destinados a fins comerciais, que tenham as mesmas características de outros instrumentos financeiros derivados, tendo em conta, nomeadamente, se são compensados ou liquidados através de câmaras de compensação reconhecidas ou se estão sujeitos ao controlo regular do saldo da conta margem; 8) Instrumentos derivados para a transferência do risco de crédito; 9) Contratos financeiros por diferenças (*financial contracts for differences*). 10) Opções, futuros, *swaps*, contratos a prazo de taxa de juro e quaisquer outros contratos sobre derivados relativos a variáveis climáticas, tarifas de fretes, licenças de emissão, taxas de inflação ou quaisquer outras estatísticas económicas oficiais, que devam ser liquidados em dinheiro ou possam ser liquidados em dinheiro por opção de uma das partes (por qualquer razão diferente do incumprimento ou outro fundamento para rescisão), bem como quaisquer outros contratos sobre derivados relativos a activos, direitos, obrigações, índices e indicadores não mencionados na presente Secção e que tenham as mesmas características de outros instrumentos financeiros derivados, tendo em conta, nomeadamente, se são negociados num mercado regulamentado ou num MTF, se são compensados e liquidados através de câmaras de compensação reconhecidas ou se estão sujeitos ao controlo regular do saldo da conta margem.

2.2. Origem histórica

Antunes (2009) salienta que o conceito de instrumentos financeiros foi utilizado pela primeira vez na década de 90 pelo legislador comunitário.

Ao contrário dos seus antepassados como o título de crédito, cuja sua raiz histórica roda a volta do século XII e o valor mobiliário, que foi alvo de uma construção doutrinal e jurisprudencial ao longo do século XX.

Porém o conceito de instrumento financeiro é um conceito jurídico com notório desenvolvimento neste do novo milénio, muito mais recente e que necessita de uma maior exploração.

Ferreira (2011) salienta que os acontecimentos que conduziram à crise de crédito imobiliário de elevado risco e posteriormente à crise financeira e à crise económica, por

todo o mundo levou os responsáveis tomarem uma atitude em relação aos instrumentos financeiros.

O autor refere que a grande evolução dos instrumentos financeiros e o crescente impacto da globalização, e da internacionalização e da desintermediação financeira, preocupou aos principais organismos responsáveis pela criação dos normativos contabilísticos, como o IASB, organismo responsável por regras internacionais de contabilidade e de relado financeiro, e o FASB organismo responsável pela jurisdição nos Estados Unidos da América. Estes consideram esta tarefa como um grande desafio e de elevada complexidade.

2.3. Função Económica

Antunes (2009), refere que os desenvolvimentos dos instrumentos financeiros esta ligado ao movimento de “inovação financeira” que caracteriza os mercados de capitais nas últimas décadas.

A globalização dos mercados financeiros, a sua progressiva liberalização e desregulamentação, a concorrência entre os intermediários financeiros e o progresso das tecnologias de comunicação, conduziram as instituições financeiras nomeadamente bancárias, a uma criação e aperfeiçoamento de novos produtos e instrumentos para a satisfação das necessidades dos seus clientes e dos mercados.

Como obter financiamentos empresariais a preço de baixo custo, como tirar o máximo partido dos capitais próprios? – tais são apenas algumas questões que estão no centro das preocupações dos chamados “ grupos de desenvolvimento de produtos financeiros”.

Antunes (2009) refere que os instrumentos financeiros desempenham hoje, uma função de financiamento empresarial, pois os empresários obtêm junto do mercado de capitais os fundos financeiros necessários para a sua constituição, funcionamento e expansão. O financiamento referido anteriormente poderá ser direto através da emissão de ações, obrigações, unidades de participação ou valores mobiliários, ou indireto, sempre que uma empresa negoceia futuros, opções, swaps, ou outro tipo de derivado, pois as entidades empresariais visam protege-se contra os riscos inerentes à sua atividade.

O grande desenvolvimento dos mercados financeiros mundiais dos últimos anos foi impulsionado pela inovação tecnológica originada por alterações na economia,

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

nomeadamente, da inflação, das alterações nas taxas de juro, taxas de câmbio e nos preços de várias mercadorias (*commodities*) e, ainda, dos fortes avanços tecnológicos registados ao nível da informática e telecomunicações.

Os instrumentos financeiros desempenham um papel importante no plano de financiamento das empresas, das economias e do Estado, os quais permitem uma cobertura mais eficiente e diminuição do risco, uma maior liquidez de mercado, uma maior oportunidade de investimento, e até uma melhor formação dos preços dos bens.

Surgem novos tipos de contratos e instrumentos financeiros bastante complexos que são transaccionados pelas empresas para cobertura de riscos e, eventualmente, especulação. O tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros tornou-se, em consequência, um enorme desafio para a contabilidade, dada a sua elevada complexidade.

2.4. Caraterísticas do conceito Instrumentos financeiros

Antunes (2009, página.36), refere que a definição genérica e preliminar inicialmente apresentada foi a seguinte “instrumento juscomercial representativo de posições jurídicas heterogéneas e susceptíveis de criação e/ou negociação no mercado de capitais, que tem por finalidade primordial o financiamento e/ou a cobertura do risco da actividade económica das empresas”.

Para o autor referido anteriormente não existe uma definição universal de instrumentos financeiros, para este o conceito de instrumento financeiro é um conceito global de referências, casuístico, aberto, e interdisciplinar.

É um conceito global de referências, pois serve fundamentalmente de referencial ordenador dos instrumentos negociáveis no mercado de capitais. Como já referido, o desenvolvimento dos instrumentos financeiros está ligado ao movimento de “inovação financeira” que caracteriza os mercados de capitais, criando novos produtos, em número, qualidade, complexidade e variantes quase diariamente renovadas (por exemplo, os swaps).

No entanto as ordens jurídicas europeias refletem tratamentos legislativos muito diversos, pois a inovação financeira tem progredido a um ritmo muito superior à capacidade de resposta e acompanhamento da ciência. O autor refere que é um conceito casuístico na medida em que o legislador apenas nos diz “quais são” os instrumentos

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

financeiros, ou seja, tudo o que existe é apenas uma enumeração legal dos diversos tipos de instrumentos financeiros.

E por fim o autor salienta que é um conceito aberto, pois considera que se trata de um conceito que ainda não se estabilizou, por ser uma expressão relativamente recente; porém, trata-se igualmente de um conceito interdisciplinar, no sentido que é transversal a vários sectores de ordenamento jurídico, (embora possuindo um regulamento na CMVM), a noção de instrumentos financeiros é frequentemente utilizada mas com significados diferentes.

Além disso Antunes (2009, página.43) salienta que o conceito em apreço é “interdisciplinar surgindo inequivocamente a meio o caminho entre o Direito e a Economia, com efeito a criação e o desenvolvimento dos diferentes instrumentos financeiros concitam a análise jurídica e financeira”.

2.5. Tipos de Instrumentos Financeiros

A *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 27- Instrumentos Financeiros* (2009), permite agrupar os instrumentos financeiros nas seguintes categorias, instrumentos financeiros base¹, instrumentos financeiros derivados² e derivados embutidos³.

Quadro 1: Tipos de Instrumentos Financeiros

Instrumentos Financeiros Base	Instrumentos Financeiros Derivados
Acções	Futuros
Obrigações	Opções
Títulos de Participação	Warrants
Unidades de Participação	Swaps
	CDS- Credit Default Swap
	Forward
	FRA's – Forward Rate Agreements

Fonte: Lopes et al., (2013)

¹ São aqueles cujo cotação ou valorização não esta dependente de outros instrumentos financeiros.

² A sua valorização está condicionada com outro instrumento financeiro.

³ São instrumentos financeiros híbridos, em que se inclui um contrato anfitrião que não é um derivado.

2.5.1. Instrumentos Financeiros Base

De acordo com *Decreto Lei nº 357-A/2007* (2007), no artigo 1º do Código de Valores Mobiliários (CMV), os valores mobiliários são uma categoria dos instrumentos financeiros.

São valores mobiliários, além de outros que a lei como tal qualifique: a) As acções; b) As obrigações; c) Os títulos de participação; d) As unidades de participação em instituições de investimento colectivo; e) Os warrants autónomos; f) Os direitos destacados dos valores mobiliários referidos nas alíneas a) a d), desde que o destaque abranja toda a emissão ou série ou esteja previsto no acto de emissão; g) Outros documentos representativos de situações jurídicas homogéneas, desde que sejam susceptíveis de transmissão em mercado.

2.5.1.1. Acções

“São títulos de rendimento variável (rentabilidade depende dos resultados das empresas) representativos da fracção mínima do capital social da empresa “(Lopes, 2013, página. 530).

Porém também podemos definir acções como “(...) valores mobiliários, emitidos por sociedades anónimas, representativos da participação social do accionista” (Antunes, 2009, página.75)

Segundo Ferreira (2011,página9) “os mercados financeiros de acções têm assumido um papel importante, com períodos de cotação elevados ou mesmo muito elevados, designados por bolha ou bolhas especulativas. Quando estas bolhas rebentam dão origem aos “crashes” pelo que os mercados financeiros de acções passaram por períodos de depressão, e, em muitas situações, afetaram as economias reais dos países e induziram a crises economias e políticas, como por exemplo a crise “subprime” e financeira de 2007/2008.”

A revista “Acções” (2012, página. 3) da CMVM define acções como, “é um título que representa uma fracção do capital social de uma empresa, constituída sob a forma de uma sociedade anónima. O detentor destes títulos é o acionista é a empresa que os emite é o emitente.”

O “Guia do Investidor” (2005, página 11) da CMVM define acções como “valores mobiliários que representam uma parcela do capital social de uma sociedade anónima, ter acções de uma sociedade significa ser accionista, o que confere ao investidor um conjunto de direitos sobre a sociedade. Estes direitos variam em função do número e da categoria de acções detidas.”

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

Segundo a revista “Ações” (2012), o retorno do investimento em ações depende da cotação, mas também de eventos societários, como o aumento ou redução de capital, distribuição de dividendos.

Antes de um investidor adquirir ações de uma determinada empresa, é importante este conhecer a empresa que pretende comprar ações, comparar os preçários praticados pelos diversos intermediários financeiros, conhecer potenciais acontecimentos que poderão decorrer na empresa, como aumento ou redução de capital, conhecer a fiscalidade a que este instrumento financeiro esta sujeito.

As ações conferem ao investidor determinados direitos, sendo que o investidor deve ser informado sobre os negócios da sociedade, participar nos lucros ou prejuízos da empresa e receber dividendos correspondente a percentagem de participação das ações detidas.

Quando um determinado investidor, investe neste instrumento financeiro, este no momento em que decide vender as ações, o seu retorno poderá ser inferior ao custo que adquiriu, ou seja, o valor de cotação à data da venda poderá ser inferior ao custo de aquisição, sendo que o investidor não obtém a totalidade do retorno. O risco associado a venda de ações, pode variar de ação para ação, dependendo diversos factores, como por exemplo a evolução das taxas de juro, o comportamento de outras empresas e mercados.

Desde que as ações estejam cotadas em bolsa por norma estas são fáceis de alienar, porém existem exceções, como sejam os títulos cotados que são pouco transacionados, sendo estes mais difíceis de alinear ao preço desejado.

Existem vários factores que influenciam as cotações, como a evolução dos mercados financeiros, a situação específica das empresas (deve ser analisado o nível de endividamento, quais os investimentos realizados), distribuição de dividendos, aumento de capital.

As ordens de compra e venda de acções podem ser dadas por instituições de crédito (que atuam como intermediários financeiros), porém estas instituições devem estar obrigatoriamente inscritas na CMVM e estar autorizada para tal.

2.5.1.2. Obrigações

São títulos/ ativos financeiros de rendimento ou de cupão fixo, ou seja, pagam juros fixos aos seus titulares, conferindo a estes titulares os direitos de dívida sobre o emitente. São títulos

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

representativos de empréstimos titulados, e que podem assumir diversos tipos, nomeadamente: com juros suplementar ou prémio de reembolso, convertíveis em acções, com direito de subscrição de acções (warrants), com prémio de emissão, (Lopes ,2013, pp.530).

“As obrigações são valores mobiliários representativos de direitos de crédito”(Antunes, 2009, página 87).

Ferreira (2011) afirma que, os mercados de obrigações tem vindo a ser alvo de grande turbulência, no que diz respeito aos títulos de dívida pública para alguns países da União Europeia, sendo Portugal um exemplo desses países.

Contudo para Pinho & Soares (2007, página 129), as obrigações “ são títulos de dívida de médio e longo prazo, emitidos por uma entidade legalmente autorizada, e que representam frações iguais de um empréstimo de médio e longo prazo, conferindo ao seu detentor (o obrigacionista) o direito a receber um juro periódico (cupão) bem como o valor de reembolso do título, numa determinada data futura.”

Portanto podemos afirmar que uma obrigação é um instrumento financeiro negociável⁴, em troca do qual a entidade emitente recebe um determinado valor e o detentor do título passa a ser titular desse título recebendo juros até ao fim do contrato estipulado. Porém é de salientar que os empréstimos obrigacionistas podem ser emitidos pelo Estado ou sociedades privadas, permitindo aos seus emissores uma maior autonomia face aos intermediários financeiros o que irá levar a uma redução do financiamento.

2.5.1.3. Títulos de participação

“São valores mobiliários que conferem ao seu titular o direito a receber uma remuneração com uma componente fixa e a outra variável, dependente da evolução de indicadores de entidades emitentes”(Lopes , 2013, página 530)

Para Antunes (2009, página 97), os títulos de participação são “ valores mobiliários de empréstimos contraídos por empresas públicas”.

Segundo a CMVM, os títulos de participação são valores mobiliários tendencialmente perpétuos que conferem o direito a uma remuneração fixa e variável,

⁴ As obrigações podem ser admitidas a negociação na Bolsa de Valores sendo desta forma transaccionada no mercado secundário.

ambas as remunerações são determinadas de acordo com uma percentagem do valor nominal⁵ do título de participação.

Os títulos de participação apenas serão reembolsáveis se as entidades que os emitiram assim o decidirem, mas nunca antes de terem decorrido 10 anos desde a sua emissão, ou se essas entidades entrarem em falência.

Os títulos de participação conferem aos seus titulares direitos, sendo que a entidade irá receber uma remuneração anual, composta pela parte fixa e variável, a entidade deverá ter conhecimento dos seus negócios, reunir e deliberar em assembleia de detentores de títulos de participação e eleger um representante dos detentores de títulos de participação.

2.5.1.4. Unidades de participação

Para Lopes (2013, página 530) as unidades de participação são “títulos representativos de fracções de património de associações de investidores que se unem para investir em determinado ramo de economia, bem como em ativos financeiros, ou seja, são as fracções mínimas dos fundos de investimento.”

Contudo para Antunes(2009, página 98) as unidades de participação são “ valores mobiliários representativos da posição jurídica do participante em organismos de investimento colectivo.”

Segundo o *Decreto-Lei nº. 319/2002 de 28 de Dezembro* (2002, página. 8159), no artigo 47º nº 1 “as unidades de participação dos fundos comercializáveis junto do público (FCP) são valores mobiliários nominativos, que podem assumir forma escritural ou titulada, sendo-lhes aplicável o disposto no Código dos Valores Mobiliários em tudo o que não se encontrar especialmente regulado no presente diploma”.

De acordo com o mesmo decreto e no mesmo artigo no nº 2 “ as unidades de participação dos FCP são susceptíveis de ser negociadas em mercado regulamentado.”

O *Decreto-Lei nº. 319/2002 de 28 de Dezembro* (2002, página 8158), no artigo 39 nº 1 “as unidades de participação em fundo de investidores qualificados (FIQ) são representadas através de títulos de crédito nominativos designados por certificados”.

⁵ Corresponde ao montante do empréstimo e só excepcionalmente será restituído ao investidor, servindo de base ao cálculo da remuneração fixa e variável.

Por outras palavras, as unidades de participação correspondem à "parcela" mínima de um fundo de investimento. O seu valor corresponde à divisão do montante total dos ativos do fundo (ações, obrigações, depósitos) pelo número de unidades de participação em circulação, a Proteste (2014).

2.5.2. Instrumentos Financeiros Derivados

De acordo com a *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 27-Instrumentos Financeiros* (2009, página 4) no § 5 um instrumento derivado é um instrumento financeiro ou outro contrato com todas as três características seguintes:

(a) O seu valor altera-se em resposta à alteração numa especificada taxa de juro, preço de instrumento financeiro, preço de mercadoria, taxa de câmbio, índice de preços ou de taxas, notação de crédito ou índice de crédito, ou outra variável, desde que, no caso de uma variável não financeira, a variável não seja específica de uma parte do contrato (por vezes denominada "subjacente"); (b) Não requer qualquer investimento líquido inicial ou requer um investimento inicial líquido inferior ao que seria exigido para outros tipos de contratos que se esperaria que tivessem uma resposta semelhante às alterações nos factores de mercado; (c) É liquidado numa data futura.

Contudo para Antunes (2009, página.119) designam-se instrumentos financeiros derivados ou simplesmente derivados os, “ instrumentos financeiros resultantes de contratos a prazo celebrados e valorados por referência a um determinado ativo subjacente”

Braz, Martins, Oliveira, & Venes (2000, página 5) afirma que “os derivados são vulgarmente designados como instrumentos financeiros que assentam numa relação contratual estabelecida entre duas ou mais partes, onde todas as condições inerentes ao pagamento ou qualquer outra acção a executar futuramente, são previamente estabelecidas.”

O valor de um derivado depende do comportamento do preço do ativo subjacente e de outras variáveis, como a taxa de juro e a taxas de câmbio.

Martins (2012) afirma que os instrumentos financeiros derivados têm revelado um enorme crescimento, tal facto pode ser comprovado pelo elevado volume de transações efetuados atualmente.

Dependendo das suas características, os instrumentos derivados são transacionados em dois tipos de mercados, os organizados e os não organizados (mercado de balcão).

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

Martins (2012) salienta que, os instrumentos derivados são produtos financeiros complexos, sendo utilizados pelas instituições financeiras e não financeiras de maneira a reduzir os riscos associados à sua atividade.

Porém, uma má utilização dos mesmos poderá conduzir a situações que agravem os riscos, sendo que, é fundamental que todas as partes intervenientes estejam em sintonia para a importância da transparência neste mercado.

Devido a inovação financeira possibilitou-se o aparecimento dos instrumentos financeiros derivado, como os forwards, os swaps, os futuros, as opções, os Credit Default Swap (CDS) e os FRA'S.

As empresas procuram evitar perdas nos seus negócios, pelo que os produtos derivados na gestão dos riscos financeiros estão em constante crescimento.

Para Martins (2012, página 6) “os instrumentos derivados são utilizados por empresas financeiras e não financeiras, assim como por investidores particulares e institucionais visando a obtenção de vários objetivos, nomeadamente, a cobertura de risco, a tomada de eventuais posições especulativas, a análise sobre o futuro do mercado, a obtenção de lucro através duma estratégia de arbitragem e a alteração da natureza de uma dívida ou investimento.”

Os instrumentos derivados têm como principais objectivos, o *hedging*⁶, a especulação⁷ e a arbitragem⁸.

Devido à complexidade associada e as dificuldades na forma de mensuração e de relato financeiro, a crescente utilização dos instrumentos financeiros preocupa as entidades de regulação e supervisão.

Pelo que, as organizações internacionais de contabilidade procuram, regulamentar esta área, de modo a evitar situações anormais.

2.5.2.1. Futuros

Antunes (2009, página 152) afirma que “designam-se por futuros, os contratos a prazo padronizados, negociados em mercado organizado, que conferem posições de compra e venda sobre determinado ativo subjacente por preço e em data futura

⁶ Utilização de estratégias de cobertura para cobrir riscos associados a posições curtas e longas, no caso de oscilações inesperadas nas taxas de juro ou cambial, tem como objectivo atenuar eventuais grandes perdas.

⁷ Utilização de estratégias em transacções expostas ao risco com o objectivo de obter lucros resultantes da flutuação do preço.

⁸ Utilizam estratégias de arbitragem para beneficiar de eventuais imperfeições pontuais no mercado, ganhando sem assumir qualquer risco.

previamente fixados, a executar mediante liquidação física ou financeira.”. Lopes (2013) considera que os futuros são contratos reversíveis de compra e venda a prazo, realizado entre duas partes (o vendedor e o comprador), numa data futura por um determinado preço, porém o preço é fixado logo.

Os futuros permitem aos investidores, cobrir o risco, garantindo o preço de um ativo no futuro e beneficiar de uma previsão sobre a evolução dos preços do ativo subjacente.

Para Ferreira (2011, página 233) “os futuros são produtos derivados principais cujo objectivo é o de fixar, no presente, preços terão efeito no futuro, são transacionados apenas nos mercados organizados, regulamentados ou bolsas de valores e, por isso são produtos padronizados, uma vez que, apresentam termos e condições prefixadas, quanto à dimensão, unidades de transação e cotação, meses de negociação e data de entrega do ativo subjacente, tipo de entrega- física ou financeira.”

Martins (2012, página. 4) define futuro como “contratos a prazo padronizados que representam o direito de comprar ou vender uma determinada quantidade de produto ou tipo de activo, numa data específica, a um preço previamente fixado, onde quer o comprador quer o vendedor do contrato têm uma obrigação para com a sua contraparte.”

No fundo os futuros são um instrumento financeiro derivado que permitem aos investidores efetuarem a cobertura de risco ou especular sobre a variação do preço de um determinado índice de mercado, matéria-prima ou outro ativo subjacente.

2.5.2.2. Opções

Segundo Antunes (2009, página 159) designam-se por opções, “ os contratos a prazo que atribuem a uma das partes um direito potestativo de compra ou de venda decerto ativo subjacente por preço e em data predeterminados, a executar mediante liquidação física ou financeira, contra a obrigação de pagamento de um prémio.”

Para Lopes (2013) as opções são um contrato realizado entre duas partes mediante os quais o comprador adquire o direito de comprar ou de vender, porém neste contrato não existe opção de comprar ou vender, durante um certo período de tempo, um ativo por um preço estabelecido no momento da celebração do contrato, pagando assim um prémio. Este autor refere que existem dois tipos primários de opções que são as opções europeias, que podem ser exercidas apenas na data de maturidade e as opções americanas podendo estas ser exercidas a qualquer momento dentro da maturidade do contrato.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

Martins (2012, página 4) define opções como “um contrato que concede ao comprador um direito, mas não uma obrigação, de comprar ou vender um ativo numa determinada data a um preço previamente estabelecido.

Ferreira (2011, página 277) considera que “ as opções são contratos pelos quais as partes compradoras assumem o direito, mas não a obrigação de comprar ou de vender, uma certa quantidade de um instrumento subjacente um determinado preço, numa data pré-estabelecida, ou em qualquer momento até essa data.”

As opções podem dividir-se em dois grandes grupos:

- Opções de compra: o comprador de uma opção de compra em relação a um determinado ativo subjacente adquire o direito, mas não a obrigação, de comprar esse ativo, a um preço previamente estabelecido (preço de exercício) numa determinada data, pagando um prémio ao vendedor da opção, porém o vendedor assume a obrigação de vender o ativo, se o comprador exercer o seu direito.
- Opções de venda: o comprador de uma opção de venda em relação a um determinado ativo adquire o direito, mas não a obrigação de vender esse ativo a um determinado preço e numa determinada data, pagando um premio ao vendedor da opção, contudo o vendedor assume a obrigação de comprar esse ativo.

De acordo com as várias definições de opção apresentada podemos distinguir quatro posições possíveis que o investidor pode assumir num investimento em opções, segundo o “Guia do Investido” (2005) da CMVM.

Quadro 2: Opções

	Opção de Compra	Opção de Venda
Comprador	Paga o prémio e adquire o direito de comprar um ativo ao preço de exercício	Paga o prémio e adquire o direito de vender um ativo ao preço de exercício
Vendedor	Recebe o prémio e assume o compromisso de vender um ativo ao preço de exercício.	Recebe o prémio e assume o compromisso de comprar um ativo ao preço de exercício

Fonte: “Guia do Investidor” (2005, página 20)

Poderemos dizer que as opções são instrumentos financeiros derivados cujo existem a opção de comprar ou vender, ou seja, uma opção confere o direito de comprar um

determinado ativo por um valor pré-determinado e o vendedor é obrigada a concluir essa transacção.

2.5.2.3. Swaps

Antunes (2009, página 167) afirma que designam-se por swaps, “o contrato pelo qual as partes se obrigam ao pagamento recíproco e futuro de duas quantias pecuniárias, na mesma moeda ou em moedas diferentes, numa ou varias datas predeterminadas, calculadas por referência a fluxos financeiros associados a um ativo subjacente, geralmente uma determinada taxa de câmbio ou de juro.

Para Lopes (2013,página 533) swap é um contrato “ entre duas empresas/ entidades para troca de cash-flow no futuro, o acordo define as datas das transacções e a forma como estes cash-flow serão calculados”

Martins (2012, página 4) swap “é um contrato de troca de séries de *cash flows* entre duas entidades no futuro, segundo um plano previamente estabelecido. Incidem normalmente sobre *cash-flows* associados a taxas de juro e taxas de câmbio.”

Os swaps podem ser classificados em três categorias: não e designado de instrumento de cobertura, cobertura de justo valor e cobertura de fluxos de caixa.

Poderemos afirmar que swaps são instrumentos financeiros derivados de cobertura de risco, que irá permitir evitar oscilações das taxas de juro e de câmbio sendo que os swap são contratos entre partes que se obrigam a um pagamento na mesma moeda ou em moedas diferentes, numa determinada data.

2.5.2.4. Forwards

Antunes (2009, página 190), define por forwards “ os contratos a prazo negociados em mercado de balcão que conferem posições de compra e de venda sobre determinado ativo subjacente por preço e em data futura previamente fixados.”

Lopes (2013, página 535) considera que estamos perante um forwards quando “ as contrapartes decidem comprar ou vender determinado ativo numa data futura a um determinado preço. Estes contratos são transaccionados em mercados de balcão, entre duas instituições financeiras ou entre uma instituição financeira e seus clientes.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

Martins (2012, página 4) os contratos forwards são instrumentos derivados semelhantes aos futuros, contudo, são feitos à medida do cliente, não tendo um padrão predefinido e são geralmente transacionados no mercado de balcão (OTC). Têm subjacente um acordo entre duas partes, onde estas se comprometem a comprar e vender um determinado ativo, em quantidade e qualidade definidas no contrato, numa data futura a um preço fixado no presente.

Podemos afirmar que os forwards são instrumentos financeiros derivado, em que consiste num contrato de compra e de venda de um dado ativo, numa determinada data futura a um determinado preço.

2.5.2.4.1. FRA (Forward Rate Agreements)

Segundo Lopes (2013, página 535) Forward Rate Agreements (FRA) “são contratos a prazo de taxas de juro, nos quais a taxa de juro a pagar ou a receber sobre um determinado montante, por um período de tempo pré-determinado, com início no futuro, é estabelecida na data de celebração do contrato.”

No fundo este é um contrato financeiro entre duas partes para proteger-se contra os movimentos nas taxas de juros em determinada moeda, sendo que este permite a fixação a prazo de uma taxa de juro, com início numa data a fixar.

2.5.2.5. Warrants autónomos

“São valores mobiliários que conferem ao seu titular um direito, mas não a obrigação, de comprar ou de vender o ativo subjacente ao qual estão indexados, ao preço inicialmente contratado e numa data futura igualmente pré-fixada”, segundo Lopes 2013, página 535)

O “Guia do Investidor” (2005, página 14) “ os warrants autónomos são valores mobiliários com uma duração limitada que conferem ao investidor um direito sobre outros valores mobiliários ou ativos financeiros, designados por ativo subjacente.”

A emissão de warrants autónomos sobre ações confere o direito ao investidor comprar ou vender ações numa determinada data.

O warrant confere um direito, não uma obrigação, pois o investidor tem sempre a opção de optar por exercer ou não o seu direito.

O warrant pode ser emitido pelo banco e por instituições de crédito e sociedades financeiras autorizadas pelo Banco de Portugal. Os warrants conferem direitos, tais como,

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

o direito a compra e venda de um ativo subjacente, subscrição de um ativo subjacente, recebimento pela diferença entre dois preços (do preço do ativo subjacente no momento do exercício e o preço do exercício).

É importante salientar, que existem warrants de compra (call warrants), neste é conferido o direito a comprar o ativo subjacente e warrants de venda (put warrants), neste é conferido o direito de vender o ativo subjacente.

Os warrants podem ser americano, em que a entidade detentora pode exercer em qualquer momento desde a subscrição ou aquisição até à data de maturidade, porém o warrants também poderá ser do tipo europeu, em que a entidade detentora pode exercer apenas na data de maturidade.

2.5.2.6. CDS – Credit Default Swap

Lopes (2013, página 535) define Credit Default Swap (CDS) como “um acordo de permuta financeira em que o vendedor de CDS compensará o comprador em caso de evento adverso relacionado com empréstimo padrão ou outro evento adverso relacionado com empréstimo padrão ou outro evento.”

Segundo Silva, Rebelo, Afonso, & Bento (2012) o mercado de CDS, apresentou um forte aumento ao longo das últimas duas décadas, devido as transações efetuadas fora da bolsa.

Alguns autores salientam que as transações contribuíram para o aumento do risco no setor financeiro durante a crise financeira de 2008, porém os CDS's segundo a opinião de diversos autores foram os responsáveis pelos juros da dívida soberana de diversos países da zona euro.

Este instrumento financeiro é usado para cobrir o risco de crédito como também para especulação permitindo aos investidores transacionares separadamente o risco de crédito.

Silva et al. (2012) salientam que as maiores participantes nos mercados de CDS são as instituições financeiras, pois permite cobrir o risco, os CDS's podem estimular a estabilidade financeira através da sua capacidade para melhorar a alocação de risco de crédito e do contributo para um mercado mais líquido e diversificado.

Silva et al.(2012, página 53) afirmam que “um dos argumentos a favor da utilização deste instrumento é o facto de proporcionarem liquidez adicional ao mercado de

obrigações.” Porém, se estes instrumentos financeiros permitem reduzir a exposição dos bancos ao risco de incumprimento, por outro podem alavancar a exposição dos investidores a novos riscos.

2.6. Mercado Financeiro

Segundo Simões (2011, página 4) “ *o mercado financeiro é (...) considerado um mecanismo que permite a compra e venda de valores mobiliários, ou seja, dá-se lugar a uma transferência de valores que representam um conjunto de direitos e deveres aos seus titulares.*”

Os valores mobiliários representam uma forma de financiamento para as entidades que os emitem, sendo para os investidores uma forma de aplicação de poupança, que se caracteriza por diversos níveis de risco e de rendibilidade.

A função principal de mercado financeiro, é estabelecer uma ligação entre as diversas unidades económicas, como as famílias, as entidades empresariais e os governos que compõem os diferentes Estados, para que se concretize uma formação prévia ou simultânea de poupança que será transformado em investimento.

Dos vários segmentos de mercado, aquele que se encontra mais diretamente relacionado com a informação contabilística, é o mercado de valores mobiliários.

“O mercado de valores mobiliários (também designado por praça financeira) é um "espaço" ou "organização" onde é efectuado o encontro entre a oferta e a procura de valores mobiliários ou de outros instrumentos financeiros.”(Nunes, 2008) ⁹

Rodrigues (2010), salienta que, o mercado de valores mobiliários¹⁰, abarca uma malha complexa de mercados interligados mas independentes compreendendo essencialmente dois segmentos, a saber:

- I. O mercado primário, que é constituído pelos ativos financeiros que iniciam a sua circulação através de emissões e subscrições públicas ou privadas, o Mercado diz-se primário quando o produto da venda reverte a favor da Entidade emitente.

⁹ Esta referência foi retirada de um site da internet:

<http://www.knoow.net/cienceconempr/financas/mercadovaloresmobiliarios.htm>

¹⁰ De acordo com Código dos Valores Mobiliário (2007), republicado pelo Decreto de Lei 357-A/2007, de 31 de Outubro, são valores mobiliários (Artigo 1º): as acções, obrigações, títulos de participação, as unidades de participação de fundos de investimentos, os warrants autónomos e os direitos e outros instrumentos que sejam susceptíveis de ser transaccionado no mercado de capitais.

II. O mercado secundário, conjunto de Mercados de instrumentos financeiros organizados para assegurar a compra e a venda dos ativos, depois de distribuídos pelos Investidores através do Mercado primário, ou seja, é o Mercado onde se transaccionam entre Investidores particulares e institucionais os instrumentos financeiros criados no Mercado primário, são mercados secundários as bolsas de valores, por exemplo a Euronext Lisboa.

O mercado secundário ao nível da organização distingue-se entre bolsa de valores ou mercado de valores mobiliários e o mercado de balcão¹¹ (over-the-counter ou OTC). Borges et al. (2010) afirma que, no mercado secundário devemos considerar o mercado a contado (mercado à vista ou spot) e o mercado a prazo.

No primeiro as operações são líquidas num curto prazo (até três dias uteis, após realizada a transacção), no entanto no mercado a prazo esta entrega ocorre num período de tempo maior. A liquidação, nos mercados de capitais consiste na transferência de valores da conta do vendedor para a conta do comprador.

“O mercado atua no sentido de aumentar o volume de investimento ao conferir liquidez aos instrumentos transacionáveis. Quer com isto dizer que, possibilita uma forma de reversibilidade às decisões de investimento, ou seja, o detentor dos títulos pode a qualquer momento vendê-las, situação que é enaltecida pelos investidores na medida que as decisões são tomadas num contexto de incerteza, no qual não se sabe que retornos futuros irão obter” (Keynes, 1936) citado por Simões (2011, página 7)

Todas as transacções estão condicionadas a risco. Simões (2011) considera que, o mercado financeiro opera como mecanismo de descoberta de preço dos títulos, na perspectiva que ao não existir um valor intrínseco associado ao título será através dos mercados que irá ser definido o seu valor através do equilíbrio da oferta e da procura, porém este equilíbrio é afetado pelas percepções de agentes, que têm diferentes posturas e expetativas.

Keynes (1936) aponta que o desenvolvimento do mercado de capital aumenta a volatilidade¹² dos investimentos e influencia o volume das transacções. A volatilidade está

¹¹ Mercado OTC é o mercado aberto para títulos não cotados em Bolsa, permitindo às empresas de menor dimensão, a transacção dos seus títulos a custos substancialmente inferiores. Diz-se que um título foi transacionado no mercado de balcão, quando é transacionado fora da bolsa de valores. Não é, portanto, um mercado organizado onde se faz o encontro entre a procura e a oferta, mas sim um conjunto de encontros particulares. É um mercado virtual, dado que todas as transacções são feitas apenas por telefone ou informaticamente, de acordo com Simões (2011, pag. 5).

¹² Sensibilidade evidenciada pela cotação de um título ou de uma carteira às variações globais dos mercados financeiros nacionais e internacionais. Também pode ser definida como uma medida estatística

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

associada a um estado de confiança, na medida que, se for baixo o investidor não irá investir, pois este estará pouco seguro no que diz respeito ao retorno que poderá obter.

Simões (2011, página 7) afirma que, “o desenvolvimento do mercado faz com que o preço não seja determinado pelas expectativas do investidor sobre a capacidade do título em gerar cash flows e distribuir juros ou dividendos numa perspetiva de médio e longo prazo, mas sim, pela expectativa dos especuladores no que diz respeito ao comportamento futuro da formação do preço, resultantes do movimento dos preços de mercado pode afetar as expectativas dos intervenientes.

Segundo Schumpeter (1911) citado por Simões(2011,página 4) “os intermediários financeiros são de elevada importância uma vez que têm a capacidade de promover o crescimento económico, que ocorre por meio da capacidade de identificar e direcionar os recursos financeiros. O mercado financeiro tem a capacidade de encaminhar fundos de agentes que possuem excesso de poupança para outros que necessitam de mais recursos do que aqueles que possuem, bem como de aumentar a eficiência na afetação do capital”.

O investimento de mercado de capital deve ser feito por intermediários financeiros, de acordo com a revista Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (2012), os serviços prestados de intermediação financeira são: a receção, a execução e a transmissão de investimento, a abertura das contas de registo das operações e depósito dos valores mobiliários, a gestão de uma carteira de valores a consultoria para investimento e a concessão de crédito para investir em instrumentos financeiros, porém a *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 27- Instrumentos Financeiros* (2009) no § 5 define instrumentos financeiros como “um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade”

Contudo é de realçar que o intermediário financeiro deve prestar ao investidor a seguinte informação: as características e o preço dos instrumentos financeiros que este último pretende comprar, o custo do serviço prestado pelo intermediário e outras comissões, a rentabilidade e o risco específico de cada investidor, as condições de cada contrato, o modo e a periodicidade do contrato realizado entre as partes, de acordo com a revista Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, (2012).

2.7. A cobertura do risco

A análise de risco constitui um dos assuntos mais importantes na gestão e na tomada de decisão nas empresas.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

A divulgação do risco a que as empresas estão sujeitas tem vindo a merecer cada vez mais destaque, devido a crise económica financeira americana e a crise da dívida que se instalou em Portugal, muito se tem falado em algumas variáveis, como as taxas de juro, a avaliação do risco de negócio, segundo Graça (2012).

Para ganhar a confiança dos investidores e dos mercados, as empresas divulgam a sua informação, quer ao nível financeiro quer não financeira, seja esta obrigatória ou voluntária.

O risco é um elemento incontornável para qualquer empresa. Porém uma empresa também é suscetível ao risco de negócio, e por isso é do interesse das partes interessadas divulgarem a informação, segundo Amran, Bin, & Hassan (2009).

São várias as definições de risco presentes na literatura, relativo à definição do conceito de risco, e não existe consenso.

Para Linsley & Shrives (2006), o risco refere-se a qualquer oportunidade ou perspetiva, ou qualquer perigo, dano, ameaça ou exposição, que possa causar ou vir a causar impacto sobre a empresa ou da gestão de qualquer oportunidade, perspetiva, perigo, dano, ameaça ou exposição. Ou seja, consideram o “risco” em sentido amplo, incluindo o sentido positivo e o sentido negativo.

Solomon, Solomon, Norton, & Joseph (2000) referem-se a todos os tipos de risco que as empresas enfrentam e consideram que o risco pode ser entendido como a incerteza associada quer a ganho potencial quer a perda potencial.

Para Cabedo & Tirado (2003) definiram risco como a possibilidade de perda de riqueza de uma empresa decorrente da interação de factores emergentes dos desafios e das ameaças que, atualmente, as empresas enfrentam.

Segundo a FERMA (2003, página 3) “a gestão de riscos é um elemento central na gestão da estratégia de qualquer organização. É o processo através do qual as organizações analisam metodicamente os riscos inerentes às respetivas atividades, com o objectivo de atingirem uma vantagem sustentada em cada atividade individual e no conjunto de todas as atividades. O ponto central de uma boa gestão de riscos é a identificação e tratamento dos mesmos. O seu objetivo é o de acrescentar valor de forma sustentada a todas as atividades da organização. Coordena a interpretação dos potenciais aspetos positivos e negativos de todos os factores que podem afetar a organização. Aumenta a probabilidade de êxito e reduz tanto a probabilidade de fracasso como a incerteza da obtenção de todos os objetivos globais da organização. A gestão de riscos deve ser um processo em constante desenvolvimento aplicado à estratégia da organização e à implementação dessa mesma estratégia. Deve analisar metodicamente

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

todos os riscos inerentes às atividades passadas, presentes e, em especial, futuras de uma organização.”

Desde modo, o risco é um conceito muito incerto, este encontra-se em causa quando tomamos determinadas decisões, que pensamos serem as melhores, mas que porém podem surgir situações inesperadas, que colocam em causa as decisões tomadas.

A gestão dos riscos económicos e financeiros é uma das principais preocupações dos responsáveis pelas organizações.

“A gestão de riscos refere-se aos métodos e processos usados pelas organizações para gerir os riscos (ou oportunidades), de forma a conseguirem alcançar os seus objetivos”, de acordo com Silva (2012, página 5), sendo assim é criada uma matriz de gestão que envolve os seguintes processos, segundo o autor Amran et al. (2009), mas citado por Lajili & Zeghal (2005).

1. Identificação, quantificação e avaliação dos tipos de riscos que a empresa poderá enfrentar;
2. Formulação de estratégias para a resolução dos riscos, implementação de procedimentos para retirar benefícios do impacto desses potenciais riscos;
3. Verificação e monitorização da implementação de todas as acções planeadas segundo as estratégias definidas;

Os instrumentos financeiros derivados são, neste contexto, importantes na gestão do risco. Através deles, podemos reduzir ou mesmo eliminar os riscos, funcionando como uma espécie de seguro.

Alves & Graça (2013) no seu estudo referem que existe um tipo de risco que é o “risco do mercado de capitais”, o qual se encontra relacionado com o uso dos instrumentos financeiros.

Ameer (2009) e Othman & Ameer (2009) nos seus estudos definem o risco de mercado como o risco de perda decorrente de mudanças adversas nas taxas de mercado e preços, como por exemplo nas taxas de juros, de câmbio, preços de mercadorias, ou nas cotações das acções.

Na *Norma Internacional de Relato Financeiro 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação de Informação* (2006, no apêndice A), define risco de mercado como um “risco de que o justo valor ou fluxo de caixa futuro de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nos preços de mercado.” É de salientar que o risco de mercado de capitais subdivide-se nos seguintes riscos:

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros,
comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

- Risco taxa de juro;
- Risco de liquidez;
- Risco de cambial;

A Norma Internacional de Relato Financeiro 27 - Instrumentos Financeiros: Divulgação de Informação (2006, Apêndice A e B) define as seguintes tipologias de risco:

- Risco de crédito;
- Risco cambial;
- Risco de taxa de juro;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Outros riscos de preços;

2.8. Normas Contabilísticas Internacionais

2.8.1. IAS 39

Pulido (2012) afirma que desde a publicação da IAS 39 as normas sobre os instrumentos financeiros tem sido alvo de uma intensa discussão, pois os diversos organismos como o IASB e o FASB defendem a contabilização dos instrumentos financeiros ao justo valor com as respetivas variações a serem imputadas ao resultado no período em que ocorrem por acreditarem que esta é a melhor forma de proporcionar informação acerca da posição financeira e do desempenho que seja útil aos utilizadores das demonstrações financeiras.

A União Europeia (através essencialmente da sua Comissão) tornou-se num dos principais utentes interessados nas IAS, tem demonstrado uma oposição política, no que diz respeito à adoção do justo valor na mensuração de ativos e em especial de instrumentos financeiros.

Por causa destes pontos de vista diferentes estes normativos têm sido constantemente alterados, estas alterações introduziram restrições à utilização do justo valor.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

Devido a crise financeira, a instabilidade e a incerteza instalaram-se nos mercados financeiros, o que levou que a mensuração dos instrumentos financeiros ao justo valor fosse novamente posta em causa.

Pulido (2012, pag.14) salienta que “foram criticados os pontos relacionados com a irrevocabilidade da classificação dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor, uma vez que em condições de mercado com pouca liquidez e grande volatilidade o apuramento do justo valor seja altamente subjetivo e consequentemente sujeito a julgamento.”

O IASB acabou por alterar a IAS 39 e a IFRS 7 para permitir a reclassificação de ativos financeiros que se encontravam mensurados ao justo valor, para outras baseadas no custo histórico.

2.8.1.1. Princípios IAS 39

No caso do IASB, os princípios orientadores estão definidos no "Quadro de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras "(IASB-Quadro).

Princípio 1: Todos os instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial

A *IAS 32 Financial Instruments* (2012, página 1) define instrumentos financeiros “A financial instrument is any contract that gives rise to a financial asset of one entity and a financial liability or equity instrument of another entity.”

No caso de um ativo ou passivo financeiro, o contrato também estabelece a certeza que quaisquer benefícios económicos que surgem fluirão para a entidade, e considerando-se que o custo ou justo valor de um ativo ou passivo financeiro pode sempre ser medido com confiabilidade.

Assim, os requisitos de enquadramento do IASB para o reconhecimento também são atendidos.

De acordo com este princípio, todos os instrumentos financeiros que se enquadram na IAS 39 são reconhecidas no Balanço.

Princípio 2: Só Ativos e Passivos no Balanço Patrimonial

A consequência mais importante deste princípio diz respeito aos ganhos e perdas decorrentes do justo valor.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

Quando os instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor, os ganhos e as perdas devem ser divulgados nas demonstrações financeiras, contudo, as perdas ou ganhos não tem características essenciais dos ativos ou passivos, pois não há qualquer benefício associados as perdas, da mesma forma não há qualquer obrigação associado a um ganho.

Assim, as perdas ou ganhos dos instrumentos financeiros não constituem ativos ou passivos a serem relatados no balanço.

Princípio 3: O justo valor é a medida mais relevante

A *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 27- Instrumentos Financeiros* (2009) , no seu § 5 define justo valor como “ quantia pela qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transacção em que não exista relacionamento entre ela.” Os justos valores dos ativos e passivos financeiros fornecem informação mais relevante e compreensível do que o custo histórico. O justo valor reflete o equivalente de caixa dos instrumentos financeiros, em vez de um preço de uma transação passada.

De acordo com este princípio, quase todos os instrumentos financeiros derivados são mensurados ao justo valor.

Princípio 4: Contabilidade Especial só em circunstâncias claramente definidas

Quando os instrumentos financeiros são utilizados em conjunto com outros ativos, passivos ou transações antecipadas, estes itens são mensurados em bases diferentes (justo valor, custo ou custo amortizado) e reconhecidos em diferentes momentos. Porém Hague (2004) apresenta um método básico de contabilidade para ajustar as diferenças salientadas anteriormente, o método designa-se por “*hedge accounting*”, esta é uma excepção apenas é aplicada a determinado itens de qualificação.

Este princípio resulta da IAS 39, sendo muito específico sobre as circunstâncias em que pode ser aplicado a contabilização para a cobertura de risco.

Hague (2004) salienta que os princípios da IAS 39 podem não ser uniformemente aceites.

2.8.2. IFRS 7

Gornik-Tomaszewski (2006), no seu estudo afirma que a IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, foi emitida no dia 18 de Agosto de 2005, esta IFRS é um complemento a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, Ferreira (2011) afirma que em 5 de Março de 2009, foram publicadas alterações à IFRS 7.

A IFRS 7- Instrumentos Financeiros: Divulgações, tem como objetivo “require entities to provide disclosures in their financial statements that enable users to evaluate: (a) the significance of financial instruments for the entity’s financial position and performance; and (b) the nature and extent of risks arising from financial instruments to which the entity is exposed during the period and at the end of the reporting period, and how the entity manages those risks.” (*International Financial Reporting Standard 7 Financial Instruments : Disclosures*, 2012 §1).

No fundo a IFRS tem como objetivo proporcionar informação aos investidores e outros usuários das demonstrações financeiras, no que diz respeito aos instrumentos financeiros para fazer o melhor julgamento baseado no risco e no retorno.

Ferreira (2011, página 628), “ a IFRS 7 aplica-se a todas as entidades, quer apresentem poucos instrumentos financeiros (...), quer apresentem muitos e complexos instrumentos financeiros.”

Os princípios estabelecidos na IFRS 7 complementam os princípios consagrados na IAS 32- Instrumentos Financeiros: Apresentação, na IAS 39- Instrumentos Financeiros, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros quando utilizada em alternativa à IAS 39.

Esta IFRS deve ser aplicadas a todas as entidades para os diversos tipos de instrumentos financeiros, excepto, “those interests in subsidiaries, associates and joint ventures (...), employers rights and obligations arising from employee benefit plans, to which IAS 19 *Employee Benefits* applies, insurance contracts as defined in IFRS 4 *Insurance Contracts*. However, this IFRS applies to derivatives that are embedded in insurance contracts if IAS 39 requires the entity to account for them separately (...), financial instruments, contracts and obligations under share-based payment transactions to which IFRS 2 *Share-based Payment* applies (...), instruments that are required to be classified as equity instruments in accordance with paragraphs 16A and 16B or paragraphs 16C and 16D of IAS 32.” (*International Financial Reporting Standard 7 Financial Instruments : Disclosures*, 2012,§ 3).

De acordo com *International Financial Reporting Standard 7 Financial Instruments: Disclosures* (2012,§7), “An entity shall disclose information that enables users of its financial statements to evaluate the significance of financial instruments for its financial position and performance.”

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

Esta IFRS aplica-se para todos os instrumentos financeiros, quer estes estejam reconhecidos ou não, de acordo com o § 4.

Os instrumentos financeiros reconhecidos dizem respeito aos ativos e passivos que se encontram refletidos na IAS 39 ou IFRS 9, porém, os instrumentos financeiros não reconhecidos dizem respeito a instrumentos que se encontram fora do âmbito de reconhecimento da IAS 39 mas devem ser reclassificados por força da IFRS 7, como por exemplo os compromissos de empréstimos, de acordo com Ferreira (2011).

Segundo Condon (2008), a IFRS 7 contém diversos requisitos de divulgação que abrangem divulgações qualitativas e quantitativas. Na análise qualitativa a entidade deverá divulgar os riscos que a entidade está exposta e a forma como estes riscos surgiram, porém a entidade deve seleccionar informação adequada sobre as políticas e processos para gerir esses factores de risco para o conhecimento do acionista.

Condon (2008) salienta que, a IFRS 7 requer uma análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado para o qual a fundo está exposto, mas não exige divulgação qualitativa e informações quantitativas sobre o risco de mercado.

No que diz respeito ao risco de crédito é necessário divulgar sobre este risco, devendo assim divulgar a quantia que melhor representa a sua exposição no risco de crédito à data do balanço, sem o reconhecimento de qualquer garantia ou outros recursos de cobertura de crédito. A IFRS 7 exige a divulgação da análise da maturidade contratual para todos passivos financeiros, no risco de liquidez.

Condon (2008) salienta que, a introdução da IFRS 7 a partir do momento em que é aplicada significa que haverá maior ênfase sobre as divulgações relativas ao risco. A implementação da IFRS 7 é um desafio para a indústria de fundos, devido a necessidade de informações comparativas e a cooperação mútua entre o administrador e o gestor para a produção da informação a divulgar.

2.8.3. IFRS 9

Pulido (2012) salienta que, às alterações efectuadas no IAS 39 e IFRS7, o IASB apresentou um projecto, que visa a substituição da IAS 39, subdividindo-se este projeto em três fases.

- Fase 1: Classificação e mensuração;
- Fase 2: Imparidade;

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

- Fase 3: Contabilidade de cobertura;

Após a conclusão da primeira fase Ferreira (2011) afirma que em 2009 o IASB emitiu um novo normativo internacional de relato financeiro, a IFRS 9: Classificação e Mensuração.

2.8.3.1. Ativo financeiro

A classificação dos ativos é fundamental, uma vez que é com base na classificação que procedemos a mensuração e valorização.

São os normativos IAS 39, IFRS 9 e NCRF 27 que indicam a forma de classificação dos ativos financeiros.

Nos termos da IAS 39 são quatro categorias que permite classificar os ativos financeiros e estas irão permitir à valorização dos ativos pelo justo valor ou custo amortizado.

2.8.3.1.1. Definição de Ativos Financeiros

A IAS 32 (2012), define ativos financeiros, contudo para Empresas (2013) define ativos financeiros como uma componente dos instrumentos financeiros; um mero exemplo de ativo financeiro poderá ser o dinheiro, porém Empresas (2013, pag.13) afirma “ *esta es una definición bastante amplia, pues permite la inclusión de otros componentes además de los activos financieros tradicionalmente considerados como tales, como por ejemplo las acciones y las obligaciones emitidas por sociedades de capital, los depósitos en entidades financieras.*”

Ferreira (2011) salienta que o dinheiro é o ativo financeiro mais líquido, sendo a base de valorização e de reconhecimento de todas as operações nos instrumentos de posições e de relato financeiro, porém, um depósito em dinheiro junto de uma instituição financeira é um ativo financeiro, pois o depositante tem o direito de levantar ou de emitir cheques para liquidação das suas responsabilidades perante terceiros.

2.8.3.1.2. Classificação dos Ativos Financeiros conforme a IAS

Ferreira (2011) refere que, de acordo com a IAS 39, os ativos financeiros podem ser classificados em quatro grupos ou categorias:

- ✓ Ativos Financeiros pelo Justo Valor através dos lucros e prejuízos;

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

- ✓ Ativos Financeiros disponíveis para venda;
- ✓ Empréstimos concedidos e contas a receber;
- ✓ Investimentos (ativo) detidos até a maturidade;

Quadro 3: Classificação dos Ativos Financeiros

Categoria	Reconhecimento
Ativos Financeiros pelo Justo Valor através dos lucros e prejuízos	Pelo Justo Valor
Ativos Financeiros disponível para venda	Pelo Justo Valor
Empréstimos concedidos e contas a receber	Pelo Custo Amortizado
Investimentos (ativo) detidos até a maturidade	Pelo Custo Amortizado

Fonte: Ferreira (2011, página 51)

Porém é de salientar a existência de exceções, pois alguns instrumentos de capital próprio não estão cotados em bolsas e por isso o justo valor não poderá ser avaliado de uma forma fiável, pelo que estes instrumentos serão valorizados ao custo.

○ **Ativos Financeiros pelo Justo Valor através dos lucros e prejuízos**

Ferreira (2011) salienta que, este grupo de ativos financeiros pode ser subdividido em duas partes.

A primeira reflete que os ativos no seu reconhecimento inicial são mensurados ou valorizados pelo justo valor através dos lucros ou prejuízo. É importante salientar que assim que o ativo financeiro esteja reconhecido, os ativos financeiros têm que ser mantidos assim até o final.

A segunda salienta os ativos mantidos para negociação ou para transação e constitui a carteira de negociação. Todos os derivados que sejam ativos que estejam incluídos neste grupo, excetuando-se os contratos de garantia financeira ou aqueles instrumentos de cobertura de risco.

Porém Ferreira (2011) menciona que, se um derivado for um instrumento de cobertura num processo de um investimento líquido no estrangeiro ou de cobertura de

fluxos de tesouraria, o justo valor será inicialmente reconhecido como rendimento, porém se um derivado for um instrumento de cobertura do justo valor, o ativo em questão no que diz respeito ao justo valor será reconhecido através de lucros ou prejuízos.

○ **Ativos Financeiros disponível para venda**

Ferreira (2011) salienta que os ativos financeiros que se enquadram nesta categoria são aqueles que não se encontram nas categorias ativos financeiros pelo justo valor através dos lucros e prejuízos, empréstimos concedidos e contas a receber e investimentos (ativo) detidos até a maturidade.

O autor salienta que os ativos financeiros que se encontram nesta categoria são valorizados ao justo valor e são reconhecidas de imediato no capital próprio, posteriormente serão transferidos para resultados por razões de venda do ativo, ou por reconhecimento de imparidade do ativo no momento em que os ganhos ou as perdas acumuladas anteriormente registadas no capital próprio serão reconhecidos em lucro ou prejuízo nesse período. Os juros calculados em relação aos ativos financeiros disponíveis para venda, utilizam a taxa de juros efetivos. Porém é de salientar que os juros são reconhecidos como rendimento ou gasto.

Assim como acontece para os juros, o mesmo acontece para as perdas por imparidade e para as diferenças de câmbio favorável ou desfavorável.

Os dividendos sobre os ativos financeiros de capital próprio disponíveis para venda são reconhecidos como rendimento ou gasto na data em que a entidade adquire o direito aos dividendos.

Podem ser considerados como exemplos de ativos financeiros disponíveis para venda:

- Os investimentos em capital próprio que não sejam inicialmente reconhecidos pelo justo valor;
- Os títulos de dívida cotados no mercado;
- Carteira de investimento constituída por ações e obrigações;

○ **Empréstimos concedidos e contas a receber**

Ferreira (2011) refere que os empréstimos concedidos e contas a receber são ativos financeiros não derivativos, com fluxo de tesouraria fixados e que não estão cotados num mercado ativo.

Porém para enquadrar-se nesta categoria é necessário que a entidade não deseje vender de imediato ou a curto prazo e que não tenham sido inicialmente reconhecidos pelo justo valor com ajustamento dos lucros ou prejuízos, nem como, disponíveis para venda. Como referido anteriormente estes empréstimos são revalorizados tendo em conta o custo amortizado utilizando a taxa de juro efectiva.

Ferreira (2011), realça que os empréstimos concedidos e contas a receber, são consequências:

- De dinheiro emprestado ou disponibilizado pela entidade a uma outra entidade;
- De produtos vendidos;
- De serviços prestados pela entidade aos seus clientes;

Exemplo de ativos que podem ser considerados empréstimos concedidos e contas a receber:

- Depósitos efectuados no banco;
- Valores a receber de clientes;
- Empréstimos de ativos;
- Empréstimos negociados em mercado secundário, desde não estejam cotados;

Spector (2012, página 6) salienta que a *IASB 39 - Financial Instruments: Recognition and Measurement* (2013) define custo amortizado como “is the amount at which the financial asset or financial liability is measured at initial recognition minus principal repayments, plus or minus the cumulative amortization (using the effective interest method) of any difference between that initial amount and the maturity amount, and minus any reduction (directly or through the use of an allowance account) for impairment or uncollectibility.”

Porém Ferreira (2011) menciona que a definição de empréstimos concedidos e contas a receber apresentado na *IASB 39 - Financial Instruments: Recognition and Measurement* (2013), não faz qualquer distinção em relação à materialização dos empréstimos.

Contudo o autor salienta que não podem ser classificados como empréstimos concedidos e contas a receber, os ativos financeiros cujos contratos possam ser pagos antecipadamente, levando assim ao investidor a não receber a totalidade do valor investido, caso estas condições forem satisfeitas, estes ativos financeiros deverão ser valorizados ao justo valor.

Ferreira (2011) salienta que as ações e os warrants não podem ser classificados como empréstimos concedidos e contas a receber, pois os valores a receber da entidade variam, ou seja, não podem ser pré-determinados. Porém as ações preferenciais com fluxos de tesouraria fixados ou determináveis podem ser classificados como empréstimos de contas a receber desde que não se encontram cotados num mercado ativo.

No entanto os ativos financeiros adquiridos poderão ser classificados como empréstimos concedidos e contas a receber, desde que cumpram com os requisitos já mencionadas anteriormente.

- **Investimentos (ativo) detidos até a maturidade**

Ferreira (2011, página 61) afirma que os investimentos detidos até a maturidade “são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que a entidade tem a intenção e a capacidade de manter até ao vencimento, e não são aquelas que a entidade, no reconhecimento inicial, designe como disponíveis para venda, empréstimo concedidos e contas a receber ou justo valor.”

Os investimos detidos até a maturidade são valorizados ao custo amortizado, utilizando a taxa de juro efectiva.

Para classificarmos um ativo financeiro nesta categoria é necessário que o contrato defina, o vencimento, os montantes e as datas a efetuar os pagamentos.

Ferreira (2011) afirma que, os instrumentos de capital próprio (ações e warrants) não poderão enquadrar-se na categoria de investimentos detidos até a maturidade, pois não tem uma vida finita e porque certos instrumentos financeiros têm valores a realizar no futuro que são indeterminados.

As ações apresentam um vencimento certo e se os pagamentos fixos forem determinados, estas ações não serão classificadas como ativo financeiro mas sim como passivo financeiro.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros,
comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

As emissões de instrumentos de dívida com taxa variável baseadas numa taxa de juro com maturidade, (por exemplo, Euribor), podem ser classificadas nesta categoria, embora os valores que inicialmente serão pagos não são conhecidos.

Ferreira (2011, página 62) refere que, “é fundamental a decisão do investidor manter o instrumento de dívida até ao vencimento.”

Contudo o autor salienta que se o instrumento for para manter por um período indefinido, este facto não poderá ser incluído como investimento detido até a maturidade, pois não é suficiente para manter o instrumento até ao vencimento.

No entanto, o investidor pode estimar a venda antecipada do instrumento de dívida desde que saliente:

- ✓ As variações das taxas de juro no mercado;
- ✓ As variações do risco de crédito, o que poderá conduzir a incumprimento de uma das partes;
- ✓ As variações das taxas de cambio, quer sejam favoráveis ou desfavoráveis;
- ✓ Necessidades de liquidez;

Quadro 4:Resumo da classificação dos ativos financeiros conforme a IAS 39

Categoria	Tipos de Ativos Financeiros
Ativos Financeiros pelo Justo Valor através dos lucros e prejuízos	Instrumentos de dívida
	Instrumentos de Capital Próprio
	Derivados financeiros
Ativos Financeiros disponível para venda	Instrumentos de Capital Próprio
	Instrumentos de dívida
Empréstimos concedidos e contas a receber	Instrumentos de dívida
Investimentos (ativo) detidos até a maturidade	Instrumentos de dívida

Fonte: Ferreira (2011, página 68)

2.8.3.1.3. Os Ativos Financeiros nos termos da IFRS 9

Este normativo afirma que todos os ativos financeiros são mensurados ao justo valor. Porém no caso dos ativos financeiros não mensurados ao justo valor através dos lucros ou prejuízos, terão de ser acrescentados os custos de transação.

A IFRS 9 exige que os ativos sejam classificados no seu reconhecimento inicial pelo custo amortizado ou pelo justo valor. Esta classificação é efetuada quando a entidade se torna parte do contrato e tem que assumir os direitos e obrigações na altura que os ativos financeiros são reconhecidos.

A IFRS 9 em relação aos ativos financeiros exige que sejam mensurados pelo justo valor ou pelo custo amortizado, dividindo em três categorias:

- Mensurados pelo custo amortizado;
- Mensurado pelo justo valor através do lucro ou prejuízo;
- Mensurado pelo justo valor através de um outro rendimento integral;

Os instrumentos de dívida podem ser mensurados pelo custo amortizado ou pelo justo valor através de lucros ou prejuízos.

2.8.3.2. Passivos Financeiros

Segundo Ferreira (2011) os instrumentos financeiros no seu reconhecido inicial deverão ser classificados como passivos financeiros ou como instrumento de capital próprio.

2.8.3.2.1. Definição de Passivo Financeiros

A *IAS 32 Financial Instruments : Presentation* (2012) define passivo financeiro, porém para Ferreira (2011, página 130) “a característica fundamental de um passivo financeiro é a obrigação de transferir o benefício económico, materializado a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiros.”

Não existe a obrigatoriedade de a entidade entregar aos seus acionistas dinheiro ou ativos financeiros, ficando à sua disposição para a distribuição de lucros de acordo com os objectivos e estratégias definidas.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

Para identificarmos se estamos perante um passivo financeiro, Ferreira (2011, página 138) afirma que “se no contrato exige o regaste obrigatório pela entidade de um montante fixado ou determinável numa certa data, através da entrega de dinheiro.”

Porém não constitui passivo financeiro, as situações que a entidade compromete-se a entregar bens ou serviços, em vez de dinheiro, as obrigações resultantes de compromissos estatutários e não contratuais e obrigações contingentes que não derivam de contratos.

Segundo Ferreira (2011), um exemplo caracterizador de um instrumento financeiro reconhecido como passivo financeiro é o instrumento perpétuo emitido pela entidade.

O credor deste instrumento não recebe qualquer valor a título de resgate, pois não existe qualquer vencimento, porém irá receber periodicamente um pagamento de cupão de forma perpétua. As taxas dos cupões poderão ser fixas, variáveis ou mistas.

O justo valor para a entidade emitente é o valor atual dos cupões futuros, segundo Ferreira (2011).

2.8.4. Instrumentos de Capital Próprio

Segundo a *IAS 32 Financial Instruments : Presentation* (2012, página 2) um instrumento de capital próprio “is any contract that evidences a residual interest in the assets of an entity after deducting all of its liabilities.”

Ferreira (2011, página 131) salienta que “ num instrumento de capital próprio não se verifica a existência da característica fundamental a um passivo financeiro, (...) é a obrigação de transferir o benefício económico, materializada na entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro.”

A característica fundamental para um instrumento financeiro ser classificado como instrumento de capital próprio é a possibilidade da entidade emitente evitar a entrega de dinheiro ou de um ativo financeiro.

Segundo Ferreira (2011, página 144) se “a entidade decide distribuir 25% dos resultados líquidos a título de dividendos, quando anteriormente distribuía 50% ou nunca tinha distribuído dividendos, a distribuição de dividendos depende da vontade dos accionistas, sendo irrelevante se os dividendos a distribuir são cumulativos ou não.”

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

Para determinar se um instrumento financeiro será classificado como passivo financeiro ou como instrumento de capital próprio, apenas será classificado nesta última categoria se forem cumpridas as duas condições seguintes, o instrumento de capital não inclui qualquer obrigação contratual e se o instrumento for ou puder ser liquidado nos instrumentos de capital próprio do emitente.

○ **Princípios sobre os Passivos Financeiros e os Instrumentos de Capital Próprio**

A substância e a forma legal são consistentes, embora nem sempre isso seja verificável. O exemplo mais comum diz respeito as ações preferenciais que poderão apresentar características de passivo financeiro ou instrumento de capital próprio. Ferreira (2011, página 133) salienta que “ as características da sua emissão e relações posteriores, a substância dos direitos implícitos, conduzirão à classificação apropriada no reconhecimento inicial pela entidade, que não poderá ser posteriormente alterada.”

Outro dos exemplos diz respeito aos efeitos de consolidação de contas pelos grupos empresariais, de acordo com determinadas condições de cada instrumento este poderá ser classificado como instrumento de capital próprio pela subsidiária ou passivo financeiros para efeitos de consolidação de contas.

2.8.5. Justo valor nos instrumentos financeiros

A *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 27- Instrumentos Financeiros* (2009) no seu § 5 define justo valor como, “ *é a quantia pelo qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre elas.*”

Halioui & Gharbi (2012, página 61) define justo valor como “*the price that would be received to sell an asset or paid to transfer a liability in an orderly transaction between market participants at the measurement date.*”

A correta mensuração dos instrumentos financeiros é uma questão importante, para a empresa conhecer o seu valor real em qualquer momento, ou seja, valor pelo qual se

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

encontra contabilizado, contudo deverão estar refletidas na contabilidade as alterações produzidas no seu valor, fruto das oscilações ocorridas positivas ou negativas.

Amorim (2012) afirma que por influência das normas internacionais a contabilidade tem vindo a introduzir o justo valor nas áreas onde o custo histórico era dominante. Com o aparecimento do SNC, o custo histórico deixa de ser um princípio passando a ser uma base de mensuração, sendo o do justo valor também um critério de mensuração.

O objetivo da mensuração pelo justo valor é de transmitir uma imagem fiel e verdadeira do património, da situação financeira e dos resultados da empresa, impondo assim as organizações a obrigação de registar os bens não por uma realidade abstrata mas sim, pelo valor de mercado ou pelo preço de venda.

A *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 27- Instrumentos Financeiros* (2009) salienta que o critério de mensuração a aplicar aos instrumentos financeiros poderá ser justo valor, entre outras.

Porém, é de referir também que o justo valor surge como critério alternativo para o reconhecimento subsequente, mantendo-se o custo histórico como critério de mensuração inicial.

Kaya (2013) num dos seus estudos realizados apresenta várias opiniões de autores, sobre qual o melhor critério a aplicar. Devido a recente crise financeira, resultante de falências de bancos, despertou preocupação do mercado questionar a precisão do justo valor.

Para o autor existem deficiências inseridas nas normas de contabilidade, nomeadamente no que diz respeito ao justo valor, considerando o mais alarmante, a falta de controlo adequado sobre a aplicação destas normas.

Kaya (2013, página 134) afirma que na sua opinião, o “FASB and IASB are eradicating their differences and their priority is establishing stronger transparency. While doing this, sufficient attention should be given to issues surrounding fair value. Historical cost is an alternative. Opponents disapprove of historical cost on many grounds, some of which are valid. As for today, as the financial world has suffered a great deal of wrongdoings, sensible attempts should be made to systematize an unambiguous future for all actors of the financial world from standard setters to banks, firms, all the way down, especially, to simple investors.”

Blankespoor, Linsmeier, Petroni, & Shakespeare (2013) no seu estudo salientam que, o custo amortizado dos instrumentos financeiros não negociados tem uma melhor representação no que diz respeito ao modelo de negócio do que o justo valor, pois se um banco pretende realizar um ativo financeiro ou um passivo financeiro para pagamento, as

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

alterações causadas posteriormente no justo valor, como mudanças do risco de crédito, de liquidez ou nas taxas de juros são transitórias.

Estes autores salientam que, o reconhecimento e a mensuração de todos os instrumentos financeiros ao justo valor no mercado financeiro é enganosa.

2.9. Normas contabilísticas em Portugal sobre Instrumentos Financeiros

O SNC entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2010, aprovado pelo Decreto- Lei 158/ 2009 de 13 de Julho, que revogou o anterior normativo o POC, porém o SNC representou para os profissionais de contabilidade e empresas um desafio.

Com a implementação do SNC houve necessidade de transpor as normas internacionais para a realidade portuguesa, uma vez que a implementação do novo normativo representou uma mudança de paradigma, onde conceitos simples foram profundamente repensados, segundo Delloitte (2009).

Este processo de adaptação originou a criação da NCRF 27. Porém é de salientar que de todas as NCRF que sofreram alterações, esta norma foi aquela que mais alterações sofreu devido as suas congéneres normas internacionais.

2.9.1. POC – Plano Oficial de Contas

As normas contabilísticas aplicáveis às empresas não financeiras em Portugal encontram-se no Plano Oficial de Contabilidade (aprovado pelo Decreto-Lei 410/89) e nas Diretrizes Contabilísticas emitidas pela Comissão de Normalização Contabilística.

O POC remete para as NIC as especificidades da contabilização dos instrumentos financeiros.

Esse tratamento contabilístico seria efetuado de acordo com a IAS 39 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração, a IAS 32 – Instrumentos Financeiros – Divulgação e Apresentação, a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgação de Informações e a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: Divulgação de Informações.

Porém a ausência de um tratamento adequado por parte do POC na contabilização dos instrumentos financeiros remetia que os princípios contabilísticos deveriam subordinar em primeiro pelo POC e pelas Diretrizes contabilísticas e pelas interpretações técnicas.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

O Plano Oficial de Contabilidade (POC) encontrava-se subordinado a dois princípios relevantes para a matéria em análise, mais concretamente:

- **Princípio do custo histórico** – os registos contabilísticos devem basear-se em custos de aquisição ou de produção;
- **Princípio da prudência** – significa que é possível integrar nas contas um grau de precaução ao fazer as estimativas exigidas em condições de incerteza sem, contudo, permitir a criação de reservas ocultas ou provisões excessivas ou a deliberada quantificação de activos e proveitos por defeito ou de passivos e custos por excesso;

No que diz respeito as regras de mensuração aplicáveis aos títulos negociáveis e aos investimentos financeiros, o POC salienta a utilização do custo de aquisição ou do preço de mercado, dos dois o que for inferior.

2.9.2. SNC – Sistema de Normalização Contabilística

Portugal como membro da União Europeia aplicou o Regulamento n.º 1725/2003 da Comissão Europeia, de 21 de Setembro de 2003, ao qual adoptou as normas internacionais de contabilidade.

Porém em 2008 o regulamento n.º 1725/2003 foi retificado, passando assim a utilizar-se o regulamento n.º 1126/2008.

Com a entrada em vigor do SNC em Portugal, assente nas NIC e nas NIRF tornou-se importante analisar as novas regras de contabilização dos instrumentos financeiros estabelecido no SNC, e é de notar que este “modelo de normalização assenta mais em princípios do que propriamente regras” segundo Rodrigues (2010, página 13), contudo, Lopes (2010) salienta que a matéria dos instrumentos financeiros, em termos do tratamento contabilístico internacional tem-se distanciado do normativo português.

Com a implementação e a aplicação do SNC passou a existir uma norma que trata da problemática dos instrumentos financeiros a NCRF 27. Esta norma tem por base as normas internacionais de contabilidade, nomeadamente IAS 39 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração, a IAS 32 – Instrumentos Financeiros – Divulgação e Apresentação, a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgação de Informações, adotadas pelo texto original do Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de Novembro.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros,
comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

O *Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho*, (2002) e o *Decreto - Lei n.º 158/2009* (2009), no artigo 4º, afirma que as IAS/IFRS e das SIC/IFRIC, são de aplicação obrigatória para as sociedades com valores admitidos à negociação num mercado regulamentado da União Europeia na elaboração das suas contas consolidadas e individuais. Porém o regulamento dá a possibilidade de os Estados Membros exigirem ou permitirem a sua aplicação, na elaboração das contas individuais das sociedades incluídas no âmbito das consolidadas ou que optaram pelas NIC, mas sujeitas a CLC, contudo no âmbito das sociedades que não têm valores admitidos a negociação nem estão sujeitas a CLC nas contas consolidadas e individuais e a aplicação do SNC é obrigatória.

O SNC é constituído pelos seguintes instrumentos:

- ✓ Bases para a apresentação de demonstrações financeiras;
- ✓ Modelos de demonstrações financeiras;
- ✓ Código das Contas
- ✓ Normas Contabilísticas de Relato Financeiro;
- ✓ Norma Contabilísticas de Relato Financeiro para as pequenas entidades;
- ✓ Normas Interpretativas;

No âmbito do código das contas, este contém o quadro síntese, código das contas e notas de enquadramento. É de salientar que os instrumentos financeiros encontram-se refletidos na classe 1.

Segundo a *Portaria n.º 1011/2009* (2009, página 6153), no que diz respeito as notas de enquadramento do SNC, a classe 1 destina-se aos meios financeiros líquidos que, “quer o dinheiro e depósitos bancários quer todos os ativos ou passivo mensurados ao justo valor, cujas alterações sejam reconhecidas na demonstração de resultados.”

Deste modo, surge o quadro-síntese relativo a classe 1, na qual se inclui a temática desenvolvida.

Figura 1: Classe 1 - Meios Financeiros Líquidos

1- Meios Financeiros Líquidos
Conta 11 – Caixa
Conta 12 – Depósitos à ordem
Conta 13 – Outros Depósitos bancários
Conta 14 – Outros instrumentos financeiros

Fonte: Código de Contas- SNC

Segundo a *Portaria n.º 1011/2009* (2009, página 6153) a conta 14 destina-se aos instrumentos financeiros, “Esta conta visa reconhecer todos os instrumentos financeiros que não sejam caixa (conta 11) ou depósitos bancários que não incluam derivados (contas 12 e 13) que sejam mensurados ao justo valor, cujas alterações sejam reconhecidas na demonstração de resultados. Consequentemente, excluem -se desta conta os restantes instrumentos financeiros que devam ser mensurados ao custo, custo amortizado ou método da equivalência patrimonial (classe 2 ou conta 41).”

De acordo com a *Portaria n.º 1011/2009* (2009), a conta 14 pode subdividir-se na seguinte classificação, face ao código de contas.

Figura 2: Conta 14 - Outros Instrumentos Financeiros

1- Meios Financeiros Líquidos
Conta 14 – Outros instrumentos financeiros
141 Derivados
1411 Potencialmente favoráveis
1412 Potencialmente desfavoráveis
142 Instrumentos financeiros detidos para negociação
1421 Ativos financeiros
1422 Passivos financeiros
143 Outros ativos e passivos financeiros (justo valor através dos resultados)
1431 Outros ativos financeiros
1432 Outros passivos financeiros

Fonte: Código de Contas- SNC

2.9.2.1. Norma Contabilística de Relato Financeiro 27

O objetivo desta norma segundo a *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 27- Instrumentos Financeiros* (2009) § 1 “ é o de prescrever o tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respetivos requisitos de apresentação e divulgação.”

A *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 27- Instrumentos Financeiros* (2009) define instrumentos financeiros como “ contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade.”

Martins (2012, página30) no seu estudo salienta que, “os instrumentos financeiros (...) constituem uma área de enorme complexidade, (...) é difícil qualificar a natureza do instrumento financeiro e perceber a sua estrutura, o que levanta muitas dúvidas no momento do seu tratamento contabilístico.”

É de salientar que apenas as entidades que aplicam o SNC é que devem aplicar a NCRF 27 – Instrumentos Financeiros.

➤ Reconhecimento

Para analisar a natureza dos instrumentos financeiros deve-se analisar os instrumentos financeiros que acarretam consigo direitos e obrigações e classificá-los de acordo com as definições de ativo, passivo ou instrumento de capital próprio.

De acordo com a *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 27- Instrumentos Financeiros* (2009), § 6 “uma entidade deve reconhecer um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando a entidade se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.”

Quando a mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro que seja mensurado ao justo valor a entidade não deve incluir os custos de transação, segundo a (*Norma Contabilística e de Relato Financeiro 27- Instrumentos Financeiros* (2009) § 7

A entidade deverá reconhecer os instrumentos de capital próprio quando a entidade que emite tais instrumentos e os subscritores fiquem obrigados a pagar dinheiro ou entregar outro recurso, segundo a *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 27- Instrumentos Financeiros* (2009),§ 8.

➤ Mensuração

De acordo com *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 27- Instrumentos Financeiros* (2009)§ 11, a mensuração dos instrumentos financeiros deve ser efetuada em cada data de relato, tendo por base, ao custo ou custo amortizado¹³ menos as perdas por imparidade e o justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração dos resultados.

Segundo a *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 27- Instrumentos Financeiros* (2009) § 13, para um instrumento financeiro ser mensurado ao custo ou ao custo amortizado menos as perdas por imparidade deverá cumprir com os seguintes requisitos:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam de montante fixo, com uma taxa de juro durante a vida do instrumento ou de taxa variável (como por exemplo a taxa Euribor);
- Não contenha nenhuma cláusula no contrato que resulte que o detentor detenha perda de valor nominal e de juro acumulado;

Segundo a *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 27- Instrumentos Financeiros* (2009) § 12, os instrumentos financeiros que devem ser mensurados ao custo ou custo amortizado menos perdas por imparidade são os seguintes:

- Instrumentos que satisfaçam as condições referidas anteriormente, (como por exemplo, clientes, fornecedores, contas a receber a pagar, entre outras)
- Contratos para contrair empréstimos ou conceder, que não possam ser liquidados em base líquida, quando os contratos sejam executados reúnam as condições necessárias para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, no momento do reconhecimento inicial a entidade deve salientar que o instrumento financeiro será mensurado ao custo ou custo amortizado menos as perdas por imparidade.

¹³ Montante pelo qual o ativo financeiro ou o passivo financeiro é mensurado no momento do reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa - usando o método do juro efetivo - de qualquer diferença entre o montante inicial e o montante na maturidade, e menos qualquer redução (diretamente, ou por meio do uso de uma conta de abatimento) relacionada com imparidade ou incobrabilidade), NCRF 27 §5.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros,
comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

- Instrumentos de capital próprio cujo justo valor não possa ser determinado de uma forma fiável e que os instrumentos não sejam negociados publicamente.

Todos os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou ao custo amortizado devem mensurados ao justo valor em contrapartida de resultados, segundo o § 15 da Norma Contabilística e de Relato Financeiro 27- Instrumentos Financeiros (2009).

De acordo com o § 19 da Norma Contabilística e de Relato Financeiro 27- Instrumentos Financeiros (2009) “Uma entidade deve mensurar os instrumentos de capital próprio emitidos pelo dinheiro recebido ou pelo justo valor dos recursos recebidos ou a receber: Se o pagamento for diferido e o valor temporal do dinheiro for significativo, a mensuração inicial deve ser o valor presente da quantia a receber. Todos os custos associados à emissão de instrumentos de capital próprio devem ser deduzidos à quantia inscrita no respectivo capital próprio.”

Contudo os instrumentos financeiros, encontram-se nas seguintes rubricas do ativo e do passivo.

➤ **Outras contas a receber e dividas de terceiros**

Segundo a *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 27- Instrumentos Financeiros* (2009) as outras contas a receber inicialmente são mensuradas ao justo valor, sendo submensuradas ao custo amortizado deduzindo de eventuais ajustamentos por imparidade.

As dívidas de terceiros são registadas pelo valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas das eventuais perdas por imparidade, de forma a reflectir o valor realizável líquido.

➤ **Caixa e depósitos a bancários**

De acordo com a *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 27- Instrumentos Financeiros* (2009) estes ativos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, contudo estes são subsequentemente mensurados ao custo amortizado.

Contudo os montantes que encontram-se nesta rubrica reflectem os valores de caixa, depósitos bancários, outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

Contudo é de salientar que os descobertos bancários encontram-se reflectidos no Balanço, no passivo corrente na rubrica de financiamentos obtidos.

➤ **Fornecedores e outras dívidas**

Face a *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 27- Instrumentos Financeiros* (2009), o saldo de fornecedores e outras dívidas inicialmente são mensuradas ao justo valor sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado.

➤ **Financiamentos Obtidos**

Os financiamentos obtidos são registados no balanço no passivo e estes são mensurados ao custo amortizado. Porém as despesas relacionadas com os financiamentos, como, imposto selo, comissões bancárias, são reconhecidas pelo método do juro efetivo. Porém é de salientar que a *NCRF 27 - Instrumentos Financeiros* (2009) refere que todos os ativos e passivos que não são incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado”, são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”, com a excepção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura, sendo que tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados na rubrica de aumentos/reduções de justo valor na demonstração dos resultados.

➤ **Imparidade de ativos financeiros**

A *NCRF 27- Instrumentos Financeiros* (2009), salienta que os ativos financeiros que são mensurados “ao custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato, pelo que, tais ativos apenas encontram-se em imparidade quando os seus fluxos estimados são afectados, a perda por imparidade corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente, para os ativos mensurados ao custo amortizado. Porém é de salientar que os ativos financeiros que são mensurados ao custo, no que diz respeito as perdas por imparidade correspondem à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

➤ **Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros**

Uma entidade deve desreconhecer um ativo financeiro, quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes do ativo financeiro deixem de existir, a entidade transfere para outra entidade os riscos e benefícios associados ao ativo, a entidade detém alguns riscos e benefícios do ativos, porém uma outra parte é que detém do controlo do ativo financeiro, segundo o §30 da *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 27- Instrumentos Financeiros* (2009). A entidade deve desreconhecer um passivo financeiro apenas quando a obrigação estipulada no contrato seja liquidada, extinta ou cancelada, § 33 da *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 27- Instrumentos Financeiros* (2009).

○ **Contabilização de cobertura**

Na demonstração dos resultados é reconhecido os ganhos ou perdas no instrumento de cobertura e/ou no instrumento coberto, este é o elemento diferenciador que esta inerente à cobertura contabilística, de acordo com § 52 da *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 27- Instrumentos Financeiros* (2009).

Martins (2012,pag 31) no seu estudo afirma “a contabilidade de cobertura apresenta a grande vantagem de baixar o impacto da adopção de derivados na Demonstração dos Resultados, através do balanceamento entre o reconhecimento dos ganhos e perdas do derivado e dos itens cobertos.”

A NCRF 27 classifica as relações de cobertura em 2 tipos: a cobertura de justo valor e a cobertura de fluxos de caixa.

Na cobertura de exposições relativas a alteração do justo valor de ativos e passivos financeiros reconhecidos ou a compromissos firmes aplica-se a cobertura de justo valor. Porém a cobertura de fluxos de caixa aplica-se a uma transacção que esteja prevista futuramente ou a variações nos fluxos de caixa de um ativo ou passivo.

Porém é de salientar que as variações no justo valor são reconhecidas nos resultados.

- **Cobertura de Justo Valor**

Este tipo de cobertura encontra-se reflectido no § 27 da *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 27- Instrumentos Financeiros* (2009), o instrumento de cobertura deve ser reconhecido como ativo ou passivo financeiro à data do balanço assim como as alterações do justo valor na demonstração dos resultados, porém as alterações do justo valor encontram-se relacionadas com o risco de cobertura e com o ajustamento da quantia escriturada do bem.

Porém a entidade deverá descontinuar a contabilização da cobertura, caso o instrumento financeiro termine, seja vendido ou extinga, e deixem de ser satisfeitas as condições de contabilização da cobertura, de acordo com o § 39 da *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 27- Instrumentos Financeiros* (2009).

- **Cobertura de Fluxo de caixa**

Segundo o § 41 da *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 27- Instrumentos Financeiros* (2009), a utilização deste tipo de cobertura num instrumento financeiro a entidade deve reconhecer, as alterações no justo valor do instrumento de cobertura devem ser reconhecidas directamente no capital próprio, posteriormente, deverá reconhecer as liquidações periódicas em base líquida na demonstração de resultados do período que ocorrem.

2.9.3. Transição POC-SNC

O POC adotava apenas o modelo do custo, porém o SNC permite adotar o modelo do justo valor e o modelo do custo amortizado.

As principais alterações verificadas, no que diz respeito aos instrumentos financeiros, foram as expressas no presente quadro.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

Quadro 5: Transição POC- SNC

SNC		POC	
<u>Conta</u>	<u>Descrição</u>	<u>Conta</u>	<u>Descrição</u>
14	Instrumentos financeiros	15	Títulos negociáveis
		18	Outras Aplicações Financeiras
		19	Ajustamentos de Aplicações de Tesouraria

Fonte: Silva & Martins (2011, página 19)

A conta 14 – Instrumentos financeiros que consta no normativo SNC resulta da junção das contas 15 – Títulos Negociáveis e da conta 18 – Outras Aplicações de Tesouraria que se encontravam no normativo anterior, o POC.

Porém no que diz respeito a conta 19 – Ajustamentos de Aplicações de Tesouraria do normativo POC não tem qualquer conta associada no normativo SNC, uma vez que esta conta tem como o objectivo fazer os ajustamentos associados as conta 15 e 18 do normativo POC.

É de salientar que no normativo SNC este procedimento não se aplica, pois a conta 14 do SNC é mensurada ao justo valor através de resultados. Sendo os ajustamentos registados diretamente as contas 661 – Perdas por reduções de justo valor, caso ocorra uma perda de valor ou à conta 771 – Ganhos por aumentos de justo valor, caso haja um aumento desse ativo.

2.10. Fiscalidade dos Instrumentos Financeiros

2.10.1. Enquadramento

A área financeira assume um papel importante na economia e na sociedade, porém a temática sobre os instrumentos financeiros cada vez mais se encontra desenvolvida e discutida, sendo assim importante debater sobre esta temática no âmbito do seu regime fiscal, em Portugal, quer em sede de IRS e IRC.

Figueiredo (2009, página 55) afirma “numa economia aberta e em constante desenvolvimento, assume particular relevância a configuração que os instrumentos

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

financeiros adoptam e as vantagens que podem oferecer aos investidores. Impulsionados por mercados de capitais cada vez mais globalizados, os instrumentos financeiros foram-se multiplicando, assentando geralmente em operações que não são, única e exclusivamente, de dívida, implicando uma mudança de posições de risco, que podem ou não envolver a transferência de quantias em dinheiro.”

O Decreto-Lei nº 257-B/96, de 31 de Dezembro, que alterou o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) e o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS), este decreto-lei veio estabelecer o primeiro tratamento fiscal aos instrumentos financeiros; este diploma classificou que em termos de IRS, a maior parte dos instrumentos financeiros na categoria C (rendimentos comerciais e industriais), com a excepção de alguns instrumentos como o swap, que pertencia a categoria E (rendimentos de capitais).

Porém este regime foi alterado pela Lei nº. 30-G/2000 de 29 de Dezembro, passando assim muitos os instrumentos financeiros classificados na categoria G, enquanto outros encontram-se classificados na categoria E (Rendimentos de Capitais).

No entanto na qualificação dos rendimentos derivados dos instrumentos financeiros no código do IRS, o legislador achou que os instrumentos financeiros deveriam ter diferentes tratamentos fiscais, devidas as diferentes funções que estes desempenham.

2.10.2. Instrumentos financeiros em sede de IRS (Imposto sobre o Rendimento Singular)

Correia (2000) no seu estudo salienta que a tributação incide sobre o rendimento das empresas, de acordo com o artigo 104 nº 2 da *Constituição da República Portuguesa - Lei Constitucional n.º 1/2005* (2005), “A tributação das empresas incide fundamentalmente sobre o seu rendimento real.”

De acordo 103 nº 1 da *Constituição da República Portuguesa - Lei Constitucional n.º 1/2005* (2005) a existência de um imposto sobre o rendimento no caso das pessoas singulares visa, “a satisfação das necessidades financeiras do Estado e outras entidades públicas e uma repartição justa dos rendimentos e da riqueza.”

Segundo Figueiredo (2009, pag. 57) “O IRS é um imposto único e progressivo, apesar de comportar elementos analíticos que se traduzem na existência de categorias de rendimentos e na consagração de deduções específicas para cada uma delas, bem como na consagração de retenções na fonte apenas em determinadas categorias.”

- **Rendimentos de Capitais**

O *IRS - Código do Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares* (2014), considera rendimentos de capitais, segundo o artigo 5 n.º 2 alínea q), os “ (...) swaps cambiais, swaps de taxa de juro, swaps de taxa de juro e divisas e de operações cambiais a prazo.” É de salientar que os instrumentos mencionados anteriormente são instrumentos derivados.

Porém o *IRS - Código do Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares*, (2014), no artigo 5 n.º 6 e 7, refere-se aos ganhos que estão sujeitos a este imposto, tratando-se de *swaps* cambiais ou de operações cambiais a prazo, “o ganho sujeito a imposto é composto pela diferença positiva entre a taxa de câmbio acordada para a venda ou compra na data futura e a taxa de câmbio à vista verificada no dia da celebração do contrato para o mesmo par de moedas.”

Os *swaps* de taxa de juro ou de taxa de juro e divisas, esse ganho é composto “pela diferença positiva entre os juros e, bem assim, no segundo caso, pelos ganhos cambiais respeitantes aos capitais trocados.”, de acordo com o artigo 5, n.º 6 alínea b do *IRS - Código do Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares* (2014).

Porém caso haja uma anulação ou cessão do swap ou de uma operação cambial a prazo, os ganhos serão considerados como rendimentos de capitais (categoria E).

Os rendimentos que se encontram refletidos no artigo 5 n.º 2 alínea q) ficam sujeitos a tributação desde o momento que vencem juros decorrentes da operação, de acordo com o artigo 7 n.º1 do *IRS - Código do Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares* (2014), no momento da liquidação e posteriormente no momento do apuramento do respectivo quantitativo de cessão ou anulação do instrumento financeiro derivado, de acordo com o artigo 7 n.º4 do *IRS - Código do Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares* (2014).

Os rendimentos mencionados no artigo 5 n.º 2 alínea q) do *IRS - Código do Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares* (2014), quando auferidos em território português estão sujeitos a retenção na fonte as taxas liberatórias de 28%, de acordo com o artigo 71 n.º 1 alínea c) do *IRS - Código do Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares* (2014), com opção de englobamento, artigo 71 n.º 6 do *IRS - Código do Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares* (2014).

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros,
comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

“Os rendimentos de capitais, tal como definidos no artigo 5º e mencionados no nº 1 do artigo 71, devidos por entidades não residentes, quando não sujeitos a retenção na fonte, (...) são tributados autonomamente à taxa de 28%” de acordo com o artigo 72 n.º5 do *IRS - Código do Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares* (2014).

No que diz respeito as mais-valias, o *IRS - Código do Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares* (2014) no seu artigo 10 n.º 1 alínea e), “constituem mais-valias os ganhos obtidos que, não sendo considerados rendimentos empresariais e profissionais, de capitais ou prediais, resultem de operações relativos a instrumentos financeiros derivados, com excepção dos ganhos previstos na alínea q) do n.º 2 do artigo 5.” Nesta categoria encontram-se mencionados os ganhos de instrumentos financeiros, como as opções e os futuros.

De acordo com o artigo 10 n.º4 alínea c) do *IRS - Código do Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares* (2014), “o ganho sujeito a IRS é constituído, pelos rendimentos líquidos, apurados em cada ano, proveniente das operações referidas nas alíneas e) e g) do nº1”

No que concerne aos rendimentos derivados dos outros instrumentos financeiros derivados, não estão sujeitos a retenção na fonte, por falta de previsão legal. Contudo é importante ter em conta o seguinte artigo 72 n.º 4 do *IRS - Código do Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares* (2014) salienta “o saldo positivo entre as mais ou menos valias, resultantes das operações previstas nas alíneas b), e), f) e g) do n.º 1 do artigo 10º, é tributado à taxa de 28%.”,

Nos termos do artigo 72 n.º 8 do CIRS “os rendimentos previstos no n.º 4 e 7 podem englobados por opção dos respectivos titulares residentes em território português.”

Contudo, no artigo 101 n.º 4 do CIRS, não existe obrigação de efetuar a retenção na fonte em relação aos ganhos obtidos nas operações relativas a instrumentos financeiros derivados, quando imputáveis a atividades geradoras de rendimentos profissionais e empresariais, de acordo com a alínea c) do n.º 2 do artigo 3 do CIRS.

Os instrumentos financeiros derivados caracterizam-se pela referência a um determinado ativo, porém trata-se de um negócio que poderá trazer um risco e que será repartido pelos vários intervenientes. Sendo assim assume funções de cobertura de risco inerentes a atividade económica (hedging), especulação ou de arbitragem, segundo Martins(2012).

“Qualquer análise das questões fiscais referentes aos diversos instrumentos financeiros derivados (IFD) tem que ser em atenção aos seguintes aspectos: os ativos subjacentes a

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

esses instrumentos, o carácter firme (futuros) e opcional (opções) das obrigações assumidas, a negociação em mercados organizados e a transacção fora da bolsa (OTC), a finalidade de operações realizadas e os diferentes tipos de intervenientes nas operações.” (Martins 2012, pag.34)

O regime fiscal influencia o retorno do investimento de acções, no caso de o investidor receber dividendos, esta sujeito a taxa liberatório em vigor em termos de IRS, isto significa que a entidade que irá distribuir os dividendos, esta obrigada a reter uma parte para entregar ao Estado.

Porém no caso das acções sujeitas a tributação “só ocorre com a venda dos títulos e o montante sobre a qual incide a taxa de imposto correspondente ao saldo entre as mais-valias (lucro) e menos-valias (prejuízo) registadas no ano civil em que ocorre a transacção”, segundo a revista “Ações” (2012).

2.10.3. Instrumentos Financeiros em sede de IRC (Imposto sobre Rendimento Colectivo)

De acordo com o artigo 19º do *IRC - Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas* (2014), n.º 9 alínea a “os ajustamentos decorrentes da aplicação do justo valor não concorrem para a formação do lucro tributável, sendo imputados como rendimentos ou gastos no período de tributação, em que os elementos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos ou liquidados, excepto quando: respeitam a instrumentos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados, instrumentos de capital próprio (...)”

Porém de acordo com o artigo 23º do *IRC - Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas* (2014) n.º 1 alínea i, “consideram-se gastos os que comprovadamente sejam indispensáveis para a realização dos rendimentos sujeitos a imposto (...), os gastos resultantes da aplicação do justo valor em instrumentos financeiros”.

“ Consideram-se rendimentos (...), os rendimentos resultantes da aplicação do justo valor em instrumentos financeiros”, de acordo com o artigo 20, n.º1 alínea f do *IRC - Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas* (2014).

No que diz respeito as mais-valias e as menos- valias, de acordo com o artigo 46 n.º1 alínea b, do *IRC - Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas* (2014),

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros,
comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

“consideram-se mais-valias ou menos-valias realizados, os ganhos obtidos ou as perdas sofridas mediante transmissão onerosa, qualquer que seja o título por que se opere,(...) respeitantes a instrumentos financeiros, com excepção dos reconhecidos pelo justo valor nos termos do artigo 18 n.º9.”

No que diz respeito aos instrumentos financeiros derivados, o artigo 49 n.º 1 do *IRC - Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas* (2014) “concorrem para a formação do lucro tributável, salvo prevista no n.º3, os rendimentos ou gastos resultantes da aplicação do justo valor a instrumentos financeiros derivados, ou qualquer ativo ou passivo financeiro utilizado como instrumento de cobertura restrito à cobertura do risco cambial.”

Porém quando as operações dizem respeito a cobertura do justo valor são aceites fiscalmente como gasto ou rendimento segundo o artigo 49 n.º 2.

Relativamente as operações que destinam-se à cobertura de fluxos de caixas, são diferidos e são reconhecidos como gastos ou rendimentos gerados pelo instrumento de cobertura, até ao momento que os gastos ou rendimento concorram para apuramento do lucro tributável de acordo com o artigo 49 n.º3.

Martins (2012, página 36) no seu estudo afirma “A intervenção nas operações sobre instrumentos financeiros derivados deveriam ter também atenção para além do aspecto fiscal, a protecção das operações comerciais e financeiras, concretizadas mediante a tomada, em mercados a prazo de posições simétricas às assumidas no desenvolvimento dos contratos estabelecidos, traduzidas em atividades assumidas acessoriamente no desenvolvimento desse objecto, que terá uma tendência do resultado para “zero”, dado o ganho obtido numa das partes da operação compensaria a perda obtida na outra parte e vive versa.”

Capítulo 3 Metodologia

Neste capítulo pretende-se abordar o trabalho adotado, explicando e clarificando o método adotado ao longo do capítulo.

Pretende-se apresentar os objectivos deste trabalho e o problema que este estudo apresenta, contudo também será neste capítulo que se apresentará a amostra e a recolha dos dados, assim como a metodologia adoptada neste estudo.

3.1. Especificação do problema

Este estudo pretende analisar o impacto da informação económica e financeira no processo de tomada de decisão pela gestão das diferentes entidades face a forma como os instrumentos financeiros são tratados contabilisticamente (comparando os modelos normativos).

Este trabalho irá verificar quais os fatores principais que irão influenciar a referida tomada de decisão a nível dos instrumentos financeiros, utilizando-se as empresas cotadas na bolsa Euronext de Lisboa, nomeadamente as especificamente as do *Portuguese Stocks Index* (PSI 20) e as não PSI20, para tentar perceber se os resultados obtidos são influenciados por algum destes grupos de empresas.

3.2. Questão de Investigação

Sabendo que “o investigador deve obrigar-se a escolher rapidamente um primeiro fio condutor tão claro quanto possível, de forma que o seu trabalho possa iniciar-se sem demora e estruturar-se com coerência”, Quivy (2003, pagina 31), definiu-se apenas uma questão de investigação que pretende respeitar as ideias defendidas pelo autor citado, nomeadamente a qualidade de clareza e pertinência.

Assim, a questão de investigação, diz respeito ao impacto que as diversas rubricas dos instrumentos financeiros terá a nível do balanço e da demonstração dos resultados.

3.3. Caracterização da amostra

O estudo incidiu sobre uma amostra de 20 empresas de diversos sectores de atividade, sendo que destas 16 das empresas portuguesas estão cotadas no índice PSI 20, da bolsa de valores de Lisboa, a *Euronext Lisbon*, e as restantes 4 empresas não estão cotadas em bolsas, sendo denominadas por não PSI 20.

Esta análise abrange um período de análise de três anos, mais concretamente 2006, 2009 e 2012.

A escolha destas datas prende-se com o facto de pretender-se comparar os números divulgados pelas empresas da amostra sob os normativos POC, SNC E IAS/IFRS.

Desde já convirá referir que desde 2005 as empresas cotadas na bolsa da Euronext são obrigadas a relatar as suas contas consolidadas segundo as *Normas International Accounting Standards –International Financial Reporting Standards (IAS-IFRS standard)*.

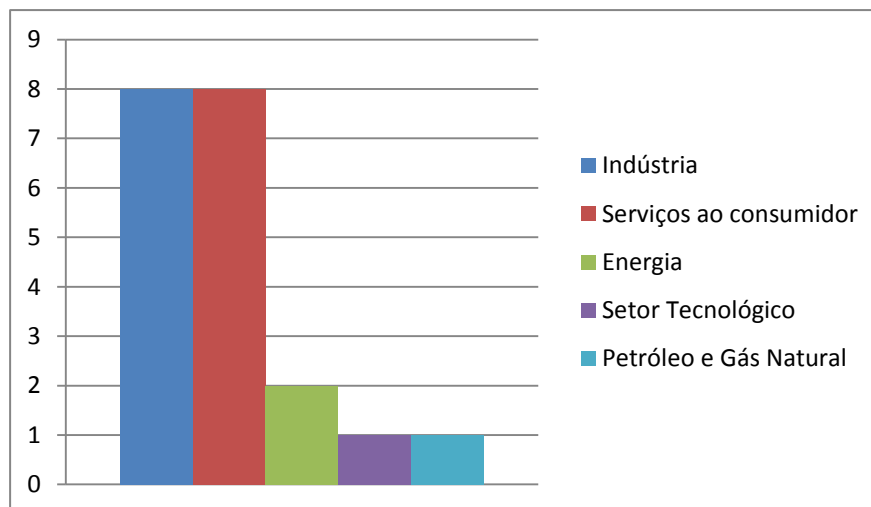
Para a realização deste estudo, as instituições financeiras foram excluídas do estudo por realizarem operações ativas e passivas, funcionando como intermediários financeiros, isto é, praticarem as duas ópticas e adaptarem um normativo próprio e algumas empresas pertencentes ao PSI 20 também foram excluídas do estudo por não ter base comparativa, assim serão excluídas deste estudo as instituições financeiras (BCP – Millennium, BES – Banco Espírito Santo, BPI, Banif, Espírito Santo FG) e as empresas, Corticeira Amorim, Gescartão, Inapa, Pararede, Reditus e Teixeira Duarte, apesar das empresas pertencerem ao PSI 20.

Na amostra incluímos algumas empresas que não pertencem ao PSI 20, sendo constituído por 4 empresas Grupo Imprensa, Grupo Media Capital, Nova Base e Soares da Costa, é de referir que estas empresas já pertenceram ao PSI 20, pelo que achamos relevante para o estudo comparar os resultados obtidos.

O gráfico 1 apresenta a distribuição da amostra utilizada para o estudo em causa.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros,
comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

Figura 3- Gráfico de Setores de Atividade



Fonte: Elaboração própria

Quadro 6: Distribuição do setor de atividade

Setor	N.º de Empresas	%
Indústria	8	40%
Serviços ao consumidor	8	40%
Energia	2	10%
Setor Tecnológico	1	5%
Petróleo e Gás Natural	1	5%
Total	20	100%

Fonte: Elaboração própria

No quadro 1, podemos observar que a amostra é constituída por 5 setores de atividade, sendo estes, o setor da indústria, os serviços ao consumidor, a energia, o sector tecnológico e petróleo e gás natural.

Esta amostra é constituída apenas por empresas não financeiras, onde os setores que apresentam um maior destaque são o setor da indústria e o serviço ao consumidor, os quais são constituídos cada um por 8 empresas. Os setores que apresentam um resultado exíguo são os setores da tecnologia, petróleo e gás natural, sendo ambos constituídos por uma empresa, nomeadamente a Nova Base e a Galp.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

3.4. Amostra

Este estudo é constituído por 20 empresas pertencentes ao PSI 20 e não PSI 20. O quadro seguinte apresenta a amostra seleccionada para este estudo.

Quadro 7: Identificação da Amostra

Empresa	Atividade	Setor
Altri	Indústria do papel	Indústria
Brisa	Concessionária de Auto-Estradas	Indústria
Confinia	Área da imprensa	Serviços ao consumidor
Cimpor	Produção de cimentos	Indústria
EDP- Energia de Portugal	Distribuição Eléctrica	Energia
Galp	Produtos Petrolíferos, Gás Natural	Petróleo e Gás Natural
Jerónimo Martins	Distribuição de Bens Alimentares	Serviços ao consumidor
Mota Engil	Construção de Infra-estruturas	Indústria
Portugal Telecom	Serviços de telecomunicações	Serviços ao consumidor
Portucel	Indústria do papel	Indústria
REN	Distribuição de energia, Gás Natural	Energia
Semapa	Indústria	Indústria
Sonae Industria	Setor da madeira	Indústria
Sonae SGPS	Distribuição de bens alimentares	Serviços ao consumidor
Sonae Com	Área de telecomunicação	Serviços ao consumidor
Zon	Área de telecomunicação	Serviços ao consumidor
Grupo Imprensa	Área da imprensa	Serviços ao consumidor
Grupo Media Capital	Área da imprensa	Serviços ao consumidor
Nova Base	Tecnologia	Setor Tecnológico
Soares da Costa	Construção de Infra-estruturas	Indústria

Fonte: elaborada própria

3.4.1. Metodologia Adoptada

Tendo como objetivo, analisar o impacto dos instrumentos financeiros nas empresas do PSI 20 e algumas do não PSI 20, é fundamental a recolha de dados das empresas seleccionadas para o presente estudo.

Para obter resultados recolhemos os respetivos relatórios e contas das empresas cotadas no PSI 20 e não PSI 20, nomeadamente aos anexos das contas individuais referentes aos anos mencionados. Estas opções prenderam-se com o objetivo de tratar a informação o mais atual e comparável possível, tendo em conta o objetivo do estudo. Depois de recolhidas os relatórios de contas individuais foi necessário definir quais as rubricas das demonstrações financeiras individuais que o estudo iria incidir.

Os relatórios e contas foram obtidos através das páginas da *internet* de cada empresa, procedeu-se à leitura dos relatórios e contas publicados pelas empresas que fazem parte do estudo, sendo assim, recolhidos os dados para estes serem tratados e analisados, para retirarmos as respectivas conclusões para o desenvolvimento do estudo.

A partir da amostra, identificam-se quais as empresas que utilizam os diversos instrumentos financeiros no ativo corrente e no passivo corrente; no estudo apenas iremos estudar os instrumentos financeiros no curto prazo, tendo por base os anexos às contas individuais, sendo assim para a investigação não será estudado os instrumentos financeiros no médio e longo prazo, ou seja, ativo não corrente e passivo não corrente.

Tendo em conta o enunciado do objectivo, a questão de investigação comporta variáveis. Segundo Fortin, Côté, & Filion (2009, página 171)“ As variáveis são as unidades de bases da investigação, estas tomam diferentes valores que podem ser medidos, manipulados e controlados. As variáveis podem ser classificadas segundo o papel que exercem numa investigação.”

No caso deste estudo as variáveis que iremos ter em conta serão as rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente do balanço e da demonstração dos resultados.

Capítulo 4 Resultados do Estudo

De seguida, procede-se à análise do impacto no passivo corrente e ativo corrente dos instrumentos financeiros das empresas, é de notar que neste estudo iremos verificar o peso dos instrumentos financeiros a nível do total do ativo e passivo, no que diz respeito ao balanço, e rubricas da demonstração dos resultados, com base na análise nos indicadores nos quadros apresentados abaixo, analisando o impacto dos instrumentos financeiros, para respondermos a questão de investigação colocada.

Qual o impacto ao nível das rubricas dos instrumentos financeiros do balanço e da demonstração dos resultados das *Portuguese Stocks Index* (PSI 20) e não PSI 20?

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

• **Quadro 8: Peso dos Instrumentos Financeiro no balanço - ano 2006**

Empresas	Ativo		Passivo		Instrumento Financeiro		Instrumento Financeiro %			
	Total	Circulante	Total	Dívidas a terceiros - Curto Prazo	Passivo	Ativo	Dívidas a terceiros - Curto Prazo	Total	Circulante	Ativo
Altri	127901049	3427113	41856601	41856601	41856601	89057	100%	100%	3%	0%
Brisa	4665000	251067	3241028	400410	400410	122613	100%	12%	49%	3%
Cinpor	1493261	219697	293252	139479	139479	33078	100%	48%	15%	2%
Confina	390638385	64248175	305662499	254731586	254731586	8976023	100%	83%	14%	2%
EDP - Energia de Portugal	12613329	1920542	6425703	3570531	3559624	1870525	100%	55%	97%	15%
Galp	3079310	745243	1197687	1144719	1144719	738632	100%	96%	99%	24%
Grupo Imprensa	175856175	45027287	72843395	9452132	9452132	2736638	100%	13%	6%	2%
Jerónimo Martins	1268426	98698	271839	28314	25017	83566	88%	9%	85%	7%
Media Capital	216784973	34235320	2721422	2721422	2721422	34235320	100%	100%	100%	16%
Nova Base	93633	53871	32739	25182	25182	53817	100%	77%	100%	57%
Portugal Telecom	12691852927	1.793.830.026	9.486.268.278	1.513.892.255	1513892255	1676836002	100%	16%	93%	13%
REN	3342989	363195	2311915	1600270	1600270	361054	100%	69%	99%	11%
Senapa	1315041433	26958987	578039101	23033753	15437926	26958987	67%	3%	100%	2%
Soares da Costa	287137209	13441085	142356597	91401403	91401403	7378798	100%	64%	55%	3%
Sonae Indústria	1715228189	100205469	742662424	190457068	190457068	100205469	100%	26%	100%	6%
Sonae SGPS	4097547772	211506723	806180609	458993261	458993261	211506723	100%	57%	100%	3%
Zon	620998996	115.181.550	205.825.023	162.679.805	162679805	115181550	100%	79%	100%	19%

Fonte: elaboração própria

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros,
comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

• **Quadro 9: Peso dos Instrumentos Financeiro na DR - ano 2006**

Empresas	DR		Instrumento Financeiro		Instrumento Financeiro %	
	Gasto	Rendimento	Gasto	Rendimento	Gasto	Rendimento
Altri	5553568	32452833	513842	218005	9%	1%
Brisa	399486	605767	90558	7266	23%	1%
Cimpor	44440	270672	22299	22342	50%	8%
Confina	8231284	13855907	0	2066477	0%	15%
EDP- Energia de Portugal	1662814	2133764	336354	298806	20%	14%
Galp	79612	874194	14298	8236	18%	1%
Grupo Imprensa	12136470	6633328	1406030	904	12%	0%
Jerónimo Martins	24392	61097	9860	10241	40%	17%
Media Capital	3701018	23182163	1524	1265861	0%	5%
Nova Base	4492	3530	461	0	10%	0%
Portugal Telecom	468533845	806175603	104086548	37730349	22%	5%
REN	3099963	3739351	40034	698	1%	0%
Semapa	66293875	136280012	13218107	8678739	20%	6%
Soares da Costa	15940873	14956510	6250287	1076503	39%	7%
Sonae Industria	79007030	3176036	0	0	0%	0%
Sonae SGPS	47930187	113081180	26505519	36121077	55%	32%
Zon	33011535	50028862	3662226	2356160	11%	5%

Fonte: elaboração própria

Após a leitura de todos os relatórios de contas das empresas seleccionadas para o presente estudo, concluímos que em 2006, a maioria das empresas elabora as suas demonstrações financeiras respeitando as normas e princípios contabilísticos estabelecidos no POC, e, supletivamente, as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As empresas MotoEngil, Portucel e Sonaecom não disponibilizaram os seus relatórios de contas, pelo que, não foi possível obter resultados, logo no ano 2006 não fazem parte da amostra.

Após realizados os devidos procedimentos e obtidos os resultados acima apresentados, procedemos à análise do impacto dos instrumentos financeiros no passivo dívidas de terceiros no curto prazo e total e no ativo circulante dívidas de terceiros no curto prazo e total.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

No que diz respeito ao balanço e à demonstração dos resultados, concluímos que as percentagens obtidas são mais reveladoras ao nível do passivo- dívidas de curto prazo e ativo circulante- dívidas de curto prazo do que a nível do total do ativo e do passivo, contudo é de notar do total do passivo apresenta percentagens muito relevante, o que significa que algumas destas empresas divulgam os instrumentos financeiros no curto prazo.

Para obtermos os resultados apresentados consideramos diversas rubricas do balanço.

No ativo circulante consideramos as rubricas, de curto prazo, sendo estas dívidas que terceiros têm para com a empresa, assim consideramos as seguintes rubricas, adiantamento de fornecedores, clientes e outras dívidas de terceiros, estado e outros entes públicos, outras contas a receber, outros ativos correntes, empresas do grupo, empresas participadas e participantes (consideramos todas as rubricas que apresentam-se nas dívidas de curto prazo), títulos negociáveis (esta apresenta-se nos depósitos bancários e caixa).

No passivo dívidas de curto prazo consideramos as rubricas, de fornecedores, Estado e outros entes públicos, financiamentos obtidos, outras contas a pagar, derivados, outros credores, empresas do grupo, outros accionistas e outros passivos correntes, (consideramos todas as rubricas que apresentam-se nas dívidas de curto prazo).

Após a obtenção dos concluímos que 10 empresas, obtiveram uma percentagem de reconhecimento de instrumento financeiro superior a 90%, sendo EDP, Galp, Media Capital, Nova Base, Portugal Telecom, REN, Semapa, Sonae Indústria, Sonae SGPS e Zon Multimédia em relação ao ativo circulante – dívidas de curto prazo.

Em relação ao passivo- dívidas de curto prazo, 15 empresas apresentam uma divulgação de instrumentos financeiros superior a 90%, sendo as seguintes empresas, Altri, Brisa, Cimpor, Confinda, EDP, Galp, Grupo Imprensa, Media Capital, Nova Base, Portugal Telecom, REN, Soares da Costa, Sonae SGPS, Sonae Indústria e Zon Multimédia.

Numa outra perspectiva analisado, sendo o total do ativo e passivo, após recolher os dados dos relatórios de contas das empresas, verificamos que no seu total as empresas não apresentam reconhecimento de instrumento financeiro superior a 90% para o ativo, sendo o resultado mais elevado 57% para a empresa Nova Base, contudo para o total do passivo o mesmo não encontra-se reflectido, uma vez que 3 empresas apresentam resultados superiores a 90%, sendo estas as empresas Altri, Galp e Media Capital.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

No ano 2006 a empresa que apresenta um resultado nulo é a empresa Altri respeitante ao ativo corrente, porém a empresa, Grupo Imprensa apresenta um peso diminuto de 2% de instrumentos financeiros no ativo circulante sendo no total apenas 6%.

Porem a empresa que apresenta valores exíguos em relação ao peso dos instrumentos financeiros no passivo- dívidas de curto prazo é a empresa Semapa com 67%, e no total do passivo detém apenas 3%.

No que diz respeito à demonstração dos resultados, obtivemos muitos resultados significativos e outros quase sem significado, e em algumas empresas não encontramos registo nenhum de instrumentos financeiros.

As rubricas consideradas foram aumentos / redução de justo valor, juros suportados, juros obtidos e perda por imparidade de clientes.

No presente estudo, algumas das empresas seleccionadas apresentam uma maior índice de divulgação dos instrumentos financeiros na demonstração dos resultados, em relação aos gastos destacam-se as empresas Sonae SGPS (55%) e Cimpor (50%), em relação aos rendimentos a Sonae SGPS apresenta um resultado pouco significativo de 32%.

É de notar que nos gastos não obtivemos nenhum resultado superior a 90%, sendo as mais altas mencionadas anteriormente, e para os rendimentos o mesmo se verifica.

No estudo realizado algumas empresas não recorrem ao registo de instrumentos financeiros por parte dos gastos e dos rendimentos, sendo, Confina e Media Capital, (estas apresentam resultados nulos).

É de referir que a grande maioria das empresas não especificam qual o tipo de instrumentos que estas recorrem no relatório de gestão.

• **Quadro 10: Peso dos Instrumentos Financeiro no balanço - ano 2009**

Empresas	Ativo		Passivo		Instrumento Financeiro		Instrumento Financeiro %			
	Corrente	Total	Corrente	Total	Passivo	Ativo	Passivo		Ativo	
					Corrente	Corrente	Corrente	Total	Corrente	Total
Altri	4.067.537	122.551.237	58.988.365	58.988.365	58.988.365	4.067.537	100%	100%	100%	3%
Brisa	161402	3719724	590635	289341	589921	89614	100%	20%	56%	2%
Cimpor	81074	1192359	7853	64810	7519	81089	96%	12%	100%	7%
Confina	95628909	317641887	193071976	243071976	192835429	94867126	100%	79%	99%	30%
EDP- Energia de Portugal	2772421	17253574	5711814	10710705	5227220	2716525	92%	49%	98%	16%
Galp	536067	3092172	260056	1468808	231806	509778	89%	16%	95%	16%
Grupo Imprensa	5620044	153956977	12119778	33017920	12119778	5620044	100%	37%	100%	4%
Jerónimo Martins	94174	1105176	2644	158021	6	93947	0%	0%	100%	9%
Media Capital	13743398	174308466	5166140	5172466	5166140	13743398	100%	100%	100%	8%
Mota Engil	52.742.356	665.955.008	132.309.191	371.714.847	111108282	49890797	84%	30%	95%	7%
Nova Base	52.573	194.764	21.374	95.622	21.374	52573	100%	22%	100%	27%
Portugal Telecom	952.992.307	12.755.532.313	754.444.161	8.477.838.488	692163526	126059673	92%	8%	13%	1%
Portucel	379.707.305	2.150.006.392	489.399.766	945.002.692	489399766	316943486	100%	52%	83%	15%
REN	529.943	2.967.560	482.869	2.066.261	481211	529808	100%	18%	100%	23%
Semapa	21514871	1479061293	77719091	585543907	77713208	21435243	100%	13%	100%	1%
Soares da Costa	70932025	467415286	168344007	271123889	168344007	67358398	100%	62%	95%	14%
Sonae Industria	19.194.523	1.597.034.705	173.488.165	629.250.080	173488166	19194524	100%	28%	100%	1%
Sonae SGPS	374660460	3726191963	450268880	1723648177	450268880	374660460	100%	26%	100%	10%
Sonae Com	17810464	1579378895	137427832	436259229	137427832	17810464	100%	32%	100%	1%
Zon	567.788.204	1.194.609.736	496.067.155	1.012.834.941	496.067.155	565963244	100%	49%	100%	47%

Fonte: elaboração própria

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros,
comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

• **Quadro 11: Peso dos Instrumentos Financeiro na DR - ano 2009**

Empresas	DR		Instrumento Financeiro		Instrumento Financeiro %	
	Gasto	Rendimento	Gasto	Rendimento	Gasto	Rendimento
Altri	2256459	1514842	18859	1485669	1%	98%
Brisa	143743	13681	0	0	0%	0%
Confina	11975207	12912359	5362406	567181	45%	4%
Cimpor	33414	327141	0	81	0%	0%
EDP- Energia de Portugal	2051200	3697278	883530	1224989	43%	33%
Galp	74402	569165	0	1557	0%	0%
Grupo Imprensa	3687914	1183825	1165463	36	32%	0%
Jerónimo Martins	18476	55250		139	0%	0%
Media Capital	6643488	7283905	1395	259	0%	0%
Mota Engil	54793882	126401547	0	0	0%	0%
Nova Base	5425	21191	103	1042	2%	5%
Portugal Telecom	36517193	88751782	37249	6024238	0%	7%
Portucel	594762738	698572956	5206861	13315750	1%	2%
REN	89663	191315	76574	58222	85%	30%
Semapa	36484535	113259403	13530812	2264687	37%	2%
Soares da Costa	17349473	42541154	9830838	7094741	57%	17%
Sonae Industria	16130920	18379267	0	0	0%	0%
Sonae SGPS	64735464	129384525	55937706	70363260	86%	54%
Sonae Com	25363711	7137314	10268692	0	40%	0%
Zon	40504407	85133501	18316274	427938	45%	1%

Fonte: elaboração própria

No ano 2009 após a consulta do relatório de contas anual de cada empresa selecionada para o estudo em questão, concluímos que a maior parte das empresas elaborou as demonstrações financeiras individuais de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal até àquela data, tendo por base o POC e diretrizes contabilísticas, os quais foram revogados pela introdução do SNC.¹⁴

Procedendo à análise do impacto no passivo corrente e total e no ativo corrente e total, dos instrumentos financeiros das empresas seleccionadas para o estudo, no que diz

¹⁴ É de notar que, no presente ano em análise o normativo aplicado é o SNC, na maior parte das empresas do estudo este apenas foi aplicado no ano 2010, pelo que foi necessário realizar a transposição de POC para SNC, pelo que as rubricas do ativo (corrente, não corrente), passivo (corrente, não corrente), gastos e rendimentos adopta-se a esta nova terminologia do SNC, já que no POC adoptávamos outros termos como ativo circulante.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

respeito ao balanço e à demonstração dos resultados, concluímos que as percentagem obtidas são mais significativas ao nível do passivo corrente e ativo corrente do que a nível do total do ativo e do passivo.

Para obtermos os resultados apresentados consideramos diversas rubricas do balanço.

No ativo corrente consideramos as rubricas, adiantamento de fornecedores, clientes, outras dívidas de terceiros, Estado e outros entes públicos, outras contas a receber, outros ativos correntes e caixa e depósitos a ordem.

No passivo corrente consideramos as rubricas, fornecedores, Estado e outros entes públicos, financiamentos obtidos, outras contas a pagar, derivados, outros credores e outros passivos correntes.

No estudo realizado obtivemos resultados muito significativos pelo que a as empresas divulgam os instrumentos financeiros que recorrem.

Após a obtenção dos resultados concluímos que 17 empresas, sendo estas Altri, Cimpor, Confina, EDP, Galp, Grupo Imprensa, Jerónimo Martins, Media Capital, Moto Engil, Nova Base, REN, Semapa, Soares da Costa, Sonae Indústria, Sonae SGPS, Sonaecom e Zon Multimédia em relação ao ativo corrente e ao passivo corrente, Altri, Cimpor, Confina, EDP, Grupo Imprensa, Media Capital, Nova Base, Portugal Telecom, Portucel, REN, Semapa, Soares da Costa, Sonae Indústria, Sonae SGPS, Sonaecom e Zon Multimédia obtiveram uma percentagem de reconhecimento de instrumento financeiro superior a 90%, contudo o mesmo não acontece ao total do ativo e do passivo, ou seja, ao recolher os dados para o estudo realizado não encontramos reconhecimento de instrumento financeiro superior a 90% para o total do ativo, porém no total do passivo encontramos resultados significativos nas empresas Altri e Media Capital.

No ano 2009 a empresa que apresenta um resultado exíguo é a empresa Portugal Telecom respeitante ao ativo corrente apresentando um peso diminuto de 13% de instrumentos financeiros no ativo corrente sendo no total apenas 1%.

Porem a empresa que apresenta valores exíguos em relação ao peso dos instrumentos financeiros no passivo corrente é a empresa Jerónimo Martins, sendo que no ano em estudo não existe qualquer registo de instrumentos financeiros no balanço apresentado pela empresa.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

Em relação à demonstração dos resultados, obtivemos muitos resultados significativos e outros quase sem significado, e em algumas empresas não encontramos registo nenhum de instrumentos financeiros.

As rubricas consideradas foram aumentos / redução de justo valor, juros suportados, juros obtidos e perda por imparidade de clientes.

No estudo realizado às empresas que apresentam uma maior ênfase de divulgação dos instrumentos financeiros na demonstração dos resultados, em relação aos gastos são as empresas Sonae SGPS (86%) e REN (85%), em relação aos rendimentos a Altri apresenta um resultado significativo de 98%.

É de notar que nos gastos não obtivemos nenhum resultado superior a 90%, sendo as mais altas mencionadas anteriormente, e para os rendimentos o mesmo se verifica.

No estudo realizado algumas empresas não recorrem ao registo de instrumentos financeiros por parte dos gastos e dos rendimentos, sendo a Jerónimo Martins, Brisa, Cimpor, Galp, Media Capital, Moto Engil, Portugal Telecom, Sonae Indústria e Grupo Imprensa, (estas apresentam resultados nulos nas perspetivas referidas).

Constatamos que a maioria das empresas recorre ao mercado de derivados para fazer face a ao risco de taxa de juro. As empresas seleccionadas para o nosso estudo recorrem na sua maioria aos *swaps* de taxa de juro, porém e de salientar que a grande maioria das empresas não especificam qual o tipo de instrumentos que estas recorrem.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

• **Quadro 12: Peso dos Instrumentos Financeiro no balanço - ano 2012**

Empresas	Ativo		Passivo		Instrumento Financeiro		Instrumento Financeiro %			
	Corrente	Total	Corrente	Total	Passivo Corrente	Ativo Corrente	Passivo		Ativo	
							Corrente	Total	Corrente	Total
Altri	2184971	120664254	74365906	74365906	74365906	2184971	100%	100%	100%	2%
Brisa	614820	1441270	38481	243413	36524	525288	95%	15%	85%	36%
Cimpor	21323	1329657	45637	118590	45400	21323	99%	38%	100%	2%
Confina	3150587	173198057	86901503	99901503	86901503	3150587	100%	87%	100%	2%
EDP- Energia de Portugal	4250102	20853321	8852231	13967110	8816934	3785995	100%	63%	89%	18%
Galp	1114216	4910493	1834333	3379978	1775848	1029607	97%	53%	92%	21%
Grupo Imprensa	9139119	175015239	46802110	56952769	46802110	9139119	100%	82%	100%	5%
Jerónimo Martins	106076	1338615	6135	184504	3209	47082	52%	2%	44%	4%
Media Capital	16634501	191175756	19204395	19204395	12831209	16634501	77%	67%	100%	9%
Mota Engil	65272443	791787583	340659572	521733315	319613182	62446709	94%	61%	96%	8%
Nova Base	68551	127134	36528	44823	35652	68551	98%	80%	100%	54%
Portugal Telecom	675568671	9100891287	412013862	6909816801	326120490	339569158	79%	5%	50%	4%
Portucel	0	0	0	0	0	0	0%	0%	0%	0%
REN	1201486	3791721	1247134	2693348	1243799	1187068	100%	46%	99%	31%
Semapa	35.270.282	2.009.292.806	178.930.088	1.085.455.646	103377521	35.102.735	58%	10%	100%	2%
Soares da Costa	67.121.661	444.405.831	116.919.934	243.326.066	116.919.934	67.121.661	100%	48%	100%	15%
Sonae Industria	3130568	1269151920	173026442	481106452	172.153.358	2447736	99%	36%	78%	0%
Sonae SGPS	173750236	4069204969	123047980	803105320	122833361	173750236	100%	15%	100%	4%
Sonae Com	117520295	1712120997	188262161	378750926	187247287	113832656	99%	49%	97%	7%
Zon	1034083524	1516386199	761380844	1306924500	591921122	1033976349	78%	45%	100%	68%

Fonte: elaboração própria

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros,
comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

• **Quadro 13: Peso dos Instrumentos Financeiro na DR – ano 2012**

Empresas	DR		Instrumento Financeiro		Instrumento Financeiro %	
	Gasto	Rendimento	Gasto	Rendimento	Gasto	Rendimento
Altri	4169078	22720	486674	0	12%	0%
Brisa	40670	311194	0	0	0%	0%
Confinia	24523212	415782	3404978	414827	14%	100%
Cimpor	25139	6374	2483	0	10%	0%
EDP- Energia de Portugal	3044493	3785819	669520	396390	22%	10%
Galp	160440	187992	110	0	0%	0%
Grupo Imprensa	2738784	1718	0	0	0%	0%
Jerónimo Martins	25705	109327	5222	13322	20%	12%
Media Capital	5728440	5552304	230751	0	4%	0%
Mota Engil	43615562	73479038	27976	737895	0%	1%
Nova Base	3960	11709	475	808	12%	7%
Portugal Telecom	148245361	275999425	91573093	6563062	62%	2%
Portucel	0	0	0	0	0%	0%
REN	168045	280204	139785	1892	83%	1%
Semapa	206124847	95943434	13189647	5469691	6%	6%
Soares da Costa	21073692	17644747	16792473	12719773	80%	72%
Sonae Industria	178467849	133506	21989295	0	12%	0%
Sonae SGPS	40185676	63159407	0	0	0%	0%
Sonae Com	18671220	121819163	13735438	15312037	74%	13%
Zon	108348560	74037818	0	71	0%	0%

Fonte: elaboração própria

No ano 2012, as empresas seleccionadas para o nosso estudo, preparam as suas demonstrações financeiras no pressuposto da continuidade das suas operações no mercado, a partir de registos contabilísticos, os quais vão ao encontro, com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, adotadas na União Europeia.

É de notar que a empresa Portucel não disponibilizou o seu relatório de contas, pelo que, no ano 2012 esta não faz parte da amostra.

Ao analisar o impacto no ativo corrente e total e no passivo corrente e total dos instrumentos financeiros no relatório de contas das empresas do estudo, verificamos que, os resultados obtidos são mais relevante ao nível do ativo corrente e passivo corrente, tal como no ano anteriormente analisado (2009).

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

No presente ano, para obtermos os resultados apresentados consideramos diversas rubricas do balanço.

No ativo corrente consideramos as rubricas, adiantamento de fornecedores, clientes, outras dívidas de terceiros, Estado e outros entes públicos, outras contas a receber, outros ativos correntes e caixa e depósitos a ordem.

Porém no passivo corrente consideramos as rubricas, fornecedores, Estado e outros entes públicos, financiamentos obtidos, outras contas a pagar, derivados, outros credores e outros passivos correntes.

Após realizarmos os testes obtivemos resultados e através destes concluímos que 14 empresas, sendo Altri, Cimpor, Confina, Galp, Grupo Imprensa, Media Capital, Moto Engil, Nova Base, REN, Semapa, Soares da Costa, Sonae Indústria, Sonae SGPS, Sonaecom e Zon Multimédia em relação ao ativo corrente e ao passivo corrente, Altri, Cimpor, Confina, EDP, Grupo Imprensa, Media Capital, Mota Engil, Nova Base, REN, Semapa, Soares da Costa, Sonae SGPS, Sonaecom e Zon Multimédia obtiveram uma percentagem de reconhecimento de instrumento financeiro superior a 90% no ativo sendo para o passivo também 14 empresas, mas estas diferem das do ativo, acrescentado as empresas, Brisa, EDP, Sonae Indústria, e retirando as empresas, Media Capital, Semapa e Zon Multimédia.

Numa outra perspetiva de análise do total do ativo e passivo, após recolher os dados dos relatórios de contas das empresas, verificamos que no seu total as empresas não apresentam reconhecimento de instrumento financeiro superior a 90% para o ativo, contudo existe uma exceção para o total do passivo, a qual esta se encontra refletida na empresa Altri.

No ano 2012 a empresa que apresenta um resultado menos significativo é a empresa Jerónimo Martins apresentando um peso diminuto de 44% de instrumentos financeiros no ativo corrente e no total do ativo apenas 4%, porém as empresas que apresentam um resultado menos significativo no total do ativo são as empresas Altri, Cimpor e Confina, sendo que ambas detêm um peso de 2%.

Quanto à empresa que apresenta valores exíguos em relação ao peso dos instrumentos financeiros no passivo corrente é a empresa Jerónimo Martins, sendo que no ano em estudo esta empresa reconhece apenas 44% de instrumentos financeiros; porém, face ao ano anteriormente analisado o reconhecimento de instrumentos financeiros

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

melhorou, uma vez que não apresentava qualquer registo de instrumentos financeiros no balanço apresentado pela empresa.

Em relação à demonstração dos resultados, obtivemos muitos resultados significativos e outros quase sem significado, e em algumas empresas não encontramos registo nenhum de instrumentos financeiros.

As rubricas consideradas foram aumentos / redução de justo valor, juros suportados, juros obtidos e perda por imparidade de clientes.

No estudo realizado as empresas apresentam resultados significativos para a divulgação dos instrumentos financeiros. As empresas REN (83%) e Soares da Costa (80%) são aquelas que apresentam resultados relevantes nos gastos, porém em relação aos rendimentos a Confina apresenta um resultado significativo de 100%.

Tal como sucede no ano 2009, os gastos não obtiveram nenhum resultado superior a 90%, sendo as mais altas mencionadas anteriormente, porém para os rendimentos o mesmo não se verifica.

No estudo realizado algumas empresas não recorrem ao registo de instrumentos financeiros por parte dos gastos e dos rendimentos, sendo a Brisa, Galp, Grupo Imprensa, Moto Engil, Sonae SGPS e Zon Multimédia que apresentam valores nulos ou praticamente nulos nas perspectivas referidas.

A maioria das empresas recorre ao mercado de derivados para fazer face a ao risco de taxa de juro, com o objectivo de efectuar cobertura de riscos financeiros a que encontram-se expostas.

As empresas seleccionadas para o nosso estudo recorrem na sua maioria aos *swaps* de taxa de juro, porém e de salientar que a grande maioria das empresas não especificam qual o tipo de instrumentos que estas recorrem.

4.1. Conclusão do estudo

Analisando o impacto instrumentos financeiros no ativo corrente e passivo corrente nas contas individuais das empresas selecionadas para o estudo, concluímos que a maior parte divulga os instrumentos financeiros ao justo valor e ao custo amortizado, sendo que o maior peso dos instrumentos financeiro decorre da divulgação referida anteriormente.

Na análise dos relatórios de conta, no que diz respeito aos instrumentos financeiros derivados concluímos que as empresas utilizam estes como instrumentos de cobertura de risco, face as variações das taxas de juro.

As empresas selecionadas para o nosso estudo recorrem na sua maioria aos *swaps* de taxa de juro, porém é de salientar que a grande maioria das empresas não especificam qual o tipo de instrumentos que recorrem.

4.2. Limitações

A informação divulgada em anexo, não se encontra muito detalhada, pelo que não foi possível analisar com a devida profundidade o impacto dos instrumentos financeiros.

4.3. Linhas futuras de investigação

Propomos como linhas futuras investigação, a análise dos instrumentos financeiros, de forma mais detalhada, com o intuito de determinar a natureza com maior influência nas Demonstração Financeiras.

Seria importante analisar a utilização dos instrumentos financeiros nas contas individuais e consolidadas. Talvez fosse interessante realizar um estudo que analisasse as contas individuais e as contas consolidadas, a fim de analisar a divulgação das empresas no que diz respeito a esta temática.

Capítulo 5 Conclusão

O conceito de instrumento financeiro é um conceito do novo milénio. O desenvolvimento dos instrumentos financeiros está ligado ao movimento de “inovação financeira” que caracteriza os mercados de capitais.

Os instrumentos financeiros desempenham hoje, uma função de financiamento empresarial, sendo que os empresários candidatam-se a obter junto do mercado de capitais os fundos financeiros necessários para a sua constituição, funcionamento e expansão. Este estudo pretendeu analisar o impacto da informação económica e financeira no processo de tomada de decisão face à forma como se aplica o tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros.

Com o objectivo de averiguar o impacto dos instrumentos financeiros na informação financeira, foram analisadas as demonstrações financeiras das entidades cotadas no PSI 20 e algumas que não pertencem ao mesmo, nos períodos económicos de 2006, 2009 e 2010.

Face ao estudo elaborado às entidades seleccionadas para o estudo, concluímos que estas entidades são mais prudentes no que respeita à utilização dos instrumentos financeiros derivados, pois na sua maioria utilizam os swaps para a cobertura de risco, porém a maioria dos instrumentos financeiros, encontra-se mensurado ao justo valor ou ao custo amortizado.

Os organismos internacionais emitiram normas internacionais para regular a temática dos instrumentos financeiros. Os organismos IASB e FASB defendem a contabilização dos instrumentos financeiros ao justo valor com as respetivas variações, devendo ser imputadas ao resultado no período em que ocorrem, de forma a proporcionar uma melhor informação acerca da posição financeira e do desempenho financeiro.

A União Europeia (através essencialmente da sua Comissão) tornou-se num dos principais utentes interessados na adoção do justo valor na mensuração de ativos e em especial de instrumentos financeiros. Por causa de diversos pontos de vista diferentes os normativos têm sido constantemente alterados.

O estudo realizado através da análise dos relatórios de contas das empresas cotadas no PSI 20 e empresas não cotadas no PSI 20 relativamente aos instrumentos financeiros, demonstra que as empresas seleccionadas utilizam os instrumentos financeiros com relevância nas suas contas individuais, desta forma foi analisado o nível de informação

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

divulgada, tendo por base o POC, normas internacionais relativas aos instrumentos financeiros e SNC. Contudo é de referir que a amostra do nosso estudo não representa a realidade empresarial, uma vez que em Portugal a maioria das empresas são de pequena dimensão, sendo que, estas apenas recorrem ao normativo SNC nos dias de hoje, e ao POC antes de 2010.

Analisando o impacto dos instrumentos financeiros, nas diferentes perspectivas concluímos que a maior parte das empresas divulga os instrumentos financeiros tendo por base o justo valor ou o custo amortizado, contudo algumas das empresas recorrem ao mercado de derivados e utilizam estes como instrumentos de cobertura.

É importante salientar que devido à informação pouco detalhada no anexo dos relatórios de contas de algumas empresas, objeto deste estudo, não foi possível analisar com muita profundidade a utilização dos instrumentos financeiros.

A nível de resultados obtidos no estudo realizado, estes revelam que as entidades seleccionadas para o nosso estudo, divulgam os seus instrumentos financeiros com uma grande relevância nas suas contas individuais, pois obtivemos resultados significativos, sendo superiores a 90% na sua maioria.

Na maioria dos resultados obtidos, o índice de divulgação mantêm-se nos diferentes períodos económicos. Porém é de salientar que algumas empresas não disponibilizaram os seus relatórios de contas, pelo que estas não contribuíram para o estudo realizado.

A nível fiscal, os instrumentos financeiros encontram-se regulados na categoria E, do Código do IRS, no que diz respeito, ao IRC os instrumentos financeiros decorrentes da aplicação do justo valor não concorrem para o lucro tributável, sendo imputados como gastos ou rendimentos.

É de referir que a evolução desta temática acompanhou a evolução económica destas grandes entidades empresariais.

Após a finalização do presente estudo, concluímos que os objetivos inicialmente propostos foram em grande parte alcançados. Este estudo transformou-se num projecto aliciante, na medida que foram aprofundados conhecimentos sobre esta temática.

6. Referencias Bibliográficas

- Ações. (2012, October). *CMVM- Comissão do Mercado de Valores Mobiliários*, 3–10. Retrieved from <http://www.cmvm.pt/cmvm/publicacoes/brochuras/Pages/Brochuras.aspx>
- Alves, M. T. V. D., & Graça, M. L. (2013, September 30). Market Risk Information Disclosure: a Case of Companies Within PSI 20. *Revista Universo Contábil*, 9(3), 163–184. Retrieved from <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/3353/2406>
- Ameer, R. (2009). Value-relevance of foreign-exchange and interest-rate derivatives disclosure: The case of Malaysian firms. *The Journal of Risk Finance*, 10(1), 78–90. Retrieved from <http://www.emeraldinsight.com/10.1108/15265940910924517>
- Amorim, J. D. C. (2012). O justo valor e as suas implicações fiscais.
- Amran, A., Bin, A. M. R., & Hassan, B. C. H. M. (2009). Risk reporting: An exploratory study on risk management disclosure in Malaysian annual reports. *Managerial Auditing Journal*, 24(1), 39–57. Retrieved from <http://www.emeraldinsight.com/10.1108/02686900910919893>
- Antunes, J. E. (2009). *Os Instrumentos Financeiros*. Lisboa: Edições Almedina, S.A.
- Blankespoor, E., Linsmeier, T. J., Petroni, K. R., & Shakespeare, C. (2013). Fair Value Accounting for Financial Instruments: Does It Improve the Association between Bank Leverage and Credit Risk? *The Accounting Review*, 88(4), 1143–1177. Retrieved from <http://aaajournals.org/doi/abs/10.2308/accr-50419>
- Borges, A., Rodrigues, A., & Rodrigues, R. (2010). *Elementos de Contabilidade Geral* (pp. 254–255). Lisboa: Áreas Editoria, S.A.
- Braz, A., Martins, E., Oliveira, L., & Venes, N. (2000). *Os Instrumentos Derivados - Simulação de um mercado de futuros de produtos agrícolas para Portugal*. Dissertação de Mestrado em Economia Monetária e Financeira, Universidade Técnica de Lisboa.
- Cabedo, J. D., & Tirado, J. M. (2003). The disclosure of risk in financial statements. *Accounting Forum*, 28(2), 181–200. Retrieved from <http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0155998204000158>
- Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. A Informação que deve ser Prestada pelos Intermediários Financeiros sobre Instrumentos Financeiros (2012).
- Condon, F. (2008). IFRS 7 Disclosures Key Issues for Investment Funds. *Accountancy Ireland*, 40(2), 22–43.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros,
comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

Constituição da República Portuguesa - Lei Constitucional n.º 1/2005. , Diário da República - I série A 4642–4686 (2005).

Correia, M. L. A. (2000). *Instrumentos Financeiros Derivados - Enquadramento Contabilístico e Fiscal*. Lisboa: Editorial Verbo.

Decreto - Lei n.º. 158/2009 13 de Julho de 2009. , Diário da República, 1.ª série 4375–4384 (2009). Retrieved from http://www.cases.pt/0_content/cooperativas/legislacao/DL_158_2009_13Jul.pdf

Decreto Lei n.º 357-A/2007. , Código dos Valores Mobiliários (2007). Retrieved from http://www.cmvm.pt/CMVM/Legislacao_Regulamentos/Codigo dos Valores Mobiliarios/Documents/T%C3%ADtulo I_1609.pdf

Decreto-Lei n.º. 319/2002 de 28 de Dezembro. , Pub. L. No. 300 (2002). Retrieved from <http://www.dre.pt/pdf1s%5C2002%5C12%5C300A00%5C81498160.pdf>

Delloitte. (2009, September). O guia do SNC- Getting on the right track. *Audit*.

DIRECTIVA 2004/39/CE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO (2004). Retrieved from <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=oj:l:2004:145:0001:0044:pt:pdf>

Empresas, A. E. de C. y A. de. (2013). *Los activos financieros de las Administraciones Públicas*. (AECA, Ed.). Madrid.

FERMA. (2003). Norma de Gestão de Riscos. *ISSO/IEC, Guide 73*. Retrieved from <http://www.ferma.eu/wp-content/uploads/2011/11/a-risk-management-standard-portuguese-version.pdf>

Ferreira, D. (2011). *Instrumentos Financeiros - Normas Internacionais de Relato*. Lisboa: Letras e Conceitos, Lda.

Figueiredo, F. S. (2009). O tratamento fiscal dos instrumentos financeiros derivados na tributação dos rendimentos das pessoas singulares. *Fiscalidade*, 109, 55–60.

Fortin, M.-F., Côté, J., & Fillion, F. (2009). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Loures: Lusodidacta.

Gornik-Tomaszewski, S. (2006). New International Standard for Disclosures of Financial Instruments. *Bank Accounting & Finance*, 43–45.

Graça, M. L. (2012). *Divulgação do Risco de Mercado - Um caso de empresas Portuguesas*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade no Instituto Politécnico de Setúbal.

Guia do Investidor. (2005). Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. Retrieved May 25, 2014, from http://www.cmvm.pt/cmvm/publicacoes/guia/Pages/indice_guia.aspx

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros,
comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

- Hague, I. P. N. (2004). IAS 39: Underlying Principles. *Accounting in Europe*, 1(1). Retrieved from <http://www.tandfonline.com>
- Halioui, K., & Gharbi, L. (2012). Does Fair Value for Financial Instruments Constitute a New Channel of Contagion ?, 4(1), 60–75.
- IAS 32 Financial Instruments : Presentation (2012).
- IASB 39 - Financial Instruments: Recognition and Measurement (2013).
- International Financial Reporting Standard 7 Financial Instruments : Disclosures. , 39 EN-EU IFRS 7 (2012).
- IRC - Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. , Lei n.º 2/2014, de 16 de Janeiro de 2014 (2014). Retrieved from http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/DB0D5898-6686-41CA-A750-3498D9BCB579/0/CIRC_01_2014.pdf
- IRS - Código do Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares. , Autoridade Tributária e Aduaneira (2014).
- Kaya, C. T. (2013). Fair Value versus Historical Cost : Which is actually more “ Fair ”? *The Journal of Accounting and Finance*, 127–138.
- Keynes, J. M. (1936). *General theory of employment, interest and money*. New York: Harcourt Brace Jovanovich.
- Lajili, K., & Zeghal, D. (2005). A Content Analysis of Risk Management Disclosures in Canadian Annual Reports. *Canadian Journal of Administrative Sciences*, 22(2), 125–142. Retrieved from <http://web.a.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=4dedea5f-1e05-4334-a250-bf4d27c737fb%40sessionmgr4004&vid=5&hid=4101>
- Linsley, P. M., & Shrives, P. J. (2006). Risk reporting: A study of risk disclosures in the annual reports of UK companies. *The British Accounting Review*, 38(4), 387–404. Retrieved from <http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0890838906000461>
- Lopes, C. R., Oliveira, D., Pires, J. R., Malaquias, R., Covane, S., & Rabaça, B. (2013). *Manual de Contabilidade Teoria e Casos Práticos* (pp. 523–557). Escolar Editora.
- Lopes, P. T. (2010). A contabilização de instrumentos financeiros - Estudo comparativo POC/ Sistema de Normalização Contabilística. In *Sistema de Normalização Contabilística* (pp. 18–25). Lisboa: Vida Económica.
- Martins, M. R. R. (2012). *Os swaps de taxas de juro como instrumentos de cobertura de risco nas demonstrações financeiras*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade no Instituto Politécnico de Lisboa.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros,
comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

- Norma Contabilística e de Relato Financeiro 27- Instrumentos Financeiros (2009).
Retrieved from http://www.cnc.min-financas.pt/_siteantigo/SNC_projecto/NCRF_27_instrum_financ.pdf
- Norma Internacional de Relato Financeiro 27 - Instrumentos Financeiros: Divulgação de Informação. , 39 Jornal Oficial da União Europeia 5–27 (2006).
- Nunes, P. (2008). Conceito de Mercado de Valores Mobiliários. Retrieved November 14, 2013, from
<http://www.knoow.net/cienceconempr/financas/mercadovaloresmobiliarios.htm>
- Othman, R., & Ameer, R. (2009). Market risk disclosure: evidence from Malaysian listed firms. *Journal of Financial Regulation and Compliance*, 17(1), 57–69. Retrieved from
<http://www.emeraldinsight.com/10.1108/13581980910934045>
- Pinho, C., & Soares, I. (2007). *Finanças - Mercados e Instrumentos*. Edições Sílabo,Lda.
- Portaria n.º 1011/2009. , Diário da República, 1,^a série 6148–6157 (2009). Retrieved from
<http://www.otoc.pt/fotos/editor2/0614806157.pdf>
- Proteste, D. (2014). Deco Proteste. *Unidades de Participação*. Retrieved February 20, 2014, from <https://www.deco.proteste.pt/investe/unidade-de-participacao-s1655921.htm>
- Pulido, P. J. F. (2012). Instrumentos Financeiros contabilizados de acordo com a IFRS 9 e principais questões de Auditoria. *Revisores e Auditores*, 56, 12–25.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2003). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho. , 1 Jornal Oficial das Comunidades Europeias 9–12 (2002). Retrieved from <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2002:243:0001:0004:PT:PDF>
- Rodrigues, A. M. (2010). *SNC- Sistema de Normalização Contabilística*. Edições Almedina,S.A.
- Schumpeter, J. A. (1911). *The Theory of Economic Development*. Acesso disponível em Cambridge Mass. Retrieved from http://www.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=-OZwWcOGeOwC&oi=fnd&pg=PR6&dq=The+Theory+of+Economic+Development:+An+Inquiry+into+Profits,+Capital,&ots=iLcUt4xhDe&sig=pxWD8Zh5v8JpwwuhS6GjkiH2HzU&redir_esc=y#v=onepage&q=The Theory of Economic Development: An Inquiry into Profits, Capital,&f=false
- Silva, A. (2012). *Divulgação do Risco*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade do Instituto Politécnico de Setúbal.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros,
comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

- Silva, P. P. da, Rebelo, P. T., Afonso, C., & Bento, A. T. (2012). Dependência Extrema entre o preço das ações do setor bancário e os mercados de CDS - Evidência usando cópulas e inferência baseada em simulação. *Cadernos do Mercado de Valores Mobiliários*, 45, 52–75. Retrieved from <http://www.cmvm.pt/CMVM/Publicacoes/Cadernos/Documents/CadernosMVM45b.pdf>
- Silva, E., & Martins, C. (2011). *Classe 1 Meios Financeiros Líquidos - Abordagem contabilística, fiscal e auditoria* (pp. 7–23). Lisboa: Vida Economica.
- Simões, V. T. A. (2011). *O impacto da especulação nos mercados financeiros*. Dissertação em Mestrado em Gestão Universidade de Aveiro, Aveiro. Retrieved from <http://ria.ua.pt/bitstream/10773/7917/1/247236.pdf>
- Solomon, J. F., Solomon, A., Norton, S. D., & Joseph, N. L. (2000). A Conceptual Framework for Corporate Risk Disclosure Emerging From the Agenda for Corporate Governance Reform. *The British Accounting Review*, 32(4), 447–478. Retrieved from <http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0890838900901458>
- Spector, B. S. IAS 39: Recognition and Measurement (2012).

7. Anexos

✓ Altri

Quadro 14: Altri

Percentagem Instrumentos Financeiros	Balanco				
		Ativo		Passivo	
		Total	Corrente	Total	Corrente
	2006	0%	3%	100%	100%
	2009	3%	100%	100%	100%
	2012	2%	100%	100%	100%
	Demonstração dos Resultados				
		Gasto		Rendimento	
	2006	9%		1%	
	2009	1%		98%	
	2012	12%		0%	

Fonte: elaboração própria

A Altri, no período em análise, contabiliza os instrumentos financeiros no passivo corrente, pelo que podemos concluir que o grupo está a suportar perdas de justo valor, as rubricas que fazem parte desta classificação são os empréstimos obrigacionistas, papel comercial, por exemplo.

No que diz respeito aos instrumentos financeiros que se encontram contabilizados no ativo corrente são empréstimos e contas a receber como caixa e equivalentes de caixa e outras dívidas de terceiros.

No ano 2006 a empresa nas suas contas individuais aplica o POC e as directrizes contabilísticas, porém nas contas consolidadas a apresentação das demonstrações financeiras são elaboradas tendo por base os princípios de mensuração e reconhecimento das normas internacionais (IFRS).

Porém obtivemos um resultado pouco significativo no que diz respeito a totalidade do ativo então denominado circulante e a totalidade do ativo, isto justifica-se devido ao facto de o ativo circulante da empresa ser constituído pelas rubricas de clientes e depósitos

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros,
comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

bancários, sendo considerados para efeitos de instrumento financeiro apenas a rubrica de clientes de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 27.

A rubrica que tem mais impacto no balanço, pelos resultados observados é o passivo (dívidas a terceiros) no curto prazo, este tem uma percentagem muito significativa nas duas perspectivas analisadas sendo a sua percentagem de 100% e –constituído por empréstimos, dívidas aos fornecedores e ao Estado, sendo estas rubricas relevantes para a determinação do peso do instrumento financeiro.

No ano 2009, as demonstrações financeiras encontram-se preparadas no pressuposto da continuação das operações realizadas pela empresa, mantendo a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

A Altri elaborou, as demonstrações financeiras individuais de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal até àquela data, tendo por base o POC e directrizes, os quais foram revogados pela introdução do SNC.

No que diz respeito aos resultados obtidos a totalidade do ativo apresenta um valor insignificante, pelo que no ano 2009 o peso dos instrumentos financeiros não é relevante, porém na totalidade do ativo corrente apresenta uma percentagem muito significativa pois os instrumentos financeiros representam a totalidade do ativo corrente (este é constituído pelas seguintes rubricas, Estado, outras dívidas de terceiros, caixa, outros ativos correntes).

No que diz respeito ao passivo este apresenta um valor muito significativo pois a empresa apenas apresenta dívidas de curto prazo, sendo a sua globalidade constituída por rubricas que são classificadas como instrumento financeiro.

No que diz respeito ao ano 2012 as demonstrações financeiras encontram-se preparadas no pressuposto da continuação das operações realizadas pela empresa, mantendo a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) nas contas consolidadas, enquanto nas contas individuais a empresa aplica o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Os instrumentos financeiros de acordo com as políticas contabilísticas são classificados em ativos financeiros e passivos financeiros.

Os resultados obtidos são semelhantes aos de 2009, pelo que o ativo na sua totalidade não apresenta um valor significativo em relação ao peso dos instrumentos financeiros, porém na totalidade do ativo corrente apresenta um valor significativo correspondendo à totalidade do ativo corrente.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

No que diz respeito ao passivo, apresenta um valor muito significativo pois a empresa apenas apresenta dívidas de curto prazo (atualmente designado por corrente) e estas são classificadas como instrumento financeiro.

Porém no que diz respeito a demonstração dos resultados, no ano 2006 os gastos tem uma percentagem de 9%, sendo esta insignificante, uma vez que diz respeito “outros custos e perdas financeiras”; esta rubrica refere-se a custos suportados para a emissão de papel comercial. Quanto à rubrica “Outros proveitos e ganhos financeiros” corresponde sobretudo à variação do justo valor de instrumentos derivados, sendo também uma percentagem insignificante.

No que diz respeito ao ano 2009, os gastos detêm uma percentagem exígua de 1%, dizendo respeito esta percentagem a rubrica “Outros custos e perdas financeiras”; isto refere-se a custos suportados com a emissão de papel comercial e a comissões, como aconteceu no ano 2006. Porém os rendimentos detêm uma percentagem muito significativa e estes dizem respeito a rubrica “Outros proveitos e ganhos financeiros” e, tal como em 2006, estes correspondem essencialmente à variação do justo valor de instrumentos derivados.

No ano 2012 podemos verificar que acontece exatamente o contrário do que no ano anterior, pelo que os gastos detêm uma percentagem mais significativa de 12 %; no entanto, os rendimentos apenas detêm uma percentagem de 1%, e estes resultados justificam-se pelos mesmos motivos referidos anteriormente.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros,
comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

✓ Brisa

Quadro 15: Brisa

Percentagem Instrumentos Financeiros	Balança				
		Ativo		Passivo	
		Total	Corrente	Total	Corrente
	2006	3%	49%	12%	100%
	2009	2%	56%	20%	100%
	2012	36%	85%	15%	95%
	Demonstraçaõ dos Resultados				
		Gasto		Rendimento	
	2006	23%		1%	
	2009	0%		0%	
	2012	0%		0%	

Fonte: elaboração própria

A Brisa recorre ao mercado de derivados para a sua contratação com o objectivo da cobertura dos riscos financeiros quando esta se encontra exposta, dependendo das variações nas taxas de juros e de câmbio, porém nos anos em análise para as contas individuais esta não recorre a este mercado.

A Brisa, no período de 2006, adopta o POC e as diretrizes contabilísticas na elaboração das demonstrações financeiras no pressuposto da continuidade das operações. Nas contas consolidadas a empresa tem por base as normas internacionais.

Porém obtivemos um resultado pouco significativo de apenas 3%, no que diz respeito a totalidade do ativo, no entanto no ativo denominado circulante obtivemos um resultado muito significativo; isto justifica-se devido ao facto de o ativo circulante da empresa ser constituído pela rubrica dívidas de terceiros no curto prazo.

Relativamente ao passivo na sua totalidade corresponde a uma percentagem insignificante uma vez que, as dívidas de médio e longo prazo detêm um maior valor, pelo que a empresa encontra-se mais endividada no longo prazo do que no curto prazo. A rubrica do passivo “Divida de terceiros – Curto prazo” é constituída essencialmente por dívidas a fornecedores, ao Estado e empréstimos obrigacionistas, sendo estes créditos

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

considerados instrumentos financeiros; sendo assim a totalidade do passivo de dívidas a terceiros detêm de uma percentagem muito significativa, mais concretamente de 100%.

As demonstrações financeiras, em 31 de Dezembro de 2009, foram ajustadas de forma a estarem de acordo com as IFRS. A Brisa elaborou as demonstrações financeiras de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal até àquela data, tendo por base o POC e directrizes, os quais foram revogados pela introdução do SNC em 2010.

No que diz respeito aos resultados obtidos a totalidade do ativo apresenta um valor insignificante, pelo que no ano 2009 o peso dos instrumentos financeiros não é relevante, sendo este apenas de 2%, enquanto a empresa tem um valor mais significativo no médio e longo prazo. Contudo na totalidade do ativo corrente representa um valor muito significativo pois os instrumentos financeiros representam a totalidade do ativo corrente (este é constituído pelas seguintes rubricas, Estado, outras dívidas de terceiros, caixa, outros ativos correntes, e ativos não correntes detidos para venda).

No que diz respeito ao passivo este apresenta um valor pouco significativo pois a empresa apresenta mais dívidas de médio e longo prazo do que em curto, daí na totalidade do passivo apresentar um valor pouco significativo, porém o passivo corrente é constituído por rubricas que são classificadas como instrumento financeiro.

Relativamente ao ano 2012 os resultados obtidos são semelhantes aos de 2009, pelo que o ativo na sua totalidade não apresenta um valor significativo em relação ao peso dos instrumentos financeiros, sendo que na totalidade do ativo corrente apresenta um valor muito significativo, correspondendo à 85% do ativo corrente.

No que diz respeito ao passivo, apresenta um valor pouco significativo de 15% pois a empresa apresenta mais dívidas de médio e longo prazo. Contudo as rubricas no passivo corrente são classificadas como instrumento financeiro, sendo constituído por rubricas de fornecedores, empréstimos, outros passivos, sendo assim no passivo corrente apresenta um valor muito significativo de 95%.

Em relação a demonstração dos resultados, não encontramos qualquer evidência relativa a instrumentos financeiros nos anos de 2009 e 2012

Já no ano 2006 dos resultados obtidos foi o único que encontramos existência da evidência de instrumentos financeiros nesta demonstração financeira, tendo-se suportado 32% de gastos, nomeadamente nas rubricas de “Juros suportados”, respeitantes a juros de

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

empréstimos obtidos e “Outros custos e perdas financeiros” e estes dizem respeito a perdas em instrumentos financeiros derivados.

Por sua vez obtivemos valores insignificantes relativos aos rendimentos, pois representavam cerca de 1% do valor contabilizado nas rubricas de “Outros proveitos e ganhos financeiros” e estes dizem respeito a ganhos em instrumentos financeiros derivados.

✓ Cimpor

Quadro 16: Cimpor

Percentagem Instrumentos Financeiros	Balço				
		Ativo		Passivo	
		Total	Corrente	Total	Corrente
	2006	2%	15%	48%	100%
	2009	7%	100%	12%	96%
	2012	2%	100%	38%	99%
	Demonstração dos Resultados				
		Gasto		Rendimento	
	2006	50%		8%	
	2009	0%		0,02%	
	2012	10%		0%	

Fonte: elaboração própria

A Cimpor recorre ao mercado de derivados para a sua contratação com o objectivo da cobertura dos riscos financeiros quando esta se encontra exposta, dependendo das variações nas taxas de juros e de câmbio, porém nos anos em análise para as contas individuais esta não recorre a este mercado, no que diz respeito ao grupo da Cimpor.

Ao analisar os resultados que obtivemos podemos concluir que no ano 2006, o ativo circulante (agora denominado de ativo corrente) apresenta um valor pouco significativo de 15%. As rubricas que tivemos em conta para obter o resultado apresentado são as dívidas de curto prazo, como adiantamentos de fornecedores, Estado, outros devedores.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

Porém na totalidade do ativo os instrumentos financeiros apresentam uma percentagem muito pouco significativa de apenas 2%.No que diz respeito ao passivo, os resultados obtidos apresentam maior significância do que a nível do ativo.

Na totalidade do passivo, os instrumentos financeiros de curto prazo apresentam uma percentagem de 48%, este valor é significativo, porém a empresa encontra-se mais endividada no médio e longo prazo, logo poderá existir uma maior prevalência dos instrumentos financeiros a longo prazo.

Contudo, no passivo as dívidas de curto prazo foram consideradas todas as suas rubricas como instrumento financeiro, uma vez que, são mensuradas ao custo ou ao custo amortizado, pelo que, obtivemos um valor muito significativo de 100%.Relativamente ao ano de 2009, no ativo o resultado obtido é positivo, 100%, uma vez que consideramos como instrumento financeiros, os ativos financeiros que neste caso são, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber (reconhecimento inicial justo valor e subsequentemente custo amortizado).

Assim os instrumentos financeiros na totalidade do ativo apenas representam 7% que consideramos uma percentagem insignificante. No que diz respeito ao passivo corrente apresenta um valor muito significativo, correspondendo a 96%, da sua totalidade, as rubricas no passivo corrente são classificadas como instrumento financeiro, sendo constituído por rubricas de fornecedores, empréstimos, outros passivos.

Relativamente ao ano 2012 as demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, porém os resultados obtidos dizem respeito as contas individuais. Em 2012, os resultados obtidos são semelhantes aos de 2009, na medida que ativo na sua totalidade não apresenta um valor significativo em relação ao peso dos instrumentos financeiros, apenas 2%, sendo que na totalidade do ativo corrente apresenta um valor muito significativo, correspondendo à 100% do ativo corrente.

Segundo o anexo as demonstrações financeiras individuais, a empresa Cimpor considera como instrumento financeiro, as dívidas de terceiros, caixas e equivalentes, sendo o ativo corrente da empresa compondo por as rubricas mencionadas anteriormente. No que diz respeito à totalidade do passivo, apresenta um valor pouco significativo de 38% pois a empresa apresenta mais dívidas de médio e longo prazo

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros,
comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

Contudo as rubricas no passivo corrente são classificadas como instrumento financeiro segundo o anexo às demonstrações financeiras, considerando as rubricas de fornecedores, empréstimos, outros passivos, pelo que no passivo corrente apresentam um valor muito significativo de 99%. Porém no que diz respeito a demonstração dos resultados, no ano 2006 os gastos tem uma percentagem significativa de 50%, uma vez que diz respeito “Juros suportados”, esta rubrica refere-se a custos suportados para a emissão de papel comercial, porém a rubrica “Juros obtidos” corresponde a 8% dos rendimentos obtidos.

No ano 2009 não encontramos qualquer evidência de instrumentos financeiros na demonstração dos resultados, apresentando apenas um valor muito insignificante de 0,02% nos rendimentos e este encontra-se refletido na rubrica “Outros proveitos”, que diz respeito a uma reversão de imparidade de saldos a receber de clientes.

No que diz respeito ao ano 2012, os gastos detêm uma percentagem exígua de 10%, dizendo respeito esta percentagem a rubrica “Perdas por imparidade – clientes” Porém não se conseguiram rendimentos provenientes de qualquer instrumento financeiro, sendo o seu peso de 0%.

✓ Confina

Quadro 17: Confina

Percentagem Instrumentos Financeiros	Balanco				
		Ativo		Passivo	
		Total	Corrente	Total	Corrente
	2006	2%	14%	83%	100%
	2009	30%	99%	79%	100%
	2012	2%	100%	87%	100%
	Demonstração dos Resultados				
		Gasto		Rendimento	
	2006	0%		15%	
	2009	45%		4%	
	2012	14%		100%	

Fonte: elaboração própria

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

A empresa Confina prepara e apresenta as demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os princípios de mensuração e reconhecimento das Normas Internacionais de Relato (IFRS), porém para as contas individuais a empresa segue o Plano Oficial de Contas (POC) e diretrizes contabilísticas.

No ano 2006 o ativo circulante (agora denominado de ativo corrente) apresenta um valor pouco significativo de 14%. As rubricas que tivemos em conta para obter o resultado apresentado são as dívidas de curto prazo, como, Estado, outros devedores, também consideramos como instrumento financeiro a rubrica “ Outros títulos negociáveis” que corresponde a títulos cotados em bolsa. O peso dos instrumentos financeiros no total do ativo é insignificante sendo apenas 2%.

No ano 2009 as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Confina, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), porém nas contas individuais segue-se o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) depois de realizados os devidos ajustamentos do Plano Oficial de Contas (POC) para SNC.

Os resultados obtidos são significativos de 99%, no ativo corrente as rubricas são consideradas como instrumento financeiro, porém no total do ativo os instrumentos financeiros representam uma percentagem de 30%, o que é relevante, tendo em conta que na amostra os resultados obtidos relativos ao ativo são insignificantes.

Os ativos financeiros considerados para obtermos o resultado apresentado salientam nas seguintes rubricas do ativo corrente, Estado, empresas do grupo, dívidas de terceiros, outros ativos, investimentos mensurados no justo valor e caixa e seus equivalentes.

Relativamente ao passivo obtivemos uma percentagem muito significativa nas duas perspectivas estudadas. A empresa encontra-se mais endividada no curto prazo. As rubricas que consideramos para obter os resultados apresentados foram, empréstimos bancários, fornecedores, instrumentos derivados, Estado, empresas do grupo, outros credores e outros passivos.

No ano 2012 as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Confina, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), porém nas contas individuais segue-se o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

Os resultados obtidos são semelhantes aos de 2009, sendo significativos, no ativo corrente (100%), porém no total do ativo os instrumentos financeiros representam uma percentagem de 2%, o que é irrelevante.

Para obtermos o resultado apresentado salientam nas seguintes rubricas do ativo corrente, Estado, empresas do grupo, dívidas de terceiros, outros ativos, investimentos mensurados no justo valor e caixa e seus equivalentes.

No que diz respeito ao passivo obtivemos uma percentagem muito significativa nas duas perspectivas estudadas, sendo que os instrumentos financeiros representam 87% do total do passivo. A empresa encontra-se mais endividada no curto prazo.

As rubricas que consideramos para obter os resultados apresentados foram, empréstimos bancários, fornecedores, instrumentos derivados, Estado, empresas do grupo, outros credores e outros passivos.

Em relação a demonstração dos resultados, no ano 2006 não encontramos qualquer evidência relativa a instrumentos financeiros no que diz respeito aos gastos, mas encontramos uma evidência nos rendimentos de 15%, este diz respeito a rubrica “Juros obtidos” refere-se, essencialmente, a juros obtidos de depósitos a prazo.

No que diz respeito ao ano 2009, os gastos detêm uma percentagem de 45%, dizendo respeito esta percentagem a rubrica “Perdas por imparidade – contas a receber” e “Juros suportados”, esta rubrica refere-se a custos suportados para a emissão de papel comercial, porém a rubrica “Juros obtidos” corresponde a 4% dos rendimentos obtidos.

Já no ano 2012, os gastos apresentam uma percentagem exígua de 14%, que encontra-se reflectido nas rubricas de “Juros suportados”, esta rubrica refere-se a juros bancários e das empresas do grupo, no entanto os rendimentos detêm de uma percentagem muito significativa de 100% o que corresponde a juros obtidos relativos a proveitos obtidos.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

✓ **EDP- Portugal**

Quadro 18: EDP- Portugal

Percentagem Instrumentos Financeiros	Balanco				
		Ativo		Passivo	
		Total	Corrente	Total	Corrente
	2006	15%	97%	55%	100%
	2009	16%	98%	49%	92%
	2012	18%	89%	63%	100%
	Demonstração dos Resultados				
		Gasto		Rendimento	
	2006	20%		14%	
	2009	43%		24%	
	2012	22%		10%	

Fonte: elaboração própria

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDP são preparadas, a partir do exercício de 2005, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros disponíveis para venda exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os ativos e passivos que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, sendo que nas contas individuais a empresa adoptando o mesmo procedimento.

No ano 2006, a demonstração da posição financeira da empresa demonstra que os instrumentos financeiros encontram-se reflectidos com uma percentagem muito elevada de 97% no ativo corrente da empresa. Porém na totalidade do ativo acontece exactamente o contrário, os instrumentos financeiros possui uma percentagem muito mais reduzida na ordem dos 15%.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

As rubricas que tivemos em conta para obter o resultado apresentado foram as contas a receber, inicialmente reconhecidas ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado, as contas de caixa e seus equivalentes, engloba os valores registados no balanço a menos de três meses, e investimentos, nomeadamente, ativos financeiros detidos para negociação (a EDP no ano 2006 realizou diversas participações nas empresas Ampla Energia e Serviços, S.A, Ampla Investimentos e Serviços, S.A, REN e outras).

Os resultados obtidos no passivo nas duas perspetivas analisadas mostram um resultado significativo, sendo o passivo corrente constituído por rubricas que são consideradas como instrumento financeiro, obtendo assim uma percentagem de 100%, acresce que mesmo no total do passivo obtemos um valor significativo de 55%.

As rubricas que tivemos em conta para obter os resultados apresentados foram os empréstimos de curto prazo e os credores. A empresa EDP nas suas contas individuais contraiu vários empréstimos bancários, empréstimos por obrigações, papel comercial e outros empréstimos, no que diz respeito a rubrica dos credores, incluem-se as dívidas a fornecedores, adiantamentos de clientes, credores - empresas do grupo e outros credores.

No que diz respeito ao ano 2009, as demonstrações financeiras individuais da EDP,S.A e consolidadas do grupo EDP são apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

A demonstração da posição financeira da empresa demonstra que os instrumentos financeiros encontram-se reflectidos com uma percentagem muito elevada, tal como no ano 2006, sendo esta 98% no ativo corrente da empresa. Porém na totalidade do ativo acontece exatamente o contrário, os instrumentos financeiros possui uma percentagem muito mais baixa, cerca de 16%.

As rubricas que tivemos em conta para obter o resultado apresentado foram as contas a receber, tendo sido inicialmente reconhecidas ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. A empresa EDP detém vários clientes em Portugal tendo registado um valor de 97 432 milhares de euros; a empresa também neste ano fez alguns empréstimos a empresas do grupo e para obtermos o resultado apresentado também tivemos em conta a rubrica de caixa e seus equivalentes que contém apenas depósitos bancários que a empresa realizou no ano 2009.

Os resultados obtidos no passivo são relevantes, representando 92% do passivo corrente o que foi considerado como instrumento financeiro e 49% do passivo total.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

Porém os resultados foram obtidos através das rubricas empréstimos e credores. A empresa recorre no curto prazo apenas a empréstimos bancários e a papel comercial.

A rubrica “Credores e outros passivos” encontra-se constituída por dívidas que a empresa tem a fornecedores, adiantamento de clientes e outros credores.

Por fim, no ano 2012 as demonstrações financeiras individuais da EDP,S.A e consolidadas do grupo EDP são apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

A demonstração da posição financeira da empresa demonstra que os instrumentos financeiros encontram-se reflectidos com uma percentagem muito elevada, tal como nos anos anteriormente estudados, sendo esta 89% no ativo corrente da empresa. Porém na totalidade do ativo acontece exactamente o contrário, os instrumentos financeiros possui uma percentagem muito mais baixa na ordem dos 18%.

Para obtermos o resultado apresentado consideraram-se as seguintes rubricas do ativo corrente: clientes, devedores, outros devedores e caixa e seus equivalentes.

No que diz respeito ao passivo obtivemos uma percentagem muito significativa nas duas perspectivas estudadas, sendo que os instrumentos financeiros representam 100% do total do passivo. A empresa encontra-se mais endividada no curto prazo.

As rubricas que consideramos para obter os resultados apresentados foram, dívidas financeiras, credores e outros credores.

Por fim, no ano 2012 as demonstrações financeiras individuais da EDP,S.A e consolidadas do grupo EDP são apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

A demonstração da posição financeira da empresa demonstra que os instrumentos financeiros encontram-se reflectidos com uma percentagem muito elevada, tal como nos anos anteriormente estudados, sendo esta 89% no ativo corrente da empresa. Porém na totalidade do ativo acontece exactamente o contrário, os instrumentos financeiros possui uma percentagem muito baixa de 18%.

Para obtermos o resultado apresentado salientam nas seguintes rubricas do ativo corrente, clientes, devedores, outros devedores e caixa e seus equivalentes.

No que diz respeito ao passivo obtivemos uma percentagem muito significativa nas duas perspectivas estudadas, sendo que os instrumentos financeiros representam 100% do total do passivo. A empresa encontra-se mais endividada no curto prazo.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

As rubricas que consideramos para obter os resultados apresentados foram, dívidas financeiras, credores e outros credores.

Relativamente a demonstração dos resultados, podemos observar que nos anos analisados existe uma maior evidência dos instrumentos financeiros em gastos do que em rendimentos.

No ano 2006, os gastos detêm uma percentagem de 20%, dizendo respeito esta percentagem a rubrica “Perdas por imparidade – contas a receber” e “Juros suportados”, porém a rubrica “Juros obtidos” corresponde a 14% dos rendimentos obtidos.

Já no ano 2009, os gastos detêm uma percentagem de 43%, dizendo respeito a perda por imparidade de clientes, mas este apresenta um valor muito insignificativo de apenas 11 milhares de euros, pelo que, o resultado obtido reflecte-se na rubrica “Outros custos financeiros”, nesta rubrica encontra-se evidenciado, juros de instrumentos derivados, instrumentos derivados e juros de empréstimos, porém os rendimentos apresentam uma percentagem de 33%, encontra-se evidenciado na rubrica “Outros proveitos financeiros” dizendo respeito à juros de instrumentos derivados, instrumentos derivados e juros obtidos de aplicações financeiras.

Consequentemente no ano 2012, os resultados obtidos não são relevantes para o estudo. Os resultados obtidos relativamente aos gastos apresenta um valor de 22%, dizem respeito a perda por imparidade de clientes de 15 milhares de euros.

Na rubrica “Outros custos financeiros”, encontra-se evidenciado, juros de instrumentos derivados, instrumentos derivados e juros de empréstimos, porém os rendimentos apresentam uma percentagem de 10%, sendo esta insignificativa para o estudo, porém este resultado encontra-se evidenciado na rubrica “Outros proveitos financeiros” dizendo respeito à juros de instrumentos derivados, instrumentos derivados e juros obtidos de aplicações financeiras.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros,
comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

✓ Galp

Quadro 19: Galp

Percentagem Instrumentos Financeiros	Balança				
		Ativo		Passivo	
		Total	Corrente	Total	Corrente
	2006	24%	99%	96%	100%
	2009	16%	95%	16%	89%
	2012	21%	92%	53%	97%
	Demonstração dos Resultados				
		Gasto		Rendimento	
	2006	18%		1%	
	2009	0%		0,3%	
	2012	0,1%		0%	

Fonte: elaboração própria

As demonstrações financeiras analisadas no ano 2006 foram elaboradas no pressuposto da continuidade a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com os princípios de contabilidade aceites em Portugal.

Na elaboração das suas demonstrações financeiras consolidadas, a empresa adoptou os IFRS – International Financial Reporting Standards, logo o mesmo acontece nas demonstrações individuais.

Em 2006, o peso relativo dos instrumentos financeiros no ativo circulante é significativo, 99%; porém na totalidade do ativo a evidência de instrumentos financeiros já não é tao acentuada sendo apenas 24%. Para obter os resultados apresentados, consideramos no ativo circulante (agora denominado de ativo corrente) as rubricas dívidas de terceiros de curto prazo (clientes, adiantamentos a fornecedores, Estado, empresas do grupo) e títulos e outras aplicações financeiras.

Em relação ao passivo, apresenta nas duas perspectivas analisadas no presente estudo valores muito relevantes. A empresa encontra-se mais endividada no curto prazo do que no médio e longo prazo, sendo que os instrumentos financeiros no total do passivo representam 96% e representa 100% no passivo- dívidas de curto prazo. Para obtermos os

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

resultados apresentados consideramos as dívidas de curto prazo, sendo, dívidas que a empresa Galp tem para com fornecedores, empresas do grupo, Estado e outros credores.

Em 2009, as demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto para os instrumentos financeiros derivados que se encontram registados pelo justo valor, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, o mesmo segue para as contas individuais.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Galp se torna parte contratual do respectivo instrumento financeiro.

Para obter os resultados acima referidos consideramos as outras contas a receber, clientes, caixa e seus equivalentes, assim obtemos uma percentagem significativa do ativo corrente sendo que 95% dos seus componentes caracterizam-se como instrumento financeiro, porém no total do ativo estes representam um valor muito menos relevante sendo de apenas 16%.

Os instrumentos financeiros no passivo corrente detêm um resultado relevante de 89%, no entanto, no total do passivo apresenta um resultado muito mais diminuto de apenas 16%.

Consideramos as rubricas de empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar como instrumentos financeiros no passivo. Os empréstimos que a empresa realizou foram empréstimos bancários, em maio de 2009, a Galp procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 700.000 euros destinado ao financiamento do seu plano de investimentos.

Já em 2012, as demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros derivados que se encontram registados pelo justo valor, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (isto aplicou-se tanto para as contas consolidadas do grupo, como para as contas individuais).

Consideramos como componentes dos instrumentos financeiros, as dívidas de terceiros, empréstimos, caixa e seus equivalentes, instrumentos derivados e os investimentos de curto prazo.

Para obter os resultados acima referidos no que diz respeito ao ativo corrente consideramos as outras contas a receber, clientes, caixa e seus equivalentes; assim obtemos

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

uma percentagem significativa do valor destes componentes dos instrumento financeiro no ativo corrente 92% enquanto no total do ativo estes instrumentos representam um valor menos relevante sendo de apenas 21%.

Os resultados obtidos no passivo nas duas perspectivas analisadas mostram um resultado significativo, sendo o passivo corrente constituído por rubricas que são praticamente todas consideradas como instrumento financeiro, obtendo-se assim uma percentagem de 97%, contudo no total do passivo obtemos um valor menor, mas ainda bem significativo de 53%.

As rubricas que tivemos em conta para obter os resultados apresentados foram os empréstimos bancários e obrigacionistas, fornecedores, outras contas a pagar, e outros instrumentos financeiros.

A empresa Galp nas suas contas individuais contraiu vários empréstimos bancários, empréstimos por obrigações, papel comercial e outros empréstimos.

Os outros instrumentos financeiros são os derivados, a empresa recorre a três contratos de derivados no ano 2012, sendo estes contratos swap's, refletem um aumento do seu justo valor de 54 milhares de euros, porém, é importante salientar que o aumento do justo valor encontra-se refletido na demonstração dos resultados.

No que diz respeito a demonstração dos resultados, no ano 2006 os gastos detêm uma percentagem de 18%, dizendo respeito esta percentagem a rubrica "Juro suportados", porém os rendimentos apresenta uma percentagem insignificativa de 1%, que corresponde a juros obtidos.

Nos anos 2009 e 2012, a demonstração dos resultados apresenta valores que não são relevantes para o estudo, sendo estes resultados de 0%, ou seja, nos presentes anos a empresa Galp não apresenta quaisquer valores, no que diz respeito aos instrumentos financeiros na demonstração dos resultados.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

✓ Grupo Imprensa

Quadro 20: Grupo Imprensa

Percentagem Instrumentos Financeiros	Balanco				
		Ativo		Passivo	
		Total	Corrente	Total	Corrente
	2006	2%	6%	13%	100%
	2009	4%	100%	37%	100%
	2012	5%	100%	82%	100%
	Demonstracao dos Resultados				
		Gasto		Rendimento	
	2006	12%		0%	
	2009	32%		0%	
	2012	0%		0%	

Fonte: elaboração própria

As demonstrações financeiras apresentadas pela empresa Grupo Imprensa no ano 2006, foram preparadas tendo por base o pressuposto da continuidade das operações, de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

A empresa Grupo Imprensa apresenta separadamente as demonstrações financeiras consolidadas, preparadas segundo as normas internacionais (*IFRS*).

Para o presente estudo as demonstrações financeiras que encontram-se reflectidas são as contas individuais da empresa Grupo Imprensa.

No ano 2006, o peso relativo dos instrumentos financeiros no ativo circulante é insignificativo, 6%, o mesmo acontece na totalidade do ativo a evidência de instrumentos financeiros não é acentuada sendo apenas 2%.

Para obter os resultados acima expostos consideramos, no ativo circulante (agora denominado de ativo corrente) as rubricas dívidas de terceiros de curto prazo (Estado, empresas do grupo e outros devedores).

Em relação ao passivo, os resultados obtidos apresentam valores controversos na medida que numa perspectiva releva valores muito relevantes e noutra valores pouco relevantes.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

A empresa encontra-se mais endividada no médio e longo prazo do que curto prazo, sendo que os instrumentos financeiros no total do passivo representam 13% e representa 100% no passivo- dívidas de curto prazo.

Para obtermos os resultados apresentados consideramos as dívidas de curto prazo, sendo, na sua maioria dívidas que a empresa tem para com, fornecedores, empresas do grupo, estado e outros credores e dívidas a instituições de crédito.

No ano 2009, a empresa na preparação das suas demonstrações financeiras individuais, adopta os normativos IAS/IFRS adoptados pela União Europeia, desde 1 de Janeiro de 2009.

Neste ano o peso dos instrumentos financeiros é significativo no total do ativo corrente (100%), porém apresenta um valor insignificativo no total do ativo, de apenas 4%.

As rubricas que contribuíram para o presente resultado foram os outros ativos correntes, o estado e outros entes públicos e caixa e seus equivalentes.

É de notar que das rubricas mencionadas anteriormente aquela que contribui mais para o peso dos instrumentos financeiros é a rubrica de outros ativos correntes, estes são reconhecidos inicialmente pelo seu valor nominal e são apresentados na demonstração dos resultados, como gasto do período, contudo os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria.

Relativamente aos instrumentos financeiros no passivo corrente detêm um resultado relevante de 100%, no entanto, no total do passivo apresenta um resultado muito diminuto de apenas 37%.

Para obtermos o resultado apresentado consideramos as rubricas de empréstimos, fornecedores e dívidas ao estado e outros entes públicos e outros passivos correntes. O Grupo Imprensa no presente ano possui mais dívidas a médio e longo prazo do que a curto prazo, os empréstimos realizados as instituições bancárias dizem respeito a contas caucionadas, emissão de papel comercial, porém o Grupo Imprensa realizado um empréstimo a uma das empresas do grupo, nomeadamente a empresa Impresa Publishing.

Porém no ano 2012 a empresa Grupo Imprensa apresentou as demonstrações financeiras individuais em 31 de Dezembro de 2012 de acordo com as IAS/IFRS. Consideramos como componentes dos instrumentos financeiros no ativo as rubricas de estado e outros entes públicos, outros ativos correntes e caixa e seus equivalentes, daí a

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros,
comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

percentagem no total do ativo corrente ser muito significativa (100%), porém no total do ativo esta não detém uma percentagem significativa, sendo de apenas 5%.

No que diz respeito ao passivo nas perspectivas analisadas neste estudo apresenta uma percentagem muito significativa de 82% no total do passivo, porém no total do passivo corrente detém de uma percentagem muito significativa de 100%.

Para obtermos estes resultados consideramos as rubricas de empréstimos, fornecedores e outros passivos correntes.

É de realçar que a empresa no presente ano encontra-se mais endividada a curto prazo do que médio e longo prazo.

A empresa detém de vários empréstimos a instituições bancarias, contas correntes.

No que diz respeito a demonstração dos resultados, nos três anos em análise não obtivemos nenhum resultado significativo, o mais significativo que obtivemos foi no ano 2009 na rubrica dos gastos, sendo de 32%, esta diz respeito a rubrica “Perdas por Imparidade- Contas a receber”, porém é de realçar no que diz respeito a rendimento não encontramos nenhuma evidência de instrumentos financeiros.

✓ Jerónimo Martins

Quadro 21: Jerónimo Martins

Percentagem Instrumentos Financeiros	Balanco				
		Ativo		Passivo	
		Total	Corrente	Total	Corrente
	2006	7%	85%	9%	88%
	2009	9%	100%	0%	0%
	2012	4%	44%	2%	52%
	Demonstração dos Resultados				
		Gasto		Rendimento	
	2006	40%		17%	
	2009	0%		0,3%	
	2012	20%		12%	

Fonte: elaboração própria

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

A empresa Jerónimo Martins, SGPS, S.A (JMH) é a empresa mãe do Grupo Jerónimo Martins, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais são apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais (IFRS).

As demonstrações financeiras são apresentadas tendo por base o custo histórico com a excepção das propriedades de investimentos, instrumentos financeiros derivados e investimentos financeiros, que encontram-se mensurados segundo o justo valor.

No ano 2006, o peso dos instrumentos financeiros no ativo corrente tem um peso muito significativo, sendo de 85%, este encontra-se reflectido nas rubricas de empréstimos a empresas do grupo, caixa e seus equivalentes, porém no total do ativo o peso dos instrumentos financeiros não é relevante, sendo de apenas 7%, porém é de salientar que no presente ano a empresa Jerónimo Martins investiu em instrumentos financeiros derivados, mas encontram-se contabilizados no médio e longo prazo.

No que diz respeito aos instrumentos financeiros no passivo, podemos retirar as mesmas conclusões retiradas anteriormente, nomeadamente que, no total do passivo o peso dos instrumentos financeiros não é relevante para o estudo, porém no que diz respeito ao peso no passivo corrente, é significativo sendo, 88%, para chegarmos ao valor apresentado consideramos relevante as dívidas da empresa, nomeadamente os empréstimos que a empresa realizou tal como a dívida a credores.

Já no ano 2009, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais são apresentadas de acordo com as Normas Internacionais (IFRS).

Adopta-se a mesma base de mensuração relativamente ao ano anteriormente referido, as demonstrações financeiras são apresentadas tendo por base o custo histórico com a excepção das propriedades de investimentos, instrumentos financeiros derivados e investimentos financeiros, que encontram-se mensurados segundo o justo valor.

Relativamente aos resultados obtidos concluímos que são significativos relativamente ao ativo corrente, sendo o peso dos instrumentos financeiros 100%, obtivemos o presente resultado pois consideramos as rubricas de empréstimos a empresa do grupo, estes vencem juros a taxa normal, devedores e caixa e seus equivalentes. É de salientar que a rubrica “Empréstimos a empresas do Grupo” apresenta uma maior influência para obtermos o resultado apresentado.

Contudo no total do ativo, os instrumentos financeiros apresentam uma percentagem muito insignificativa de apenas 9%, o que não é relevante para o estudo.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

Os resultados obtidos no passivo nas duas perspectivas analisadas mostram um resultado insignificativo, pelo que, não são relevantes para o presente estudo, pelo que concluímos que no presente ano a empresa Jerónimo Martins, SGPS, S.A (não tem qualquer referência de instrumento financeiro no passivo).

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da empresa Jerónimo Martins são preparadas com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), adoptadas na União Europeia, no ano 2012.

No que diz respeito a base de mensuração, as demonstrações financeiras são apresentadas tendo por base o mesmo critério de mensuração que adoptado nos anos anteriormente estudados.

Os resultados obtidos no total do ativo são insignificativos de apenas 4%, sendo para o presente estudo insignificativo, porém no ativo corrente o peso dos instrumentos financeiros apresenta um resultado mais significativo de 44%, apesar de não chegar a uma percentagem de 50%, o presente valor encontra-se reflectido nas rubricas, “empréstimos a empresas do grupo”, “ devedores e acréscimos de diferimentos” e “ caixa e seus equivalentes”.

Relativamente ao passivo nas perspectivas analisadas neste estudo apresenta uma percentagem insignificativa de 2% no total do passivo, porém no total do passivo corrente detém de uma percentagem significativa de 52%.

Para obtermos estes resultados consideramos a rubrica de dívidas aos credores. É de realçar que a empresa no presente ano encontra-se mais endividada a médio e longo prazo do que a curto prazo.

Relativamente a demonstração dos resultados, nos anos em estudo os resultados mais significativos foram em 2006 e 2012, na rubrica de gastos, porém estes são inferiores a 50%.

No ano 2006, o maior peso dos instrumentos financeiros encontram-se registados nos gastos que a empresa apresentou no presente ano sendo de 40%, no entanto de rendimentos apresenta apenas 17%. Estes resultados encontram-se reflectidos nas rubricas, de juros suportados e juros obtidos.

Relativamente ao ano de 2009, não houve qualquer registo de instrumento financeiro na demonstração dos resultados.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros,
comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

Em 2012, obtivemos resultados que tal, como em 2006 o maior peso dos instrumentos financeiros encontram-se reflectidos nos gastos sendo de 20%, consideramos o presente valor insignificativo uma vez que estas abaixo de 50%, porém os rendimentos apresentam um valor de apenas 12%. Para obtermos os resultados apresentados consideramos as rubricas, juros suportados e juros obtidos.

✓ Media Capital

Quadro 22: Media Capital

Percentagem Instrumentos Financeiros	Balanco				
		Ativo		Passivo	
		Total	Corrente	Total	Corrente
	2006	16%	100%	100%	100%
	2009	8%	100%	100%	100%
	2012	9%	100%	67%	77%
	Demonstração dos Resultados				
		Gasto		Rendimento	
	2006	0%		5%	
	2009	0%		0%	
	2012	4%		0%	

Fonte: elaboração própria

A empresa Media Capital é a empresa mãe do Grupo Media Capital, SGPS, S.A, as demonstrações financeiras individuais em estudo, foram apresentadas com base nas IFRS emitidas pelo IASB.

No ano 2006, a empresa Media Capital apresenta resultados relevantes nas perspectivas analisadas. No total do ativo, o resultado apurado foi de 16% e no total do ativo corrente 100%, isto deve-se pelo facto de, o peso dos instrumentos financeiros, ser constituído por rubricas de clientes, outros ativos correntes, caixa e seus equivalentes e instrumentos derivados.

A empresa Media Capital no exercício de 2004 recorreu ao mercado financeiro de derivado, contratando uma instituição financeira, onde adquiriu um *equity swap* sobre

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

acções próprias, porém no decorrer do exercício de 2006, foi alienado um conjunto de acções, este instrumento de derivado encontra-se avaliado pelo seu justo valor, à data do balanço, contudo as variações do aumento/ diminuição do justo valor encontram-se reflectidas na demonstração dos resultados.

No que diz respeito ao passivo, nas perspectivas analisadas neste estudo obtivemos resultados muito significativos, de 100%.

A empresa Media Capital, no presente exercício não detém de quaisquer dívidas a médio e longo prazo, apenas detém de dívidas de curto prazo, sendo nomeadamente dívidas a fornecedores e outros passivos correntes (fornecedores de imobilizados, agora designados por fornecedores de investimentos).

Já em 2009, obtivemos resultados semelhantes ao ano anteriormente analisado, apenas diferenciando a percentagem no total do ativo, sendo no ano 2009 inferior ao anterior.

Relativamente aos resultados obtidos concluímos que são significativos relativamente ao ativo corrente, sendo o peso dos instrumentos financeiros 100%, obtivemos o presente resultado pois consideramos as rubricas de clientes, outros ativos correntes e caixa e seus equivalentes. É de salientar que a rubrica “Outros ativos correntes” apresenta uma maior influência para obtermos o resultado apresentado.

Contudo no total do ativo, os instrumentos financeiros apresentam uma percentagem muito insignificativa de apenas 8%, o que não é relevante para o estudo.

No que diz respeito ao passivo, nas perspectivas analisadas neste estudo obtivemos resultados muito significativos, de 100%, apesar de no presente ano a empresa já detém de empréstimos a médio e longo prazo, a empresa continua a estar mais endividada no curto prazo, detendo assim dívidas a fornecedores, empréstimos (a empresa Media Capital recorreu a um contrato de locação financeira) e outros passivos correntes (fornecedores de imobilizados, agora designados por fornecedores de investimentos).

Consequentemente no ano 2012, no ativo, obtivemos resultados semelhantes aos anteriormente analisados, contudo, no passivo obtivemos resultados relevantes mas não tao significativo como nos anos de 2006 e 2009.

Consideramos como componentes dos instrumentos financeiros, as dívidas de terceiros, empréstimos, caixa e seus equivalentes.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

Para obter os resultados acima referidos no que diz respeito ao ativo corrente consideramos as outras contas a receber, clientes, caixa e seus equivalentes, assim obtemos uma percentagem significativa do valor destes componentes dos instrumento financeiro no ativo corrente 100% enquanto no total do ativo estes instrumentos representam um valor menos relevante sendo de apenas 9%.

Os resultados obtidos no passivo nas duas perspectivas analisadas mostram um resultado significativo, sendo o passivo corrente constituído por rubricas que são praticamente todas consideradas como instrumento financeiro, obtendo-se assim uma percentagem de 77%, contudo no total do passivo obtemos um valor menor, mas ainda bem significativo de 67%.

As rubricas que tivemos em conta para obter os resultados apresentados foram fornecedores e outras contas a pagar.

No que diz respeito a demonstração dos resultados, no ano 2006 os rendimentos detêm uma percentagem insignificativa de 5%, dizendo respeito esta percentagem a rubrica “Juro obtidos”, porém os gastos não apresenta qualquer evidência de instrumentos financeiros.

No ano 2009, a demonstração dos resultados apresenta valores que não são relevantes para o estudo, sendo estes resultados de 0%, ou seja, no presente ano a empresa Media Capital não apresenta quaisquer valores, no que diz respeito aos instrumentos financeiros na demonstração dos resultados.

Já no ano 2012 obtivemos resultados semelhantes ao 2006, em que os gastos detêm de percentagem de 4%, poderem face aos anos anteriores a evidência de instrumentos financeiros nos gastos aumentou, contrariamente aos rendimentos que no ano em estudo já não existe evidência de instrumentos financeiros.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

✓ Mota Engil

Quadro 23: Mota Engil

Percentagem Instrumentos Financeiros	Balançaço				
		Ativo		Passivo	
		Total	Corrente	Total	Corrente
	2009	7%	95%	30%	84%
	2012	8%	96%	61%	94%
	Demonstraçaço dos Resultados				
		Gasto		Rendimento	
	2009	0%		0%	
	2012	0%		1%	

Fonte: elaboração própria

A empresa Mota- Engil¹⁵, SGPS, S.A. é a empresa mãe do grupo, as demonstrações financeiras individuais em estudo, foram apresentadas com base nas IFRS emitidas pelo IASB.

De 2009 para 2010 a empresa Mota- Engil refez a conversão das demonstrações financeiras, uma vez, que estas foram feitas tendo por base o normativo POC.

Relativamente aos resultados obtidos em 2009, concluímos que são significativos relativamente ao ativo corrente, sendo o peso dos instrumentos financeiros 95%, obtivemos o presente resultado pois consideramos as rubricas de clientes, adiantamento a fornecedores, estado e outros entes públicos, outras contas a receber, outros ativos correntes e caixa e seus equivalentes. É de salientar que a rubrica “Outras contas a receber” apresenta uma maior influência para obtermos o resultado apresentado.

Contudo no total do ativo, os instrumentos financeiros apresentam uma percentagem muito insignificativa de apenas 7%, o que não é relevante para o estudo.

No que diz respeito ao passivo, nas perspectivas analisadas neste estudo obtivemos resultados significativos, de 84%, apesar de no presente ano a empresa já detém de empréstimos a médio e longo prazo, a empresa esta mais endividada no médio e longo

¹⁵ Não foi possível analisar o relatório de contas de 2006, uma vez que o mesmo não foi disponibilizado, logo no ano 2006 a Moto –Engil, SGPS,S.A não faz deste estudo.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

prazo. No entanto no curto prazo a empresa detém varias dívidas a fornecedores, empréstimos (a empresa Moto- Engil recorreu a vários empréstimos a instituições bancarias, contas caucionadas, descobertos bancários, empréstimos obrigacionistas, papel comercial), estado e outros entes públicos e outras contas a pagar (fornecedores de imobilizados, agora designados por fornecedores de investimentos e outros credores).

Porém no total do passivo, os instrumentos financeiros apresentam uma percentagem insignificativa de apenas 30%, o que não é relevante para o estudo.

Porém no ano 2012 a empresa Mota-Engil SGPS, S.A., apresentou as demonstrações financeiras individuais em 31 de Dezembro de 2012 de acordo com as IAS/IFRS, as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os registos contabilísticos no pressuposto da continuidade da empresa, tendo por base o custo histórico, com a excepção dos instrumentos financeiros que encontram-se registados ao justo valor.

Consideramos como componentes dos instrumentos financeiros no ativo as rubricas de e clientes, adiantamento de fornecedores, estado e outros entes públicos, outras contas a receber, outros ativos correntes e caixa e seus equivalentes, daí a percentagem no total do ativo corrente ser muito significativa (96%), porém no total do ativo esta não detém uma percentagem significativa, sendo de apenas 8%. No que diz respeito ao passivo, nas perspectivas analisadas neste estudo apresentam ambas uma percentagem significativa de 61% no total do passivo, porém no total do passivo corrente detém de uma percentagem muito significativa de 94%. Para obtermos estes resultados consideramos as rubricas de empréstimos bancários, obrigacionistas e outros empréstimos, estado e outros entes públicos, fornecedores e outras contas a pagar.

É de realçar que a empresa no presente ano encontra-se mais endividada a curto prazo do que médio e longo prazo. A empresa detém de vários empréstimos a instituições bancarias, contas correntes e vários empréstimos obrigacionistas realizados nos anos anteriores.No que diz respeito a demonstração dos resultados, nos anos em análise não obtivemos nenhum resultado significativo, sendo que nos anos 2009 e 2012, não encontramos qualquer evidência de instrumentos financeiros.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros,
comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

✓ Nova Base

Quadro 24: Nova Base

Percentagem Instrumentos Financeiros	Balança				
		Ativo		Passivo	
		Total	Corrente	Total	Corrente
	2006	57%	100%	77%	100%
	2009	27%	100%	22%	100%
	2012	54%	100%	80%	98%
	Demonstraçaõ dos Resultados				
		Gasto		Rendimento	
	2006	10%		0%	
	2009	2%		5%	
	2012	12%		7%	

Fonte: elaboraço prpria

A Novabase, Sociedade Gestora de Participaçoes Sociais, SA, apresenta as suas demonstraçoes financeiras, de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB.

A empresa Novabase, no relatrio de conta de 2006, afirma que o efeito na classificaço e mensuraço dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor no no e relevante para as suas operaçoes.

Para o presente estudo as demonstraçoes financeiras que encontram-se reflectidas so as contas individuais da empresa Novabase.

No ano 2006, o peso relativo dos instrumentos financeiros no ativo corrente e significativo, 100%, o mesmo acontece na totalidade do ativo a evidncia de instrumentos financeiros e ligeiramente acentuada sendo apenas 57%.

Obtivemos os resultados apresentados, consideramos no ativo corrente, as rubricas dvidas de terceiros de curto prazo (Estado, outros devedores), ativos financeiros disponvveis para venda, caixa e seus equivalentes.

A rubrica de ativos financeiros disponvveis para venda e constituída por ttulos negociáveis, sendo acçoes da Portugal Telecom e PT Multimdia.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

No que diz respeito aos instrumentos financeiros no passivo, podemos retirar as mesmas conclusões retiradas anteriormente, nomeadamente que, no total do passivo o peso dos instrumentos financeiros é relevante para o estudo, porém no que diz respeito ao peso no passivo corrente, é significativo sendo, 100%, para chegarmos ao valor apresentado consideramos relevante as dívidas da empresa, nomeadamente os empréstimos que a empresa realizou tal como a dívida a credores.

Relativamente ao ano 2009, os resultados obtidos concluímos que são significativos relativamente ao ativo corrente, sendo o peso dos instrumentos financeiros 100%, obtivemos o presente resultado, pois consideramos as rubricas de clientes e outras contas a receber, outros ativos correntes e caixa e seus equivalentes. É de salientar que a rubrica “Clientes e outras contas a receber” apresenta uma maior influência para obtermos o resultado apresentado.

Contudo no total do ativo, os instrumentos financeiros apresentam uma percentagem muito insignificativa de apenas 27%, o que não é relevante para o estudo.

No que diz respeito aos resultados obtidos no passivo corrente concluímos que são significativos, sendo o peso dos instrumentos financeiros 100%, obtivemos o presente resultado, pois consideramos as rubricas de empréstimos e dívidas a pagar, nomeadamente a fornecedores. É de salientar que a rubrica “Fornecedores e outras contas a pagar” apresenta uma maior influência para obtermos o resultado apresentado.

Os empréstimos que a empresa detém no presente ano são empréstimos a instituições bancárias, em que, o justo valor desta rubrica é idêntico ao seu valor contabilístico.

Contudo no total do passivo, os instrumentos financeiros apresentam uma percentagem muito insignificativa de apenas 22%, o que não é relevante para o estudo.

Já no ano 2012, os resultados são significativos nas perspectivas analisadas. Consideramos como componentes dos instrumentos financeiros no ativo as rubricas de clientes e outras contas a receber, outros ativos correntes, ativos detidos para negociação e caixa e seus equivalentes, daí a percentagem no total do ativo corrente ser muito significativa (100%), consequentemente no total do ativo obtivemos uma percentagem significativa, de 54%.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

No que diz respeito ao passivo nas perspectivas analisadas neste estudo apresenta uma percentagem muito significativa de 80% no total do passivo, porém no total do passivo corrente detém de uma percentagem muito significativa de 98%.

Para obtermos estes resultados consideramos as rubricas de empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar.

É de realçar que a empresa no presente ano encontra-se mais endividada a curto prazo do que médio e longo prazo. A empresa detém de vários empréstimos a instituições bancárias, contas correntes.

No que diz respeito a demonstração dos resultados, nos três anos em análise não obtivemos nenhum resultado significativo.

No ano 2006 os gastos detém uma percentagem insignificativa de 10%, dizendo respeito esta percentagem a rubrica “Juro suportados”, porém os rendimentos não apresenta qualquer evidência de instrumentos financeiros.

No ano 2009, a demonstração dos resultados apresenta valores que não são relevantes para o estudo, as rubricas dos gastos representam 2% e as rubricas de rendimentos representam 5% do peso dos instrumentos financeiros na demonstração dos resultados.

Já no ano 2012 os resultados obtidos, detém de percentagem de 12%, no que diz respeito aos gastos, e os rendimentos detém de uma percentagem insignificativa de 7%, contudo é de salientar que, face aos anos anteriores a evidência de instrumentos financeiros nos gastos e rendimentos aumentou.

Estes resultados encontram-se reflectidos nas rubricas “Juros Suportados”, “Perdas por Imparidade- contas a receber” e Juros obtidos”.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

✓ Portugal Telecom

Quadro 25: Portugal Telecom

Percentagem Instrumentos Financeiros	Balanço				
		Ativo		Passivo	
		Total	Corrente	Total	Corrente
	2006	13%	93%	16%	100%
	2009	1%	13%	8%	92%
	2012	4%	50%	5%	79%
	Demonstração dos Resultados				
		Gasto		Rendimento	
	2006	22%		5%	
	2009	0%		7%	
	2012	62%		2%	

Fonte: elaboração própria

A Portugal Telecom, SGPS, S.A. e as suas empresas subsidiárias e associadas, integram no universo empresarial do Grupo Portugal Telecom, este grupo opera essencialmente na área da telecomunicação, em Portugal e no estrangeiro.

No ano 2006, o grupo nas suas contas consolidadas adopta os IFRS adoptados pela União Europeia, porém o grupo adopta os IFRS desde o ano 2005.

Porém os resultados dos exercícios de 2005 e 2006 diferem das demonstrações financeiras consolidadas para as demonstrações individuais.

O relatório de contas da empresa Portugal Telecom do ano 2006, não faz grande referencia a temática dos instrumentos financeiros.

Consequentemente obtivemos resultados favoráveis numa das perspectivas analisadas, no total do ativo circulante o peso dos instrumentos financeiros é significativo, 93%, dizendo respeito a dívidas de terceiros, no curto prazo e a títulos negociáveis, no ano 2006, esta última rubrica refere-se fundamentalmente a aplicações efectuadas pela empresa

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

Portugal Telecom em títulos de curto prazo e de rendimento fixo. Porém no total do ativo obtivemos um resultado ingénuo de 13%, o que o torna irrelevante para o presente estudo.

No que diz respeito aos instrumentos financeiros no passivo, podemos retirar as mesmas conclusões retiradas anteriormente, nomeadamente que, no total do passivo o peso dos instrumentos financeiros é relevante para o estudo, porém no que diz respeito ao peso no passivo dívidas de curto prazo, é significativo sendo, 100%, para chegarmos ao valor apresentado consideramos relevante as dívidas da empresa, nomeadamente os empréstimos que a empresa realizou tal como a dívida fornecedores, estado e outros entes públicos, e outros credores.

Relativamente ao ano 2009, a percentagem dos instrumentos financeiros face ao ano anterior diminuiu significativamente, o ativo passou a ter uma percentagem insignificativa nas perspectivas analisadas, sendo no presente ano 13% no ativo corrente e 1% no total do ativo.

Para obtermos os resultados apresentados consideramos como instrumento financeiro, os adiantamentos a fornecedores, estados e outros entes públicos, outros ativos correntes, caixa e depósitos bancários.

No que diz respeito aos resultados obtidos no passivo corrente concluímos que são significativos, sendo o peso dos instrumentos financeiros 92%, obtivemos o presente resultado, pois consideramos as rubricas de financiamento obtidos, dívidas a pagar, nomeadamente a fornecedores, estados e outros entes públicos. É de salientar que a rubrica “Financiamentos Obtidos” apresenta uma maior influência para obtermos o resultado apresentado.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os empréstimos bancários correspondiam a financiamentos obtidos junto do Banco Europeu de Investimento (BEI) e do *Kreditanstalt Für Wiederaufbau* (KFW). Contudo no total do passivo, os instrumentos financeiros apresentam uma percentagem muito insignificativa de apenas 8%, o que não é relevante para o estudo.

No ano 2012, os resultados obtidos são mais altos no ativo mas mais baixo no passivo. Consideramos como componentes dos instrumentos financeiros no ativo as rubricas de adiantamento a fornecedores, estado e outros entes públicos, outros ativos financeiros, ativos não correntes detidos para venda, caixa e depósitos bancários e outras

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros,
comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

contas a receber, daí a percentagem no total do ativo corrente ser significativa (50%), consequentemente no total do ativo obtivemos uma percentagem significativa, de 4%.

No que diz respeito ao passivo nas perspectivas analisadas neste estudo apresenta uma percentagem insignificativa de 5% no total do passivo, porém no total do passivo corrente detém de uma percentagem muito significativa de 79%.

Para obtermos estes resultados consideramos as rubricas de empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar.

É de realçar que a empresa no presente ano encontra-se menos endividada a curto prazo do que médio e longo prazo. A empresa detém de vários empréstimos a instituições bancarias, contas correntes.

No que diz respeito a demonstração dos resultados, nos três anos em análise obtivemos apenas um resultado significativo, no ano 2012, relativo a gastos.

Os resultados obtidos respeitantes aos rendimentos são insignificativos nos anos em estudo, e encontram-se reflectidos na rubrica de “Juros Obtidos”.

Porém no ano 2006 os gastos detém uma percentagem insignificativa de 22%, dizendo respeito esta percentagem a rubrica “Juro suportados”, no ano 2009 não há qualquer evidência de instrumentos financeiros nos gastos, já no ano 2012 encontramos um resultado significativo de 62%, que encontra-se reflectido na rubrica de “Juros suportados”.

✓ Portucel

Quadro 26: Portucel

Percentagem Instrumentos Financeiros	Balanco				
		Activo		Passivo	
		Total	Corrente	Total	Corrente
	2009	15%	83%	52%	100%
	Demonstração dos Resultados				
		Gasto		Rendimento	
	2009	1%		2%	

Fonte: elaboração própria

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros,
comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

A Portucel – Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A.¹⁶, apresenta as suas demonstrações financeiras, de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB.

Em 31 de Dezembro 2009, as demonstrações financeiras foram realizadas tendo por base o normativo POC e as directrizes contabilísticas, porém no processo de transição foi aplicado o normativo SNC.

Relativamente aos resultados obtidos em 2009, concluímos que são significativos relativamente ao ativo corrente, sendo o peso dos instrumentos financeiros 83%, obtivemos o presente resultado pois consideramos as rubricas de clientes, adiantamento a fornecedores, estado e outros entes públicos, accionistas/ sócios, outras contas a receber, e caixa e seus equivalentes.

É de salientar que a rubrica “Outras contas a receber” apresenta uma maior influência para obtermos o resultado apresentado.

Contudo no total do ativo, os instrumentos financeiros apresentam uma percentagem muito insignificativa de apenas 15%, o que não é relevante para o estudo.

No que diz respeito ao passivo, nas perspectivas analisadas neste estudo obtivemos resultados significativos, de 100%, apesar de no presente ano a empresa já detém de empréstimos a médio e longo prazo, a empresa esta mais endividada no curto prazo.

No curto prazo a empresa detém várias dívidas a fornecedores, empréstimos (a empresa Portucel recorreu a empréstimos bancárias e empréstimos obrigacionistas), estado e outros entes públicos, accionistas/sócios e outras contas a pagar (fornecedores de imobilizados, agora designados por fornecedores de investimentos e outros credores).

Porém no total do passivo, os instrumentos financeiros apresentam uma percentagem significativa de 52%, o que é relevante para o estudo.

Em relação a demonstração dos resultados, no ano 2009, encontramos evidência de instrumentos financeiros mas estes apresentam resultados insignificativos de 1% para os gastos e 2% para os rendimentos, o que não é relevante para o estudo.

¹⁶ Não foi possível analisar o relatório de contas de 2006 e 2012, uma vez que o mesmo não foi disponibilizado, logo nos anos 2006 e 2012 a Portucel, S.A não faz deste estudo.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

✓ REN

Quadro 27: REN

Percentagem Instrumentos Financeiros	Balanco				
		Ativo		Passivo	
		Total	Corrente	Total	Corrente
	2006	11%	99%	69%	100%
	2009	23%	100%	18%	100%
	2012	31%	99%	46%	100%
	Demonstracao dos Resultados				
		Gasto		Rendimento	
	2006	1%		0%	
	2009	85%		30%	
	2012	83%		1%	

Fonte: elaboração própria

A empresa Rede Eletrônica Nacional, S.A. (REN) resultou de uma cisão com a EDP, esta elaborou as demonstrações financeiras no ano 2006, tendo por base os princípios, critérios e métodos adoptados pelo POC.

No ano 2006, o peso relativo dos instrumentos financeiros no ativo corrente (outrora designado por ativo circulante) é significativo, 99%, o mesmo já não acontece na totalidade do ativo a evidência de instrumentos financeiros é muito insignificativa para o estudo sendo apenas 11%.

Obtivemos os resultados apresentados, consideramos no ativo corrente, as rubricas dívidas de terceiros de curto prazo (Estado, outros devedores, clientes).

No que diz respeito aos instrumentos financeiros no passivo, podemos retirar as mesmas conclusões retiradas anteriormente, nomeadamente que, no total do passivo o peso dos instrumentos financeiros é relevante para o estudo, porém no que diz respeito ao peso no passivo corrente, é significativo sendo, 100%, para chegarmos ao valor apresentado consideramos relevante as dívidas da empresa, nomeadamente os empréstimos que a

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

empresa realizou tal como a dívida a credores como, fornecedores, estado e outros entes públicos, fornecedores de imobilizado, outros credores.

Relativamente ao ano 2009, as demonstrações financeiras são elaboradas através do Decreto- Lei 158/2009, a empresa apenas adoptou em 2010, mas a empresa realizou as devidas alterações, adoptando assim o SNC.

A percentagem dos instrumentos financeiros face ao ano anterior aumento ligeiramente no ativo, passando a deter uma percentagem insignificativa numa das perspectivas analisadas, sendo no presente ano 100% no ativo corrente e 13% no total do ativo.

Para obtermos os resultados apresentados consideramos como instrumento financeiro, os clientes, estados e outros entes públicos, outros ativos correntes caixa e depósitos bancários e instrumentos financeiros derivados. Na rubrica “Instrumentos Financeiros derivados” encontram-se reflectidos quatro contratos swap de taxa de juro e a dois Forward de taxa de juro, contratados pela empresa REN de forma a cobrir o risco de flutuação das taxas de juro futuras.

No que diz respeito aos resultados obtidos no passivo corrente concluímos que são significativos, sendo o peso dos instrumentos financeiros 99%, obtivemos o presente resultado, pois consideramos as rubricas de financiamento obtidos, instrumentos financeiros derivados, dividas a pagar, nomeadamente a fornecedores, estados e outros entes públicos, outras contas a pagar. É de salientar que a rubrica “Financiamentos Obtidos” apresenta uma maior influência para obtermos o resultado apresentado.

Em 2012, a percentagem dos instrumentos financeiros face ao ano anterior aumento ligeiramente no total do ativo de 31%, porém numa percentagem das perspectivas analisadas, houve uma ligeira diminuição, sendo o resultado obtido 99% no ativo corrente.

Obtivemos os presentes resultados considerando as mesmas rubricas do ativo e do passivo do ano anterior.

Relativamente a demonstração dos resultados, nos anos em estudo os resultados mais significativos foram em 2009 e 2012, na rubrica de gastos, sendo superiores a 50%.

No ano 2006, não houve qualquer evidência de instrumentos financeiros nos rendimentos, porém nos gastos obtivemos um resultado insignificante de 1% que corresponde a juros que a empresa suportou relativos aos empréstimos realizados.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

Já em 2009, o maior peso dos instrumentos financeiros encontram-se registados nos gastos que a empresa apresentou no presente ano sendo de 85%, no entanto de rendimentos apresenta apenas 30%. Estes resultados encontram-se reflectidos nas rubricas, de juros suportados e juros obtidos.

Em 2012, obtivemos resultados semelhantes a 2009, em que o maior peso dos instrumentos financeiros encontram-se reflectidos nos gastos sendo de 83%, consideramos o presente valor significativo uma vez que estas acima de 50%, porém os rendimentos apresentam um valor de apenas 1%, o que podemos concluir que, relativamente ao ano 2009 o peso dos instrumentos financeiros em rendimentos, no ano 2012 houve uma diminuição. Porém para obtermos os resultados apresentados consideramos as rubricas, juros suportados e juros obtidos.

✓ Semapa

Quadro 28: Semapa

Percentagem Instrumentos Financeiros	Balanco				
		Ativo		Passivo	
		Total	Corrente	Total	Corrente
	2006	2%	100%	3%	67%
	2009	1%	100%	13%	100%
	2012	2%	100%	10%	58%
	Demonstração dos Resultados				
		Gasto		Rendimento	
	2006	20%		6%	
	2009	37%		2%	
	2012	6%		6%	

Fonte: elaboração própria

A Semapa — Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, a sua actividade centra-se nos setores da produção de cimento e derivados e de pasta e de papel, através das suas participadas.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

A Empresa preparou também contas consolidadas, em conformidade com as IFRS para o ano 2006, a empresa nas suas notas adopta o POC.

No ano 2006, o peso relativo dos instrumentos financeiros no ativo corrente (outroa designado por ativo circulante) é significativo, 100%, o mesmo já não acontece na totalidade do ativo a evidência de instrumentos financeiros é muito insignificativa para o estudo sendo apenas 2%.

Obtivemos os resultados apresentados, consideramos no ativo corrente, as rubricas dívidas de terceiros de curto prazo (Estado, outros devedores, empresas do grupo).

No que diz respeito aos instrumentos financeiros no passivo, podemos retirar as mesmas conclusões retiradas anteriormente, nomeadamente que, no total do passivo o peso dos instrumentos financeiros é relevante para o estudo, porém no que diz respeito ao peso no passivo corrente, é significativo sendo, 67%, para chegarmos ao valor apresentado consideramos relevante as dívidas da empresa, nomeadamente os empréstimos que a empresa realizou tal como a dívida a credores como, fornecedores, estado e outros entes públicos, empresas do grupo, accionistas, outros credores.

Relativamente ao ano 2009, as demonstrações financeiras estão em conformidade com as normas que integram o SNC, porém sempre que o SNC não corresponda a determinados aspectos particulares são aplicadas as IAS e IFRS.

A percentagem dos instrumentos financeiros face ao ano anterior aumentou ligeiramente no passivo e diminui ligeiramente no ativo.

O ativo passou a ter uma percentagem insignificativa numa das perspectivas analisadas, sendo no presente ano 100% no ativo corrente e 1% no total do ativo.

Para obtermos os resultados apresentados consideramos como instrumento financeiro, estados e outros entes públicos, outros contas a receber, outros ativos financeiros, ativos financeiros detidos para negociação e caixa e depósitos bancários.

É de notar que, a variação de justo valor ocorrida na rubrica de Instrumentos financeiros detidos para negociação corresponde aos ganhos e perdas resultantes da alteração da cotação dos títulos detidos pela Semapa.

No que diz respeito aos resultados obtidos no passivo corrente concluímos que são significativos, sendo o peso dos instrumentos financeiros 100%, obtivemos o presente resultado, pois consideramos as rubricas de financiamento obtidos, dividas a pagar, nomeadamente a fornecedores, estados e outros entes públicos e outras contas. É de

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

salientar que a rubrica “Financiamentos Obtidos” apresenta uma maior influência para obtermos o resultado apresentado.

Na rubrica “Outras contas” encontra-se reflectidos instrumentos financeiros derivados, durante o período findo em 31 de Dezembro de 2009 a Semapa recorreu ao mercado de derivados de forma a cobrir o risco de taxa de juro dos empréstimos obrigacionistas, a Semapa realizou 3 contratos.

Em 31 de Dezembro de 2009, a Semapa SGPS, SA, tem contratado dois empréstimos obrigacionistas e recorreu a uma programa especial de papel comercial em 2006 porém este detém de um prazo de 10 anos.

Contudo no total do passivo, os instrumentos financeiros apresentam uma percentagem muito insignificativa de apenas 13%, o que não é relevante para o estudo.

No ano 2012, os resultados obtidos são mais baixos do que os obtidos anteriormente, com a excepção do total do ativo.

Consideramos como componentes dos instrumentos financeiros no ativo as rubricas de adiantamento a fornecedores, estado e outros entes públicos, outros ativos financeiros, ativos não correntes detidos para venda, caixa e depósitos bancários e outras contas a receber, daí a percentagem no total do ativo corrente ser significativa (100%), consequentemente no total do ativo obtivemos uma percentagem significativa, de 2%.

No que diz respeito ao passivo nas perspectivas analisadas neste estudo apresenta uma percentagem insignificativa de 10% no total do passivo, porém no total do passivo corrente detém de uma percentagem significativa de 58%.

Para obtermos estes resultados consideramos as rubricas de empréstimos, fornecedores, estado e outros entes públicos e outras contas a pagar.

É de realçar que a empresa no presente ano encontra-se menos endividada a curto prazo do que médio e longo prazo. A empresa detém de vários empréstimos a instituições bancarias, contas correntes.

No que diz respeito a demonstração dos resultados, nos três anos em análise obtivemos resultados insignificativos, sendo mais significativo no ano 2006 e 2009, relativamente a gastos.

Os resultados obtidos respeitantes aos rendimentos são insignificativos nos anos em estudo, e encontram-se reflectidos na rubrica de “Juros Obtidos”.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros,
comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

Porém no ano 2006 os gastos detêm uma percentagem insignificativa de 20%, dizendo respeito esta percentagem a rubrica “Juro suportados”, no ano 2009 os gastos encontram-se reflectidos na rubrica de juos suportados e as perdas em instrumentos financeiros no que diz respeito as variações do justo valor, já no ano 2012 encontramos um resultado insignificativo de 6%, que encontra-se reflectido na rubrica de “Juros suportados”.

✓ Soares da Costa

Quadro 29: Soares da Costa

Percentagem Instrumentos Financeiros	Balanco				
		Ativo		Passivo	
		Total	Corrente	Total	Corrente
	2006	3%	55%	64%	100%
	2009	14%	95%	62%	100%
	2012	15%	100%	48%	100%
	Demonstração dos Resultados				
		Gasto		Rendimento	
	2006	39%		7%	
	2009	57%		17%	
	2012	80%		72%	

Fonte: elaboração própria

A Sociedade actualmente denominada “ Grupo Soares da Costa, SGPS, SA”. A empresa dedica-se a actividade de exploração da indústria civil e obras públicas.

Em 2006, as demonstrações financeiras foram elaboradas, respeitando as normas e princípios contabilísticos estabelecidos no POC, porém as matérias que não se encontram no POC a empresa recorre, supletivamente, as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

Porém obtivemos um resultado pouco significativo no que diz respeito a totalidade do ativo então denominado circulante e a totalidade do ativo, isto justifica-se devido ao facto de o ativo circulante da empresa ser constituído pelas rubricas de dividas de curto

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

prazo e depósitos bancários, sendo considerados para efeitos de instrumento financeiro apenas a rubrica de dividas de curto prazo de acordo com a NCRF 27.

A rubrica que tem mais impacto no balanço, pelos resultados observados é o passivo (dividas a terceiros) no curto prazo, este tem uma percentagem muito significativa nas duas perspectivas analisadas sendo a sua percentagem de 100% no total do passivo-. Dividas de curto prazo e 64% no total do passivo, este é constituído por empréstimos, dividas aos fornecedores e ao Estado, sendo estas rubricas relevantes para a determinação do peso do instrumento financeiro.

No ano 2009, as demonstrações financeiras encontram-se preparadas no pressuposto da continuação das operações realizadas pela empresa, mantendo a aplicação do POC, porém as matérias que não se encontram no POC a empresa recorre, supletivamente, as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

A empresa Soares da Costa elaborou, as demonstrações financeiras individuais de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal até àquela data, tendo por base o POC e directrizes, os quais foram revogados pela introdução do SNC, mas apenas em 2010.

No que diz respeito aos resultados obtidos a totalidade do ativo apresenta um valor insignificante, pelo que no ano 2009 o peso dos instrumentos financeiros não é relevante, porém na totalidade do ativo corrente apresenta uma percentagem muito significativa pois os instrumentos financeiros representam a totalidade do ativo circulante (este é constituído pelas seguintes rubricas, clientes, empresas do grupo, estado e outros entes públicos, outros devedores, empresas participadas e participantes).

No que diz respeito ao passivo este apresenta um valor muito significativo pois a empresa apenas apresenta dívidas de curto prazo, sendo a sua globalidade constituída por rubricas que são classificadas como instrumento financeiro.

No que diz respeito ao ano 2012 as demonstrações financeiras encontram-se preparadas no pressuposto da continuação das operações realizadas pela empresa, mantendo a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) nas contas consolidadas, enquanto nas contas individuais a empresa optou pela elaboração das demonstrações financeiras individuais em conformidade com as normas internacionais.

Os instrumentos financeiros de acordo com as políticas contabilísticas são classificados em ativos financeiros e passivos financeiros.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

Os resultados obtidos são semelhantes aos de 2009, pelo que o ativo na sua totalidade não apresenta um valor significativo em relação ao peso dos instrumentos financeiros, porém na totalidade do ativo corrente apresenta um valor significativo correspondendo à totalidade do ativo corrente.

No que diz respeito ao passivo, apresenta um valor muito significativo pois a empresa apenas apresenta dívidas de curto prazo (atualmente designado por corrente) e estas são classificadas como instrumento financeiro.

Porém no que diz respeito a demonstração dos resultados, no ano 2006 os gastos tem uma percentagem de 39%, sendo esta insignificante, uma vez que diz respeito “outros custos e perdas financeiras”; esta rubrica refere-se a custos suportados para a comissões de papel comercial, empréstimos obrigacionistas. Quanto à rubrica “Juros obtidos” os rendimentos detêm uma percentagem exígua de 7%.

No que diz respeito ao ano 2009, os gastos detêm uma percentagem exígua de 1%, dizendo respeito esta percentagem a rubrica “Outros custos e perdas financeiras”; isto refere-se a custos suportados com a emissão de papel comercial e a comissões, como aconteceu no ano 2006. Porém os rendimentos detêm uma percentagem pouco significativa e estes dizem respeito a rubrica “Juros obtidos”.

No ano 2012 podemos verificar que acontece exatamente o contrário do que no ano anterior, pelo que os gastos detêm uma percentagem mais significativa de 80 %, no entanto, os rendimentos apenas detêm uma percentagem de 72%, e estes resultados justificam-se pelos mesmos motivos referidos anteriormente.

✓ Sonae Indústria

Quadro 30: Sonae Indústria

Percentagem Instrumentos Financeiros	Balança				
		Ativo		Passivo	
		Total	Corrente	Total	Corrente
	2006	3%	55%	64%	100%
	2009	14%	95%	62%	100%
	2012	15%	100%	48%	100%
	Demonstraçaõ dos Resultados				
		Gasto		Rendimento	
	2006	39%		7%	
	2009	57%		17%	
	2012	80%		72%	

Fonte: elaboração própria

A Sonae Indústria, SGPS, S.A, apresenta as suas demonstrações financeiras no ano 2006, de acordo, IFRS anteriormente designadas IAS, emitidas pelo IASB. Porém obtivemos um resultado pouco significativo de apenas 3%, no que diz respeito a totalidade do ativo, no entanto no ativo corrente obtivemos um resultado significativo, isto justifica-se devido ao facto de o ativo corrente da empresa ser constituído pela rubrica dívidas de terceiros no curto prazo.

Relativamente ao passivo na sua totalidade corresponde a uma percentagem significativa uma vez que, as dívidas de médio e longo prazo detêm um maior valor, pelo que a empresa encontra-se mais endividada no longo prazo do que no curto prazo.

O passivo é constituído essencialmente por dívidas a fornecedores, ao Estado e empréstimos obrigacionistas, empréstimos bancários, sendo estes créditos considerados instrumentos financeiros, sendo assim a totalidade do passivo de dívidas a terceiros detêm de uma percentagem muito significativa, mais concretamente de 100%.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as IFRS e as IAS, as demonstrações financeiras foram preparadas a partir de registos contabilísticos tendo

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

por base a continuidade das operações da empresa, tendo por base o custo historio, com a exceção os instrumentos financeiros que se encontram registados ao justo valor

No que diz respeito aos resultados obtidos a totalidade do ativo apresenta um valor insignificante, pelo que no ano 2009 o peso dos instrumentos financeiros não é relevante, sendo este apenas de 14%, enquanto a empresa tem um valor mais significativo no médio e longo prazo. Contudo na totalidade do ativo corrente representa um valor muito significativo pois os instrumentos financeiros representam a 95% do ativo corrente (este é constituído pelas seguintes rubricas, clientes, estado e outros entes públicos, caixa, outros ativos correntes).

No que diz respeito ao passivo este apresenta um valor significativo pois a empresa apresenta mais dívidas de médio e longo prazo do que em curto, daí na totalidade do passivo apresentar um valor significativo, porém o passivo corrente é constituído por rubricas que são classificadas como instrumento financeiro, sendo, empréstimos a instituições bancarias, derivados, fornecedores, outras dividas a terceiros, estado e outros entes públicos, outros passivos correntes).

A empresa recorreu ao mercado de derivados, e esta rubrica encontra-se reflectida no passivo corrente da empresa, este diz respeito a um contrato *forwards*, em relação, não foi aplicada contabilidade de cobertura.

Relativamente ao ano 2012 os resultados obtidos são semelhantes aos de 2009, pelo que o ativo na sua totalidade não apresenta um valor significativo em relação ao peso dos instrumentos financeiros, sendo que na totalidade do ativo corrente apresenta um valor muito significativo, correspondendo à 100% do ativo corrente.

No que diz respeito ao passivo, apresenta um valor pouco significativo de 48% pois a empresa apresenta mais dívidas de médio e longo prazo. Contudo as rubricas no passivo corrente são classificadas como instrumento financeiro, sendo constituído por rubricas de fornecedores, empréstimos, outros passivos, sendo assim no passivo corrente apresenta um valor muito significativo de 100%.

Em relação a demonstração dos resultados, no ano 2006 dos resultados obtidos encontramos existência da evidência de instrumentos financeiros, tendo-se suportado 39% de gastos, nomeadamente nas rubricas de “Juros suportados”, respeitantes a juros de empréstimos obtidos e “Outros custos e perdas financeiros” e estes dizem respeito a perdas em instrumentos financeiros derivados, nos rendimentos os instrumentos financeiros

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

representam uma percentagem muito exígua de 7%, que encontram-se reflectidos nos juros obtidos da empresa. Por sua vez no ano 2009 e 2012 obtivemos valores significantes relativos aos gastos, encontrando-se reflectidos na rubrica de juros suportados, já os rendimentos estão reflectidos nas rubricas de juros obtidos.

✓ Sonae SGPS

Quadro 31: Sonae SGPS

Percentagem Instrumentos Financeiros	Balanço				
		Ativo		Passivo	
		Total	Corrente	Total	Corrente
	2006	3%	100%	57%	100%
	2009	10%	100%	26%	100%
	2012	4%	100%	15%	100%
	Demonstração dos Resultados				
		Gasto		Rendimento	
	2006	55%		32%	
	2009	86%		54%	
	2012	0%		0%	

Fonte: elaboração própria

A Sonae, SGPS, S.A, apresenta as suas demonstrações financeiras no ano 2006, de acordo, IFRS anteriormente designadas IAS, emitidas pelo IASB

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os registos contabilísticos no pressuposto da continuidade da empresa, tendo por base o custo histórico, com a excepção dos instrumentos financeiros que encontram-se registados ao justo valor.

No ano 2006, o peso relativo dos instrumentos financeiros no ativo corrente é significativo, 100%, o mesmo já não acontece na totalidade do ativo a evidência de instrumentos financeiros não é acentuada sendo apenas 3%.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

Obtivemos os resultados apresentados, consideramos no ativo corrente as rubricas clientes, estado e outros entes públicos, outras dividas de terceiros, investimentos detidos para negociação, outros ativos correntes, caixa e seus equivalentes.

Em relação ao passivo, apresenta nas perspectivas analisada valores muito relevantes e noutra perspectiva valores pouco relevantes.

A empresa Sonae encontra-se menos endividada no médio e longo prazo do que curto prazo, sendo que os instrumentos financeiros no total do passivo representam 26% e representa 100% no passivo corrente.

Para obtermos os resultados apresentados consideramos as dívidas de curto prazo, sendo, dívidas que a empresa Sonae tem para com fornecedores, outras dividas de terceiros, estado e outros credores, empréstimos a instituições financeiras, empréstimos obrigacionistas.

No entanto no ano 2009, a empresa Sonae SGPS, S.A., na preparação das suas demonstrações financeiras individuais, adopta os normativos IAS/IFRS adoptados pela União Europeia, desde 1 de Janeiro de 2009, as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os registos contabilísticos no pressuposto da continuidade da empresa, tendo por base o custo histórico, com a excepção dos instrumentos financeiros que encontram-se registados ao justo valor.

Neste ano o peso dos instrumentos financeiros é significativo no total do ativo corrente (100%), porém apresenta um valor insignificativo no total do ativo, de apenas 10%.

As rubricas que contribuíram para o presente resultado foram os clientes, outras dívidas de terceiros, outros activos correntes, o estado e outros entes públicos e caixa e seus equivalentes. É de notar que das rubricas mencionadas anteriormente aquela que contribui mais para o peso dos instrumentos financeiros é a rubrica de “outras dívidas de terceiros”.

Em 2009 os instrumentos financeiros registados a justo valor correspondem a instrumentos financeiros derivados, os quais são avaliados com base em modelos de avaliação.

Relativamente aos instrumentos financeiros no passivo corrente detêm um resultado relevante de 100%, no entanto, no total do passivo apresenta um resultado muito mais diminuto de apenas 26%.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

Para obtermos o resultado apresentado consideramos as rubricas de empréstimos bancários e obrigacionistas, derivados, fornecedores, dívidas de terceiros, estado e outros entes públicos e outros passivos correntes. Os instrumentos financeiros registados no passivo pelo justo valor correspondem a derivados de taxa de câmbio

A empresa Sonae, SGPS S.A, no presente ano possui mais dívidas a médio e longo prazo do que a curto prazo, os empréstimos realizados as instituições bancárias dizem respeito a contas caucionadas, emissão de papel comercial, descobertos bancários. A empresa detém de vários empréstimos obrigacionistas. A empresa recorreu ao mercado de derivados, este encontra-se registado no passivo corrente e diz respeito a cobertura de taxa de juro.

Porém no ano 2012 a empresa Sonae SGPS, S.A., apresentou as demonstrações financeiras individuais em 31 de Dezembro de 2012 de acordo com as IAS/IFRS, as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os registos contabilísticos no pressuposto da continuidade da empresa, tendo por base o custo histórico, com a excepção dos instrumentos financeiros que encontram-se registados ao justo valor.

Consideramos como componentes dos instrumentos financeiros no ativo as rubricas de e clientes, outras dívidas de terceiros, estado e outros entes públicos, outros ativos correntes e caixa e seus equivalentes, daí a percentagem no total do ativo corrente ser muito significativa (100%), porém no total do ativo esta não detém uma percentagem significativa, sendo de apenas 4%.

No que diz respeito ao passivo nas perspectivas analisadas neste estudo apresenta uma percentagem pouco significativa de 15% no total do passivo, porém no total do passivo corrente detém de uma percentagem muito significativa de 100%. Para obtermos estes resultados consideramos as rubricas de empréstimos bancários, obrigacionistas e outros empréstimos, outras dívidas de terceiros, estado e outros entes públicos, fornecedores e outros passivos correntes.

É de realçar que a empresa no presente ano encontra-se mais endividada a curto prazo do que médio e longo prazo. A empresa detém de vários empréstimos a instituições bancárias, contas correntes e vários empréstimos obrigacionistas realizados nos anos anteriores.

Em relação a demonstração dos resultados, no ano 2006 encontramos qualquer evidência relativa a instrumentos financeiros no que diz respeito aos gastos e rendimentos,

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

encontramos uma evidência nos rendimentos de 32% e nos gastos de 55%, estes dizem respeito a rubrica “Juros obtidos” e “Juros suportados”, relativos a empréstimos bancários e empréstimos obrigacionistas.

No que diz respeito ao ano 2009, os gastos detêm uma percentagem de 86%, dizendo respeito esta percentagem a rubrica “Juros suportados”, esta rubrica refere-se a custos suportados relativos a descobertos de empréstimos bancários, obrigações não convertíveis, derivados de cobertura, empréstimos obtidos, porém a rubrica “Juros obtidos” corresponde a 54% dos rendimentos obtidos, relativos a depósitos bancários, empréstimos concedidos, derivados de cobertura e outros ganhos financeiros.

Já no ano 2012, não encontramos qualquer evidência de qualquer instrumento financeiro.

✓ Sonaecom

Quadro 32: Sonaecom

Percentagem Instrumentos Financeiros	Balanco				
		Ativo		Passivo	
		Total	Corrente	Total	Corrente
	2009	1%	100%	32%	100%
	2012	7%	97%	45%	78%
	Demonstração dos Resultados				
		Gasto		Rendimento	
	2009	40%		0%	
	2012	74%		13%	

Fonte: elaboração própria

A Sonaecom, S.G.P.S., S.A.¹⁷, apresenta as suas demonstrações financeiras no ano 2009, de acordo, IFRS anteriormente designadas IAS, emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os registos contabilísticos no pressuposto da continuidade da empresa, tendo por base o custo

¹⁷ Não foi possível analisar o relatório de contas de 2006, uma vez que o mesmo não foi disponibilizado, logo no ano 2006 a Sonaecom, SGPS,S.A não faz deste estudo.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

histórico, com a exceção dos instrumentos financeiros que encontram-se registrados ao justo valor.

Relativamente ao ano de 2009, no ativo o resultado obtido é positivo, 100%, uma vez que consideramos como instrumento financeiros, os ativos financeiros que neste caso são, outras dívidas de terceiros, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber (reconhecimento inicial justo valor e subsequentemente custo amortizado).

Assim os instrumentos financeiros na totalidade do ativo apenas representam 1% que consideramos uma percentagem insignificante.

No que diz respeito ao passivo corrente apresenta um valor muito significativo, correspondendo a 100%, da sua totalidade, as rubricas no passivo corrente são classificadas como instrumento financeiro, sendo constituído por rubricas de dívidas de terceiros, empréstimos de curto prazo, outros passivos.

Relativamente ao ano 2012 as demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, porém os resultados obtidos dizem respeito as contas individuais.

Em 2012, os resultados obtidos são semelhantes aos de 2009, na medida que ativo na sua totalidade não apresenta um valor significativo em relação ao peso dos instrumentos financeiros, apenas 7%, relativamente ano a ano anterior houve um ligeiro aumento do peso dos instrumentos financeiros, sendo que na totalidade do ativo corrente, apresenta um valor muito significativo, correspondendo à 100% do ativo corrente.

Segundo o anexo as demonstrações financeiras individuais, a empresa Sonaecom considera como instrumento financeiro, as dívidas de terceiros, outros ativos correntes, caixa e equivalentes, sendo o ativo corrente da empresa composto por as rubricas mencionadas anteriormente.

No que diz respeito à totalidade do passivo, apresenta um valor pouco significativo de 45% pois a empresa apresenta mais dívidas de médio e longo prazo.

Contudo as rubricas no passivo corrente são classificadas como instrumento financeiro segundo o anexo às demonstrações financeiras, considerando as rubricas dívidas a terceiros, empréstimos, outros passivos, pelo que no passivo corrente apresentam um valor muito significativo de 99%.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros,
comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

No ano 2009 não encontramos qualquer evidência de instrumentos financeiros na demonstração dos resultados nos rendimentos, porém nos gastos obtivemos um resultado insignificante de 40%, este encontra-se refletido na rubrica “Outros custos suportados”, que diz respeito a juros suportados.

No que diz respeito ao ano 2012, os gastos detêm uma percentagem significativa de 74%, dizendo respeito esta percentagem a rubrica” juros suportados”.

Porém conseguiram rendimentos provenientes de qualquer instrumento financeiro, sendo o seu peso de apenas 13%, que encontram reflectidos na rubrica “juros obtidos”.

✓ ZON

Quadro 33: ZON

Percentagem Instrumentos Financeiros	Balço				
		Ativo		Passivo	
		Total	Corrente	Total	Corrente
	2006	19%	100%	79%	100%
	2009	47%	100%	49%	100%
	2012	68%	100%	45%	78%
	Demonstração dos Resultados				
		Gasto		Rendimento	
	2006	11%		5%	
	2009	45%		1%	
	2012	0%		0%	

Fonte: elaboração própria

No ano 2006, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos aceites em Portugal, porém as demonstrações financeiras consolidadas que foram preparadas de acordo com IFRS.

No presente ano, o ativo circulante (agora denominado de ativo corrente) apresenta um valor significativo de 100%. As rubricas que tivemos em conta para obter o resultado apresentado são as dívidas de curto prazo, como, accionistas e empresas do grupo,

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

adiantamento de fornecedores, Estado e outros entes públicos, outros devedores. O peso dos instrumentos financeiros no total do ativo é insignificativo sendo apenas 19%.

O passivo, apresenta um valor significativo de 100%. As rubricas que tivemos em conta para obter o resultado apresentado são as dívidas de curto prazo, como, accionistas e empresas do grupo, fornecedores, Estado e outros entes públicos, outros credores. O peso dos instrumentos financeiros no total do passivo é significativo sendo 79%.

No ano 2009 as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da ZON, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), porém nas contas individuais segue-se o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) depois de realizados os devidos ajustamentos do Plano Oficial de Contas (POC) para SNC.

Os resultados obtidos são significativos de 100%, no ativo corrente as rubricas são consideradas como instrumento financeiro, porém no total do ativo os instrumentos financeiros representam uma percentagem de 47%, o que é relevante, tendo em conta que na amostra os resultados obtidos relativos ao ativo são insignificantes.

Os ativos financeiros considerados para obtermos o resultado apresentado salientam nas seguintes rubricas do ativo corrente, adiantamento de fornecedores, Estado e outros entes públicos, outras contas a receber e caixa e seus equivalentes.

Relativamente ao passivo obtivemos uma percentagem muito significativa nas duas perspectivas estudadas. A empresa encontra-se menos endividada no curto prazo. As rubricas que consideramos para obter os resultados apresentados foram, financiamentos obtidos, fornecedores, Estado e outros entes públicos e outras contas a pagar.

No ano 2012 as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da ZON, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), porém nas contas individuais segue-se o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Os resultados obtidos são significativos, no ativo corrente (100%), porém no total do ativo os instrumentos financeiros representam uma percentagem de 68%, o que é relevante.

Para obtermos o resultado apresentado salientam nas seguintes rubricas do ativo corrente, adiantamentos de fornecedores, Estado e outros entes públicos, outras contas a receber e caixa e seus equivalentes.

Importância da contabilidade em melhorar a compreensão dos instrumentos financeiros, comparando os modelos do POC, SNC e IAS/IFRS

No que diz respeito ao passivo obtivemos uma percentagem significativa nas duas perspectivas estudadas, sendo que os instrumentos financeiros representam 45% do total do passivo. A empresa encontra-se mais endividada no curto prazo.

As rubricas que consideramos para obter os resultados apresentados foram, financiamentos obtidos, fornecedores, Estado e outros entes públicos e outros passivos financeiros.

No que diz respeito a demonstração dos resultados, nos três anos em análise não obtivemos nenhum resultado significativo, excepto em 2009 nos gastos.

No ano 2006 os gastos detêm uma percentagem insignificativa de 11%, dizendo respeito esta percentagem a rubrica “Juro suportados”, porém os rendimentos representa 5% instrumentos financeiros.

No ano 2009, a demonstração dos resultados apresenta um valor que não são relevantes para o estudo, as rubricas dos gastos representam 45% e as rubricas de rendimentos representam 1% do peso dos instrumentos financeiros na demonstração dos resultados.

Estes encontram-se reflectidos na rubrica de “Juros suportados”, estes dizem respeito a papel comercial, juros de *equity swaps* e derivados, empréstimos obrigacionistas, empréstimos bancários, partes relacionadas e outros.

Já no ano 2012 não obtivemos resultados, pelo que, no presente ano não existe qualquer evidência de instrumentos financeiros na demonstração dos resultados da empresa ZON.